



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: AS  
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 - LEITURAS E APONTAMENTOS**

**DIEGO RICARDO DE ASSUNÇÃO VELHO**

**SEROPÉDICA**

**2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: AS  
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 - LEITURAS E APONTAMENTOS**

**DIEGO RICARDO DE ASSUNÇÃO VELHO**

*Sob a Orientação do*  
**Prof. Dr. Marco Antonio Perruso**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Área de concentração em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ  
2020

**DIEGO RICARDO DE ASSUNÇÃO VELHO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL DO SÉCULO XXI: AS  
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 - LEITURAS E APONTAMENTOS**

Dissertação submetida a avaliação como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Ciências Sociais** do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais e Humanas (Campus Seropédica) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

---

Professor Doutor Marco Antonio Perruso– Orientador  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Professor Doutor Edson Miagusko  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Olívia Cristina Perez  
Universidade Federal do Piauí

20 de fevereiro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V432m

Velho, Diego Ricardo de Assunção, 1988-  
Movimentos sociais no Brasil do século XXI: As  
manifestações de junho de 2013 - leituras e  
apontamentos / Diego Ricardo de Assunção Velho. - Rio  
de Janeiro, 2020.  
130 f.

Orientador: Marco Antonio Perruso.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação  
em Ciências Sociais, 2020.

1. Jornadas de junho. 2. Movimentos Sociais. 3.  
Sociologia. I. Perruso, Marco Antonio, 1969-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais  
III. Título.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) –  
Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES)  
– Finance Code 001*

*Dedico a duas pessoas que estiveram ao meu lado durante todo esse tempo me dando apoio e fé para continuar acreditando nessa jornada. Minha mãe Sandra Helena e ao meu cúmplice e companheiro de vida Marlon Almeida.*

## RESUMO

VELHO, Diego Ricardo de Assunção. **Movimentos sociais no Brasil do século XXI: As manifestações de junho de 2013 - leituras e apontamentos.** 2020. P.130. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Esta dissertação contém uma análise de certas interpretações propostas pelas ciências sociais e humanas sobre as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Foi realizada uma sistematização de determinadas obras acadêmicas em torno de quatro subtemas compreendidos como centrais nas pesquisas e reflexões dos autores cujas obras foram aqui analisadas. Efetuou-se um levantamento bibliográfico em torno dos seguintes subtemas: juventude, perfil sócio-econômico dos manifestantes, redes sociais virtuais e repertório de ação. Sendo as chamadas jornadas de junho de 2013 fenômeno complexo e relativamente novo, optou-se pelo foco nessas quatro dimensões suas, comumente caracterizadas como definidoras das manifestações em sua conformação empírica. As análises e interpretações formuladas pelos autores dedicados à explicação do fenômeno são abordadas de forma a compreender a dinâmica e articulação dos quatro subtemas aqui pesquisados, incluindo as interseções que são elencadas como parte integrante desse objeto. A literatura sobre junho de 2013 se ampara em uma contextualização histórica e em um debate em torno dos atores e motivações que estiveram presentes nas manifestações. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico, tendo como intuito compreender as interpretações produzidas sobre esse fenômeno. Desta forma, a partir da pesquisa aqui desenvolvida, constrói-se um mapeamento analítico de parte da produção intelectual que identificou características geracionais e de classe, bem como a utilização inovadora das redes sociais e a apropriação e atualização de repertórios de ação direta nas ruas.

**Palavras-chave:** Jornadas de junho, Movimentos Sociais, Sociologia.

## **Abstract**

VELHO, Diego Ricardo de Assunção. **Social movements in 21st century Brazil: The June 2013 - readings notes and demonstrations.** 2020. P.130. Dissertation (Master in Social Sciences) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

This dissertation contains an analysis of certain interpretations proposed by the social and human sciences about the June 2013 demonstrations in Brazil. A systematization of certain academic works was carried out around four subthemes understood as central to the research and reflections of the authors whose works were analyzed here. A bibliographic survey was carried out around the following sub-themes: youth, socio-economic profile of the protesters, virtual social networks and repertoire of action. As the so-called June 2013 journeys are a complex and relatively new phenomenon, we chose to focus on these four dimensions of yours, commonly characterized as defining manifestations in their empirical conformation. The analyzes and interpretations formulated by the authors dedicated to explaining the phenomenon are approached in order to understand the dynamics and articulation of the four subthemes researched here, including the intersections that are listed as an integral part of this object. The literature on June 2013 is based on a historical context and a debate around the actors and motivations that were present in the demonstrations. The methodology used was the bibliographic survey, aiming to understand the interpretations produced about this phenomenon. In this way, from the research developed here, an analytical mapping of part of the intellectual production that identifies generational and class characteristics is constructed, as well as the innovative use of social networks and the appropriation and updating of direct action repertoires on the streets.

**Key words:** June Days, Social Movements, Sociology.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: Atividade dos jovens de 15 a 29 anos

FIGURA 2: Perfil social por classificação de grupo

FIGURA 3: Perfil social por classificação educacional e renda

FIGURA 4: Empregados nas jornadas de junho

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Juventude como fator central nas análises

TABELA 2: Juventude como fator secundário

TABELA 3: Precariado/Proletariado

TABELA 4: Classe média/Nova classe média

TABELA 5: Abordagem geral sobre perfil social dos atores

TABELA 6: Mídia tradicional e redes sociais virtuais (RSV)- abordagem nos textos

TABELA 7: Redes sociais virtuais na centralidade do debate

TABELA 8: Redes sociais virtuais fora da centralidade do debate

TABELA 9: Ação Direta – (AD) – repertórios de ação

TABELA 10: Ação Direta – (AD) -versão crítica normativa

TABELA 11: Ação Direta – (AD) – Versão Empírico/Engajada

TABELA 12: Ação Direta – (AD) – Redes sociais como forma de repertório de ação

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

CUT - Central Única dos Trabalhadores

MPL – Movimento Passe Livre

UNE – União Nacional dos Estudantes

UJC – União da Juventude Comunista

LGBTQI+ - Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestir, Queer, Intersexo

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

JN – Jornal Nacional

PM – Polícia Militar

SP- São Paulo

EUA – Estados Unidos da América

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PC do B – Partido Comunista do Brasil

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

AD – Ação Direta

RSV – Redes Sociais Virtuais

BB – Black Bloc

FSM – Fórum Social Mundial

FHC – Fernando Henrique Cardoso

PSD – Partido Social Democrático

G1 – Portal de Notícias Globais

UOL – Universo Online

PROUNI -Programa Universidade para todos

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I. O ENCANTO REVOLUCIONÁRIO DIANTE DO LEVE TREMOR EM TERRAS TUPINIQUINS .....</b>	<b>21</b>
1.1 -De que juventude estamos falando? .....	29
1.2 - Juventude na Sociologia das jornadas de junho de 2013.....	40
<b>CAPÍTULO II. ENTRE CANTOS, PRAÇAS E RUAS: O SUSPIRAR DO “GIGANTE” .....</b>	<b>45</b>
2.1 - Composição social dos atores presentes em junho de 2013.....	50
2.2 - Nova classe média, “preariado” e economicismo em junho de 2013.....	59
<b>CAPÍTULO III. A REDE VIRTUAL É A NOVA EXTENSÃO DA PRAÇA.....</b>	<b>71</b>
3.1 - Redes sociais virtuais (RSV) no junho brasileiro de 2013.....	75
3.2 - Redes sociais virtuais na sociologia das jornadas de junho.....	89
<b>CAPÍTULO IV. ENTRE BORDUNAS, BOMBAS E CASSETETES: O REPERTÓRIO DE LUTA NAS RUAS!.....</b>	<b>93</b>
4.1 - Pacíficos, Vândalos e a Tática <i>Black Bloc</i> .....	97
4.2 - Performances e ativismos em rede.....	102
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>115</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

Na busca por explicações que pudessem dar conta dos motivos que desencadearam tamanha revolta expressa que foram as manifestações de junho de 2013, intelectuais, mídia e governantes não sabiam qual o destino os atos poderiam nos levar.

Talvez essa incredulidade diante dos acontecimentos explique a grande gama de artigos publicados a época.

Características como a juventude e o perfil social, bem como as formas de articulações com o uso das redes sociais virtuais e os repertórios desenvolvidos pelos atores sociais presentes nas jornadas de junho de 2013, são fatores primordiais para a compreensão desses acontecimentos, conforme indica a bibliografia aqui estudada.

Recordo-me que, entusiasmado em participar de atos ocorridos na Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro e posteriormente na Cinelândia, eu não fazia ideia da proporção e da importância que esses movimentos significariam para a história recente de nosso país.

Cheguei a classificá-las como as mais importantes manifestações populares ocorridas no século XXI no Brasil (Velho, 2013), esquecendo-me ou entusiasmado com o que julguei que não presenciaria, deixei olvidar e levar em conta que o século estava apenas em seu início. Estávamos na rua!

O Brasil estava se consolidava no mundo como um dos principais países, com crescimento considerável, e parecia que finalmente as oportunidades, ou melhor, a tão sonhada equidade de condições estava chegando para as maiorias que historicamente têm sofrido com os descasos do poder público e sendo excluídas socialmente.

De forma alguma se imaginou o turbilhão de incertezas e alvoroço que o país se tornaria a partir do segundo semestre daquele ano, pelo menos não da forma que as ruas apresentaram suas vozes para a sociedade.

As jornadas de junho de 2013 rompem o sentimento no qual o Brasil parecia viver uma verdadeira dinâmica de felicidade e conciliação entre os diversos setores da sociedade. Nem mesmo a Copa do Mundo de futebol que seria realizada no país um ano depois causou tamanho envolvimento coletivo que os atos ocorridos em junho de 2013.

O copo não parecia ter água até a borda, não se imaginava que poderia transbordar, pois o Brasil apresentava auto crescimento econômico no contexto mundial. O que não justificaria qualquer tipo de descontentamento por parte de uma população que nunca antes havia sentido tamanha esperança nas políticas governamentais, era o que afirmavam as primeiras leituras sobre o fenômeno que se colocava nas ruas a partir de junho de 2013.

Alguns dos meios de comunicação anunciavam que o Brasil estava sendo visto no exterior como o país do futuro, que as perspectivas econômicas e sociais finalmente iriam se apaziguar e o tão sonhado desenvolvimento e a inclusão definitiva da sociedade brasileira no rol de países desenvolvidos estava chegando.

No entanto a gota d'água que fez o copo transbordar foi a questão da mobilidade urbana e o direito as cidades como sendo pontos iniciais da onda de manifestações que assolou o país em junho de 2013.

A indignação, expressão tão cara de ser mensurada pelas ciências sociais, esteve nas ruas, expressando o desacordo com a má gestão de recursos públicos e a precariedade dos serviços prestados pelo Estado.

Entendo aqui que mobilidade urbana engloba o próprio direito das pessoas de se locomoverem nos mais diversos espaços presentes na sociedade.

Constitui-se no direito de lazer e qualidade de vida que muitos indivíduos são privados de usufruir, pois os valores monetários e mesmo sociais de locomoção e tempo gasto no percurso de ida e volta, seja do trabalho ou para uma atividade de lazer, geram gastos que muitas vezes excedem o orçamento familiar.

Não se trata apenas da questão de aumento da tarifa de transporte público, mas do acesso a serviços públicos de qualidade com mais investimentos em infraestrutura e lazer em bairros das periferias das grandes e médias cidades, bem como a melhoria da vida no campo.

Ainda estávamos longe de resolvermos problemas relacionados as mazelas causadas pelas fortes desigualdades ainda tão presentes em nosso dia-a-dia. Dessa forma só posso dizer que não imaginava que 2013 entraria para a história como um dos principais momentos de ação coletiva na contemporaneidade dos movimentos sociais brasileiros.

Os protestos ocorridos no Brasil durante o ano de 2013, que ficaram conhecidos como jornadas ou manifestações de junho, apesar de se caracterizarem no tempo histórico como acontecimentos recentes, já caracterizam-se em um dos mais importantes momentos que perpassa a trajetória dos movimentos sociais em nossa sociedade.

Essa afirmação se consolida pelo considerável número de participantes presentes nas ruas, que segundo pesquisa do IBOPE sobre os manifestantes divulgada pelo (Portal G1, 2013), foram mais de 1 milhão de pessoas protestando nas manifestações. A gama de publicações de artigos científicos e livros produzidos desde então contribuiu para a produção teórica e analítica sobre as manifestações de junho de 2013.

As manifestações de 2013 podem ser divididas em três momentos: o primeiro organizado pelo MPL que possuía como pauta principal a redução no valor da tarifa de transporte e a melhoria na qualidade do transporte público na cidade de São Paulo, iniciado no dia 06 de junho de 2013 se estendendo até o dia 13 de junho de 2013.

Segundo Ribeiro (2014, p.95) o dia 13 de junho pode ser entendido como um marco na virada da opinião pública com relação aos protestos, devido a forma violenta que a polícia reprimiu os manifestantes, após esse episódio os protestos se intensificam pelo país, levando um número maior de pessoas as ruas.

Até a data de 13 de junho de 2013 é possível observar um padrão nas manchetes que são veiculadas, possuem sempre uma forma retórica de desmoralizar as manifestações e não entrando na discussão referente às pautas levantadas, existe uma interpretação hegemônica de que os protestos seriam atos de violência sem motivo algum. com a virada da opinião pública por conta da mudança na forma que mídia tradicional passou a noticiar e dar ênfase aos eventos, iniciou-se o segundo momento a partir de 13 de junho de 2013.

Esse padrão segue até o dia 17 de junho de 2013, quando houve um crescimento considerável nos protestos pelo país e nas pautas, entrando demandas contra a corrupção dos partidos políticos, a “cura gay”, a PEC 37, gastos com a copa do mundo, etc. Em contraposição a problemas na área da saúde e educação, ocorreu uma alteração nas pautas e a intensificação por mudanças políticas, iniciava-se a terceira fase das manifestações de junho de 2013

A disputa pelo significado das manifestações de junho de 2013 ainda está a pleno vapor! Tendo em vista o grande número de interpretações sobre as jornadas, nesse trabalho foquei na compreensão de aspectos desenhados como importantes pela sociologia das jornadas de junho.

A verdade é que ainda hoje existe um vasto leque de explicações sobre o que aconteceu nas ruas naquele ano. Portanto essa pesquisa se debruça em algumas interpretações realizadas pela literatura científica aqui estudada.

Entendo essa multiplicidade de interpretações como um fator de curiosidade e interesse em relação as jornadas de junho, ou seja, não se trata de buscar uma única interpretação desses atos, pois compreendo que um único fenômeno pode e deve ser analisado a partir de uma diversidade de fatores, trazendo dimensões distintas desse objeto.

Sabemos, no entanto, que algumas características foram dominantes nas análises da bibliografia aqui estudada, como a juventude, o perfil social dos participantes, as redes sociais virtuais e os repertórios de ação.

Aliás, nesse tocante podemos frisar a pouca visibilidade dos relatos e estudos acadêmicos sobre as manifestações para além do eixo sul-sudeste, o que abriu possibilidades para novas análises focadas em outras regiões do Brasil.

Esse caráter difuso encontrado nas ruas, nos coletivos, nas redes sociais virtuais é uma característica distintiva da polarização que o país passou a viver com mais frequência a partir dos acontecimentos de junho de 2013.

O próprio fator de identificação entre as várias juventudes presentes nas jornadas, pode ser visto como diverso, quando levado em conta fatores como raça e classe social.

A motivação expressa pelos atores sociais nas ruas modificou-se não apenas com o decorrer do processo em curso, mas na própria construção de uma identidade comum de luta e reivindicação, conforme mostra a bibliografia aqui estudada.

Em 2013 os atos ocorreram em várias cidades brasileiras chegando ao seu momento de maior efervescência, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) no dia 21 de junho de 2013 (LEAL, 2013), com o registro de manifestações em 483 municípios de todos os estados brasileiros e o Distrito Federal.

Os dados anteriores ajuda a consolidar as jornadas de junho como grandes atos públicos com número pujante de participantes, promovendo manifestações vistas antes com essa mesma proporção apenas em três momentos da história brasileira, como a Marcha dos Cem Mil em 1968, que reuniu estudantes, artistas e intelectuais brasileiros na luta contra o golpe de 1964; o movimento pelas Diretas Já, que reuniu milhares de pessoas nas ruas do Brasil em meados dos anos 1980, pedindo o fim do regime militar e reivindicavam direito ao voto; Caras Pintadas em 1992, que pediam a renúncia do então presidente Collor, acusado de cometer atos de corrupção em seu mandato.

A forma de articulação trazida por esses movimentos, iniciados alguns deles através das redes sociais virtuais, pode variar, partindo de uma denúncia até a ação concreta, como protestos, passeatas, manifestações.

Por isso é tão importante abordar aspectos tidos como centrais nesses movimentos a partir de uma sociologia das Jornadas de junho. A análise aqui desenvolvida realiza-se a partir de temas que costumam ser apontados como definidores do fenômeno aqui elencado.

É importante salientar que o próprio protesto consiste em forma de ação dos movimentos sociais, e que pode ou não ser organizado por eles. Gohn (2011, p.335-336) afirma que na atualidade os movimentos sociais estão divididos em redes, sendo elas: redes sociais,

locais, regionais, nacionais e internacionais, e através dessas redes gera-se uma nova comunicabilidade para a sociedade.

Destaco aqui a distinção entre redes sociais virtuais e redes de movimentos sociais, se tratando respectivamente no entender dessa pesquisa, o primeiro como uma forma de articulação, ao menos no que consiste em movimentos que se organizam e se constituem a partir dos espaços virtuais; e no segundo caso trata-se de uma rede formada por diversos movimentos sociais, entre ONGs, redes sociais, ou seja, em sua forma organizacional é composto por diversas redes.

As redes sociais virtuais estão aparecendo no cenário dos movimentos sociais da atualidade com extrema importância, como por exemplo, a Primavera Árabe<sup>1</sup> e o Occupy Wall Street<sup>2</sup>.

Na atualidade os movimentos sociais utilizam os novos meios de comunicação como a internet para se organizarem e propagarem suas ideias e buscar novos integrantes, conforme fica evidente para alguns autores no que tange as jornadas de junho de 2013.

Para Scherer-Warren (2014) um dos fatores que pode ter contribuído para a ampliação das jornadas de junho está associada a forte repressão e os excessos cometidos pela Polícia Militar paulista (PM-SP) criando uma rede de solidariedade entre os participantes e não participantes dos atos até então.

Essa solidariedade se ocasionou em torno da identificação e preocupação em preservar o direito à liberdade de expressão e reivindicação, sendo essa uma importante característica de propagação nacional dos protestos.

No entanto, é preciso falar de solidariedade com muita cautela, pois como se trata de uma nuance difícil de ser medida e analisada empiricamente, abre um espaço para debates e interpretações mais variadas e imprecisas.

Mesmo em um cenário tão diversificado como aparecem as manifestações, principalmente em sua segunda fase, no qual a opinião pública já legitimava os atos, cabe analisar de forma mais profunda afirmações que podem apelar para um sentimento de dependência mútua.

Entendo que se trata de uma consideração importante a ser feita, mas que ultrapassa o tempo disponível para a construção desse debate nessa pesquisa.

---

<sup>1</sup> A expressão se refere a onda de protesto e revoltas populares contra os governos do mundo Árabe, que eclodiu em 2011 devido a situação dos países e crise econômica

<sup>2</sup> Faz referência ao movimento contra a desigualdade econômica e social, a ganância e a corrupção e a indevida influência das empresas, sobretudo do mercado financeiro, no governo norte americano. Iniciado em 2011 em Nova York.

Tendo em vista que essa solidariedade só pode ser compartilhada em meio a uma noção de pertencimento ao que está sendo proposto e a uma identificação com a realidade que o outro está vivenciando.

De acordo com a bibliografia levantada, as manifestações de 2013 proporcionaram a abertura de várias frentes, seja com ideias mais progressistas até as ultraconservadoras, essas últimas em especial apareceram de forma mais tímidas durante 2013, e se fortaleceram em manifestações seguintes como as que pediam o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

As jornadas de 2013 e as grandes manifestações do século XX se diferenciam principalmente na forma de convocação dos participantes, abrindo mão dos mecanismos tradicionalmente utilizados pelos movimentos sociais e focando nas redes sociais virtuais como meio de convocar as pessoas a participarem dos atos.

As manifestações nos levaram a pensar na dinâmica e articulação da sociedade com os coletivos presentes nas ruas, uma vez que esse movimento ocorreu sem a efetiva organização dos movimentos sociais tidos como tradicionais, movimentos de base ligados ou não a partidos políticos, o que não os impediu de adentrarem no decorrer das manifestações.

A partir de junho de 2013 se construiu não apenas uma nova dinâmica de estruturação das ações coletivas, mas uma base de reflexão para os movimentos sociais institucionalizados a se reconectarem com as ruas e a sociedade civil.

Em meio a um cenário cada vez mais conservador e de discursos de ódio aflorados, inclusive contra a classe trabalhadora desse país (e as ditas maiorias da sociedade), debater e pesquisar a respeito das mobilizações sociais - iniciadas algumas delas a partir das redes sociais virtuais e que ganham maior visibilidade e dinamicidade devido ao processo globacional da internet - torna-se de grande valia para se pensar o papel das mesmas na sociedade atual e mesmo o engajamento político da população contra medidas que a atingem diretamente.

É importante compreender que não se trata de fazer aqui uma fabulação dos objetivos alcançados, tendo em vista que o objeto aqui estudado está circunscrito na literatura dos movimentos sociais, mas não se trata de analisar o movimento em si e sim as abordagens científicas desenvolvidas sobre o fenômeno social.

Uma vez que as próprias consequências de junho de 2013 para o Brasil ainda são objetos de estudos e pesquisas. Somente com um distanciamento desses acontecimentos e com os devidos aprofundamentos nas análises de dados sobre as jornadas de junho de 2013 conseguiremos mensurar o quanto esses atos contribuíram ou não para a conjuntura atual brasileira.

Reitero que o mapeamento e aglutinação das características como juventude, perfil social, redes sociais virtuais e repertório de ação desenvolvido nesse trabalho irá contribuir para futuras análises desse fenômeno.

Essa análise focou em alguns discursos analíticos acadêmicos sobre as manifestações de junho de 2013, em particular nas ciências sociais. Como ponto central dessa pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico tendo como principal intuito localizar obras científicas que faziam menção a junho de 2013, movimentos sociais e coletivos, a fim de delimitar os autores que seriam estudados como fonte nessa pesquisa.

Dessa forma optou-se por focar nas análises realizadas durante ou logo após os acontecimentos de junho de 2013, mesclando com algumas análises mais recentes de autores das ciências sociais, ou que compuseram obras que hoje são vistas como referência para a compreensão de junho de 2013 nas ciências sociais e nas humanidades de forma geral.

Em algum momento se pensou em chamar esses atos de Revolta dos 20 centavos, fazendo menção ao que considero ser o primeiro momento dessas manifestações. Entendo essa revolta não apenas como indignação com o aumento no custo do transporte público, como já mencionado anteriormente, mas como uma luta por parte da classe trabalhadora e das maiorias historicamente excluídas de serviços básicos de qualidade e de acesso a direitos como lazer, saúde e educação.

Opto, no entanto, por usar as nomenclaturas jornadas de junho ou manifestações de junho que se tornou usual dentro da produção científica e nos meios de comunicação de massa para esse fenômeno.

Com caráter de polarização e a própria diversidade posta nas manifestações, a consolidação de movimentos identitários, que ganharam ao longo dessa meia década maior visibilidade, não se pode incorrer ao erro de afirmar que apenas movimentos progressistas fizeram parte dessas manifestações, pois outras reivindicações ideológicas se fizeram presentes nesse cenário e se consolidaram a partir delas, como o Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre que se fortaleceram na sociedade brasileira a partir de 2014.

Os impactos, trazidos à longo prazo para a sociedade como resultado desses movimentos, ainda são imprecisos. Haja vista que o fenômeno é muito disputado por vários autores, correntes acadêmicas e políticas, reitero que fiz uma análise sobre o que algumas obras científicas das ciências sociais abordaram como eixos básicos de compreensão desse objeto.

Compreendo que a história se faz através do estudo dos indivíduos e das sociedades no tempo. O objeto aqui estudado está circunscrito na História do Tempo Presente.

Dessa forma, os acontecimentos entendidos como grandes movimentos políticos ou sociais precisam ser compreendidos a partir do momento de seu estopim e das fissuras deixadas ao longo do tempo ou dentro de um determinado espaço temporal, para saber, por exemplo, se são resultados de períodos longos de descontentamento com ações políticas e sociais gerando invisibilidade de determinada parcela da sociedade.

Assim, as abordagens trazidas para análise do objeto tratado nessa pesquisa circunscrevem-se dentro da interdisciplinaridade com o campo da sociologia e dentro do âmbito da história do tempo presente para entender como os autores das ciências sociais, usados como fontes nessa pesquisa organizaram e propagaram as análises destacadas pela literatura científica sobre as jornadas de junho e suas interpretações.

A apreensão dessa temática se faz através de pesquisa e levantamento bibliográfico. O universo de fontes dessa pesquisa compreende algumas obras acadêmicas: livros, artigos em periódicos científicos e trabalhos apresentados em eventos científicos a partir de 2013.

O principal intuito é compreender como os atores presentes nas jornadas de junho de 2013 foram interpretados pelas ciências sociais e aglutinados na construção de narrativas distintas ou não sobre os acontecimentos.

A partir da sistematização das características aqui já elencadas anteriormente, trata-se de chegar a uma conclusão primária de como se interpretou as jornadas de junho os autores aqui estudados até o presente momento.

O primeiro capítulo dessa pesquisa trata da caracterização e delimitação da juventude presente nas manifestações de junho de 2013. Entendo que construir uma análise a partir dessa característica é primordial para compreensão das leituras construídas pelos autores aqui pesquisados, visto que a abordagem da bibliografia em torno da juventude se manteve como um dos focos centrais da interpretação do fenômeno de junho de 2013.

O segundo capítulo expõe a composição de classe dos participantes das jornadas de junho de 2013 na forma como os autores desenharam essa análise, trazendo para o debate o balanço da composição social realizado pelos autores, o que nos ajuda a compreender os diversos atores presentes durante as jornadas de junho de 2013.

No capítulo três é abordada a forma como os autores elencados como fonte dessa pesquisa trabalham a questão das redes sociais virtuais. O processo de construção e das interpretações que cada autor traz sobre a importância das redes sociais virtuais e sua centralidade para as jornadas de junho foi elencado em um mapeamento destacando a importância ou não das redes sociais virtuais em suas análises.

O quarto capítulo traz uma análise focada nas características sobre as jornadas de junho de 2013 no que compete as questões levantadas em torno das formas de ações e performances das manifestações, observadas a partir da bibliografia aqui estudada.

Dessa forma, a abordagem desse capítulo trata da forma como os autores interpretaram os repertórios de ação, por exemplo: midiativismo, Black Blocs, oficinas de confecções de cartazes, ações performáticas durante os atos, a não presença de bandeiras de partidos etc.

Compreender as manifestações de junho de 2013 perpassa um espaço muito além de caracterizá-las tendo apenas como princípio uma memória histórica ou afetiva que nos remetem a produção de mobilizações coletivas por parte de movimentos sociais com posicionamentos à esquerda.

E preciso se debruçar sobre a diversidade presente não apenas nas ruas durante os atos, mas na própria diversidade científica de interpretações sobre o fenômeno. Nessa dissertação veremos algumas dessas interpretações compreendendo que não se trata de uma totalidade, mas de um recorte delimitado para o espaço de construção e desenvolvimento dessa pesquisa.

## **CAPÍTULO I. O ENCANTO REVOLUCIONÁRIO DIANTE DO LEVE TREMOR EM TERRAS TUPINIQUINS.**

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e a propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou. (Singer,2013, p.24)

Segundo Scherer-Warren (2014, p.417) o Brasil possui uma história onde a juventude ou os estudantes foram protagonistas relevantes ou principais em manifestações. Como será observado no decorrer dessa pesquisa, a característica jovem ainda se mantém presente nos acontecimentos atuais, sendo evidente como um dos principais aspectos do levante de junho de 2013, apontado por analistas e cientistas sociais. Como chama atenção Perruso (2014, p.4), o perfil dos jovens que têm ido as ruas está relacionado com uma massiva socialização de uma nova geração de manifestantes que ainda está em curso. Ou seja, parte dessa juventude não se organizou politicamente como ativistas nos ambientes conhecido e reconhecido por movimentos sociais tradicionais como espaços de formação política e tática de manifestantes e ativistas.

A característica inerente ao que é ser jovem dentro da sociedade está ancorada não apenas em questões biológicas e físicas, mas no espaço no qual esses indivíduos estão inseridos. Não podemos, portanto, tratar a juventude como uma característica indissolúvel as manifestações ocorridas no Brasil. Os distintos espaços sociais, por exemplo, as comunidades cariocas e das periferias de grandes cidades do nosso país, contam com jovens que são constantemente marginalizados e invisibilizados, inclusive por jovens que estão presentes em outros espaços de convívio social. Algumas características servem para nos ajudar a compreender o que é ser jovem, por exemplo, “condição juvenil e situação juvenil. Essas categorias referem-se ao modo como a sociedade constituiu e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais”. (SPOSITO, 2013 Apud GOHN, 2013, p.206)

As juventudes das periferias buscam cada vez mais ocuparem espaços diversos sejam se organizando em movimentos chamados de “rolezinhos<sup>3</sup>”, no qual saem grupos para áreas de lazer, que por vezes são tidas como pertencentes a indivíduos não periféricos, seja na organização de coletivos voltados para lutar por melhores condições em seu ambiente social e econômico.

Por vezes esses jovens são retirados desses ambientes, como ocorreu no famoso shopping center Iguatemi JK em São Paulo onde alunos de uma escola pública, foram proibidos de entrar em uma loja, pois segundo a vendedora o local era de “elite”, Salgado (2018). Esse tipo de ação serve não apenas para mascarar como também se concretiza em uma forma de manutenção de desigualdades tão presente no contexto histórico social brasileiro. Incluindo nesse contexto a violência simbólica sofrida por jovens em todo o território nacional e a própria violência física que jovens de grupos específicos sofrem diariamente no Brasil, como poderemos ver nos dados mostrados a seguir.

Segundo dados do Mapa da Violência de 2014 Waiselfiz (2014) para o ano de 2012 o Brasil contava com 52,2 milhões de jovens, entendendo nesse contexto pessoas na faixa etária entre 15 a 29 anos idade, o que correspondia a época a 26,9% do total de 194,0 milhões de habitantes. Considerando que apesar da presença em maior número de jovens nas manifestações de junho de 2013, grande parte desses jovens, alguns vindos das periferias ou de comunidades, como no Rio de Janeiro, encontraram já nesses lugares dificuldades para acessar os protestos devido a aparatos policiais, ou mesmo a dificuldade de locomoção para os locais onde esses atos estavam ocorrendo. Dessa forma, podemos supor que não estavam presentes nesses atos a complexidade de jovens inerente a totalidade da população brasileira.

Dessa forma, quando se afirmar que a solidariedade foi um fator de multiplicação e consolidação das manifestações em caráter nacional, se faz necessário analisar como ela, de fato, foi pensada e inserida dentro do contexto aqui estudado. Lembro que durante uma aula de história na graduação da disciplina formação econômica do Brasil contemporâneo, uma professora muito querida falou-me que a história não se faz a partir do “se”, portanto, umas das questões que permeia ainda hoje, diz respeito ao perfil social e de classe da juventude que foi as ruas durante os atos de 2013, abrindo nesse contextos, possibilidades de desenvolvimento de investigações futuras, tendo como base uma metodologia qualitativa.

---

<sup>3</sup> O termo se popularizou a partir de encontros marcados por jovens em locais públicos como praças e shopping center das cidades, sendo formados por jovens em sua maioria de periferia, que se juntam para praticarem atividades de lazer em conjunto.

O que podemos inferir é que segundo dados do Atlas da Violência de 2018 Cerqueira (2018), a questão racial está à frente nos dados de mortes violentas em nosso país, onde cerca de 71,5% dessas vítimas são negros (entendido aqui como pretos e pardos) e 56,5% são homens jovens entre 15 e 19 anos de idade são mortos por questões ligadas a violência. Maricato (2013, p.20-21) chama atenção para o aumento no número de homicídios entre os anos de 1980 e 2010 que cresceu cerca de 259% no Brasil. Para a autora “a principal vítima dos homicídios é o **Jovem negro e pobre** [grifos meu], morador da periferia metropolitana”. A solidariedade não é vista de forma efetiva nas comunidades e nas periferias, nem mesmo quando as crianças e também as escolas são vítimas da irresponsabilidade do uso da força, legitimado pelo Estado e exercido através da Polícia Militar, nesses espaços periféricos onde certamente jovens de baixa renda morrem diariamente, a solidariedade escuta sequer essas vozes.

Conseqüentemente essa análise inicia-se com a predominância da juventude presente na análise de alguns autores Krohling e Lacerda (2014); Barreira (2014); Gohn (2013); Moraes (2014) que de forma principal ou secundária retrata a questão da presença dos jovens nas jornadas de junho, como poderemos ver mais à frente. Falar em juventude é sempre importante salientar que estamos abordando como uma característica de análise presente nos atores sociais em junho de 2013, dessarte seja colocada como uma característica presente nas jornadas de junho, em determinado contexto ela pode ser usada como uma categoria de análise desse mesmo objeto. Possuindo assim pontos de análises distintivos de acordo com a forma na qual esse termo é utilizado metodologicamente.

Para auxiliar em como a juventude brasileira foi caracterizada na bibliografia como parte dos atores sociais que compuseram as jornadas de junho de 2013 com lutas e pautas diversas em dado momento, iremos trazer alguns conceitos que favorecerá a contextualização de juventude.

[...] Marian Martins, nos anos 1960, em diálogo com Clarice Lispector, ela disse a respeito das manifestações daquele período: “A juventude sempre tem razão e isso de querer fazer deles uns robôs não vai dar certo e nem eles se submeterão. É a minha esperança. (Entrevista de Marina Martins ‘Diálogos Possíveis com Clarice Lispector. Revista Manchete, dez. 1968, Apud GOHN, 2013, p.206)

O trecho acima ressalta a uma dimensão e relevância que dá característica sobre a importância das juventudes nas análises construídas sobre as jornadas de junho de 2013, mostrando um sentimento de esperança na sociedade por parte dos jovens. De fato, a história nos remete a presença de jovens em momentos de efervescência nacional, o que nos leva perguntar sobre qual juventude a história têm nós falando, quem são esses jovens abarcados

nessa característica? Estamos compreendendo apenas a idade biológica, que segundo o IBGE (1999) corresponde a indivíduos dentro da faixa etária de 15 a 29 anos de idade como fator determinante do que é jovem na atualidade ou estamos levando em conta os perfis sociais construídos em torno da ideia de juventude? São levantamentos importantes, não apenas para a contextualização dessa característica, mas para a própria forma de sua análise.

Para responder esses questionamentos, vamos partir da análise que Bourdieu traz sobre juventude. Para o autor, juventude se trata de uma noção relacional em disputa em todas as sociedades na fronteira entre o que é velhice e o que é ser jovem Bourdieu (2003, p.151), ou seja, juventude não se trata de um recorte dado a *priori*, mas construído socialmente de acordo com o contexto social, seja de classe ou de disputa de poder. A análise sociológica foge de uma afirmação simplista, como as efetuadas por meios de comunicação de massa e o senso comum de que a principal característica das jornadas de 2013 se encontra no perfil predominantemente jovem dos participantes.

Abordar a complexidade existente no termo juventude, principalmente quando consideramos como noção social, ou seja, englobando aspectos que se modificam de acordo com o contexto de classe, gênero, raça e outros marcadores sociais de identificação, nos leva a compreender a importância da análise social desse tema. Ao afirmar que a juventude se tornou protagonista do “sentimento brasileiro de indignação” (Barreira, 2014, p.148), a autora desenvolve sua análise sobre a presença de jovens nas jornadas de junho de 2013, levando em consideração a presença das redes sociais virtuais e ação direta como formas secundárias. Sendo assim, é preciso compreender as diversas juventudes<sup>4</sup> presentes durante as jornadas de junho de 2013.

As classificações por idade (mas também por sexo, ou é claro, por classe...) acabam por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação à qual cada um deve se manter no seu lugar. (Bourdieu, 2003, p.152)

Dessa forma, se faz importante pensar na característica de juventude levando em consideração fatores que são derivantes nessa composição. Para Gohn (2013) juventude quando associado a uma expressão de ser jovem, possui algumas nuances que devem ser reconhecidas e problematizadas.

---

4 Opta-se aqui seguir a interpretação do que nos fala Bourdieu, com respeito as diversidades que podem ser encontradas dentro de um mesmo grupo de jovens de diferentes localidades, o que nos leva a entender que a juventude da periferia de determinada região do país é diferente em si, estando ligadas talvez pelo fator biológico, mas que, ainda assim, as suas demandas sociais e de oportunidades não necessariamente são as mesmas.

O conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e características. O primeiro, decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (em que também não há consenso), com ênfase nos aspectos geracionais de uma determinada fase da vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinado pela situação de classe social. (GOHN, 2013, p.205/206)

Os jovens estão presentes nas manifestações em grande quantidade, o que não significa dizer que se caracterizam como um grupo homogêneo. Mas, nos permite observar que a característica jovem é evocada, inicialmente, a fim de criminalizar as manifestações. A mídia tradicional, principalmente, fez uma longa narrativa de desqualificação das pessoas que estavam nas ruas em 2013, chegando a chamá-los de “baderneiros” e “irresponsáveis”, atitudes como essa caracterizam uma dinâmica em dar ênfase a atitudes positivas ou negativas da juventude.

Em episódios posteriores a junho, porém, no que podemos considerar como um processo de continuidade, os protestos que eclodiram no Rio de Janeiro com mais intensidade, ocasionando a renúncia do então governador do Estado Sergio Cabral em 2014 Torres (2014), denominado de “Ocupa Cabral”, podem ser aqui acionados para a construção de uma identidade negativa da juventude presente nesses atos.

Alguns integrantes de coletivos foram criminalizados e presos, abro aqui um parêntese para a construção de uma figura que se tornou emblemática e ganhou bastante repercussão na mídia durante esse período. Elisa Quadros, ativista mais conhecida como a “Sininho” teve sua juventude caracterizada a uma imagem violenta e distorcida. O que chama atenção para esse fato está justamente na condição de classe e posição racial da “sininho” que vai na contramão da normalização exercida pelas forças do Estado em criminalizar jovens negros e pobres como afirmado anteriormente.

Em síntese, quer se destaquem os atributos positivos da juventude, associados à inovação e a criatividade, portadores de mudança social; quer se destaquem os problemas negativos, associados a problemas “da idade” ou a condições de vulnerabilidade socioeconômica (galera da periferia) ou, ao contrário, (superproteção aos “mauricinhos”, que em passado remoto também já foram denominados como “juventude transviada”, imortalizada em filme protagonizado por James Dean), os jovens e a juventude na atualidade continuam a desafiar teóricos e teorias nas análises. (GOHN, 2013, p.206)

A repercussão negativa por parte da mídia tradicional a polarização entre setores antagonistas no cenário político da sociedade brasileira expõe-se no momento em que parte dos jovens presentes nos protestos que são associados a criminosos e terroristas, deveriam ser punidos duramente, mas que antes de serem jovens, eram jovens pertencentes a um viés político e que esse poderia, ao menos para alguns, ser fator decisivo sobre estarem ou não presentes nas ruas e com suas vozes legitimadas.

Entretanto, não podemos esquecer que ao considerarmos junho de 2013 como um movimento representativo dos atores sociais que se consideram “sem voz pública” não apenas os setores da política estavam sendo contestados, mas toda a forma de se fazer comunicar até esse momento também estava sendo colocada em xeque. O protagonismo jovem nas manifestações de junho de 2013 e em outros movimentos contestatórios não deve ser visto como elemento de ineditismo, haja vista a grande presença de jovens nesses processos no decorrer da história. O que talvez deva ser compreendido como um fator de inovação se trata da característica de ser jovem em determinada conjuntura, trazendo novas dinâmicas e raciocínios para as análises sociais em tempos históricos distintos.

Existe uma disputa em torno de qual juventude está sendo representada nesse contexto. Para Bourdieu (2003, p.153) os embates em torno da juventude também se constituem a partir das oportunidades que determinados jovens possuem em relação a outros. O autor afirma que ao tratar de questões diretamente ligadas ao papel da escola, por exemplo, o que condiz a entrada e permanência de longo prazo em um ambiente onde a qualificação intelectual é o fator principal. Pode ser visto como forma libertadora por aqueles que não tiveram a oportunidade de adentrar nesses espaços, porém a estrutura construída pela escola de forma geral, tende a favorecer a reprodução dos mecanismos de desigualdades, que só podem ser percebidos após a inserção nesses espaços e a não obtenção de uma modificação no seu *status quo* inicial, sendo essa talvez uma das principais indignações de jovens que ascenderam educacionalmente e não tiveram seus desejos de melhores empregos e remuneração atendidos.

Não se trata, de objeto de análise dessa pesquisa, se debruçar sobre o debate envolvendo as questões educacionais e seus desafios na sociedade atual. Porém é inegável que entender e debater as desigualdades de oportunidades presentes no sistema educacional brasileiro se faz primordial, inclusive para compreendermos o sujeito histórico que está sendo formado não apenas dentro das Universidades e Escolas, mas também no contexto de ativismos digital. Mesmo sendo essa uma abordagem de suma importância para compreender o panorama

socioeconômico dessa geração que conseguiu, não apenas adentrar nos espaços escolares e acadêmicos, como também tiveram oportunidades de ingresso ao mercado formal de trabalho.

Figura 1

### Atividade dos jovens de 15 a 29 anos

Em %, por grupos de idade



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012

Na figura 1 percebe-se a predominância de jovens que não trabalham e não estudam. Esse dado é importante por mostrar a defasagem parte dos jovens presentes na sociedade brasileira e que de alguma forma, podem não ter sido contabilizado nas análises feitas até aqui. Ao observarmos os dados trazidos por Singer (2013, p.28) afirmando que 14% dos presentes nas manifestações realizadas no dia 20 de junho no Rio de Janeiro não possuíam o ensino fundamental completo, caracterizando uma baixa participação de jovens não escolarizados nas manifestações. Como fazer uma análise de causas pautadas na juventude, sem compreender como uma parcela desse grupo se quer conseguiu chegar nos espaços de debates de temas cruciais para o desenvolvimento como indivíduo e profissional?

Considerando que a juventude aparece como uma das protagonistas nas manifestações de junho 2013, vale ressaltar aqui como bem observou Moreira e Santiago (2013, p. 17)

É importante destacar, que apesar do protagonismo juvenil, não foi só a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial a Saúde, Educação e Segurança Pública, além das questões relacionadas à cidadania LGBT e ao movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay.

Em novembro de 2012 o IBGE publicou um estudo também tendo como base a Pesquisa Nacional de Amostragem (PNAD), na qual afirma que o número de jovens negros nas universidades praticamente triplicou na década de 2001 a 2011, passando de 10,2% para 35,8 % respectivamente. Em contrapartida, os jovens brancos na mesma faixa etária o percentual subiu de 39,6% em 2001 para 65,7% em 2011 (TERRA, 2012), ou seja, mesmo sem colocarmos o fator renda, se pode afirmar que apenas caracterizar como juventude não traduz com eficácia as nuances vividas por diferentes tipos de jovens em todo o Brasil.

Esse fato se traduz inclusive na própria condição na qual o indivíduo se coloca diante da sociedade, tendo como base seu aspecto socioeconômico como delimitador de ser ou não jovem. Ainda compreendendo que juventude se trata como foi afirmado a cima de uma condição em disputa nas diversas sociedades e de acordo com a conjuntura que essa comunidade vive, podemos supor que também existe uma disputa no cerne da sociedade que delimita não apenas quem é jovem, mas aqueles que podem usufruir da juventude como uma característica não negativa, mesmo quando se trata de cometer algo que inicialmente é visto como ilícito ou fora dos padrões estabelecidos socialmente.

Os jovens que estamos tentando retratar aqui são atores sociais em contaste construção e desenvolvimento, não se trata no entanto de criar uma cultura da juventude, tendo em vista que essa já fora desenvolvida décadas atrás, mas se trata da agregação de novos mecanismos de relacionamento e identificação desses jovens para com a sociedade e para com eles mesmo. A visibilidade das lutas travadas na diversas juventudes existente em nosso país devem ser levadas em consideração, inclusive na luta por mais igualdade e reconhecimento, na luta por dignidade e respeito, condições de acesso a trabalho e renda, bem como a oportunidades de acesso a uma educação de qualidade e que contribua para uma modificação na realidade não de uma mas das diversas juventudes presentes em território brasileiro.

Talvez por serem os jovens entendidos como o motor da mudança na sociedade muitos dos textos aqui analisados trazem a juventude como um dos principais agentes das manifestações de junho de 2013. Não por se tratar de um aspecto novo, mas por manter uma historicidade sobre a forte presença da juventude nas grandes manifestações brasileiras. O sentimento de pertencimento e o encanto por mudança faz parte, podemos supor, de uma característica comum as diversas juventudes presentes na sociedade. Esse talvez seja o ponto de interseção que levou milhares de jovens as ruas do Brasil e do mundo nas últimas décadas.

Na construção e elaboração dos dados para essa dissertação questionamentos ligados a classificação das análises desenvolvidas pelos cientistas sociais a partir de junho de 2013 foram

surgindo, acredito que esse fato decorreu das ligações entre os subtemas aqui pesquisados, que aparecem em conjunto em quase toda a bibliografia aqui levantada. Diante dessa constatação foi necessário construir uma divisão entre os textos e autores que colocaram o aspecto jovens como algo importante desses acontecimentos, porém não se debruçaram de uma forma mais detalhada sobre a condição de ser jovem nessas manifestações e aqueles que de alguma maneira compreenderam a juventude como um fator central para conduzir suas análises.

As próximas sessões desse capítulo constituirão exatamente na sistematização desse mapeamento e na consolidação das ideias empregadas por cada autor e texto aqui analisado. Supõe-se essa divisão, por compreender que o aparecimento da expressão jovem constitui-se como um elemento de entonação de uma característica predominante no fenômeno aqui estudado e que mesmo quando está não aparece de forma central nos textos sobre junho de 2013 se coloca a partir de elementos transicionais que ligam os jovens aos demais temas que englobaram os atos em si.

Ou seja, supõe-se que esse levantamento nos ajudaram a pesar na construção de pesquisas futuras que tenham como objetivo aprofundar a participação de jovens nas manifestações de junho de 2013 tendo como plano norteado além da forte presença juvenil nos atos, a sua organização e articulação do próprio movimento, assim como seus anseios e motivações para desenvolver uma luta em prol de determinadas pautas, reconstruindo não apenas o fenômeno social em si, mas a própria história dos atores nele presente e suas particularidades com relação aos jovens do passado que estiveram presentes ao longo das manifestações e que ainda hoje muitos encontram-se nas ruas junto com os movimentos sociais ou coletivos constituídos na atualidade.

### **1.1- De que juventude estamos falando?**

A pergunta de origem desta pesquisa é: de que juventude estamos tratando? Viu-se necessária a realização desse questionamento a partir do que se compreende como aspectos diferentes na construção de um sujeito histórico e social da atualidade, levando em consideração os instrumentos e mecanismos de acesso ao qual esses indivíduos são colocados no decorrer de sua trajetória de formação. Desse modo, tornou-se algo central para pensar como os autores das ciências sociais dentro do recorte feito nessa dissertação construiu ou não essa característica nas suas análises sobre a juventude no aspecto das manifestações de junho de 2013.

Como já colocado anteriormente, não é o caráter jovem que aparece nesse fenômeno como um fator de ineditismo nas análises, visto que, a juventude é um ator presente historicamente em manifestações, o que pode ser entendido como fator de ineditismo é justamente esse questionamento sobre que juventude esteve nas ruas durante as manifestações de junho de 2013 e como essa juventude foi retrata nas análise sociais que decorreram desse fenômeno.

É justamente esse o objetivo central desse capítulo: contribuir para o debate bibliográfico em torno da juventude brasileira e sua participação nos movimentos sociais. A própria diversidade de juventude suposta durante as manifestações de junho de 2013 contribui para uma nova forma de fazer política, no qual o contato de jovens com realidades diferentes e distintas das suas, abre espaço para uma ampliação do que pode ser entendido como seu espaço na sociedade, dessa forma como a própria responsabilização dos atos como algo proposto pela juventude pode ser entendido como um movimento de luta frente as desigualdades sociais existem, mas que em alguns casos o próprio antagonismo trazido pelos espaços de pertencimento diferenciados podem resultar em um desenrolar que não era o pretendido inicialmente.

Os meios de comunicação em uma análise imediatista dos acontecimentos logo chamaram atenção para a característica jovem dos manifestantes, não como um fator de positividade, e sim no que a categoria de juventude poderia significar negativamente. Para Scherer-Warren (2014, p.417) “a juventude é, e historicamente tem sido, bastante idealista e, muitas vezes, quer mudar o mundo, o sistema político e relações do cotidiano.” A autora chama atenção para o que ela afirma não se tratar de uma novidade, mas de algo que nem sempre teve visibilidade, contribuindo para o que chamo atenção para compreender que juventude é essa que aparece nas análises sobre as manifestações de junho de 2013. Scherer-Warren (2014, p. 417) coloca alguns momentos em que a juventude ganhou maior visibilidade e apareceu como fator principal de movimentos no Brasil e ao redor do mundo, como no caso do maio de 1968.

Teve visibilidade em 1968, em várias partes do mundo e no Brasil, com o movimento estudantil que foi às ruas e teve de enfrentar o regime militar, além de, paralelamente, propor mudanças no sistema político e nos valores culturais. Em relação a 1968, para o Brasil, são mais lembrados a *Passeata dos Cem Mil*, que reuniu universitários, intelectuais, artistas e muitos cidadãos no centro do Rio, e o confronto da Rua Maria Antônia em São Paulo, entre estudantes da USP e do Mackenzie, em alguma medida defensores de lados ideológicos opostos. (SCHERER-WARREN, 2014, p.417-418)

Dessa forma, nem sempre a visibilidade se mostra presente nos atores que constituem as manifestações em si. Um ponto de convergência que deve ser questionando sobre a presença dos jovens nas manifestações de junho de 2013 encontra-se também no próprio caráter organizacional desses jovens, pertencendo ou não a grupo políticos, como o próprio movimento estudantil. O antagonismo ideológico também é um fator de congruência entre os movimentos anteriores e os que eclodirão desde 2013, sendo em alguns momentos visto como um aspecto importante para a construção de uma identificação comum dos manifestantes em prol de uma mesma causa sem que necessariamente tenha uma ideologia política dominante mas que contribui para a unificação desses manifestantes nesse momento.

Quando levamos em conta as manifestações ocorrida no Brasil durante o ano de 1992 conhecidas como o movimento dos Caras Pintadas como já colocado acima, percebemos que entre esse fenômeno e as manifestações de junho de 2013 passaram pouco mais de duas décadas, ou seja, podemos supor que os jovens presentes nos atos de 2013 em parte se formaram política e socialmente nessa década, sendo que a própria virada de século durante os anos dois mil ocasionou inúmeras mudanças não apenas tecnológicas, mas também de caráter ideológico, dessa forma e como já constatado historicamente a presença da juventude nos atos seria algo obvio de se constatar.

Secco (2013, p. 60) afirma que alguns números disponibilizados por organizações de pesquisas como o DataFolha apenas mostraram o obvio: “desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes.” Mesmo sua análise sobre o objeto aqui estudo não se construir de forma tendo a juventude como um caráter central, é importante se debruçar sobre as considerações feitas pelo autor sobre os atos e a presença dos jovens. Um outro ponto que o autor traz como importante está justamente na ligação entre o jovem da atualidade e sua ligação não apenas com a internet mas com as redes sociais virtuais e as possibilidades de comunicabilidade que esses mecanismos trazem, no entanto Secco afirma que “embora os jovens manifestantes usem a internet para combinar os protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação.”(2013, p.61).

Diante desse fato podemos supor que a visibilidade em torno da juventude presente nas ruas e as vozes que ecoam desses atores estão ligadas ainda hoje a forma como a mídia tradicional irá fazer a “propaganda” dos acontecimentos para a sociedade de forma geral, considerando que muitas dessas pessoas veem na TV a principal, se não única, maneira de conseguir informações. Lima (2013, p. 79) afirma que “os jovens manifestantes se consideram

“sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa e nem é ouvida publicamente.”

Podemos supor ainda que a juventude presente nas jornadas de junho como fruto das modificações ocorridas em nosso país nas últimas duas décadas (1992- 2012) se formou parte dela ainda dentro da luta dos Partidos dos Trabalhadores (PT) no âmbito do protesto social de rua e das mobilizações de base e parte cresceu já com a chegada desse partido ao poder federal e com isso uma institucionalização das lutas de base. Secco (2013, p. 63) afirma que “a trajetória do PT foi a que mais evidenciou está “evolução” do protesto social ao transformismo político.”

Está em curso a massiva socialização política de uma nova geração de militante”. Trata-se não apenas de informar que os ativistas que estiveram presentes nas ruas a partir de junho de 2013 se trata de jovens, mas que parte desses jovens estão obtendo seu primeiro contato com práticas organizadas mesmo que não de forma tradicional de fazer política. Para o autor essa massiva socialização política ocorre principalmente pelo fato da juventude não ter sido iniciada por meio do campo popular hegemônico do PT ou mesmo pelas dinâmicas de embates entre PT e PSDB, esse fato ocorre principalmente a institucionalização das lutas de base dos conhecidos movimentos tradicionais, e aí podemos afirmar que Secco (2013) e Perruso (2014) dialogam no tocante de que a ascensão do PT ao governo federal contribuiu para uma institucionalização das demandas e anseios da sociedade brasileira.

Supondo que uma primeira característica que pode responder a pergunta colocada no início dessa sessão seria o fato de que parte da juventude que esteve presente nas ruas durante as manifestações de junho de 2013 passaram a se organizar politicamente durante os próprios atos, pensando que anteriormente esses jovens não tiveram contato com militantes de grêmios estudantis, centro acadêmico e diretório estudantil, ou mesmo com movimentos sociais de bairro e formas de associativismo comunitário.

Se muitas pessoas tornaram-se ativistas de movimentos sociais em curto espaço de tempo, sem recorrer aos valores, às identidades e aos símbolos de organização já consolidado como PT e a CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao PT), certamente aqueles ativistas, os protagonistas das manifestações, não comungam das mesmas classificações político-ideológicas compartilhadas por estes últimos, que atualmente compõem o status quo político brasileiro. (PERRUSO, 2013, p. 5)

Compreendo que parte dessa juventude não se formou politicamente dentro desses espaços considerados hegemônicos. Podemos levar em conta que ao menos uma parte desses ativistas já estavam organizados politicamente antes dos atos de junho de 2013, principalmente

se levarmos em consideração os integrantes do MPL (Movimento Passe Livre) que desde meados dos anos dois mil têm atuação política em diversas cidades brasileiras. Podemos supor, então, que dois grupos de jovens estavam presentes nas manifestações de junho de 2013, o primeiro corresponde a ativistas de coletivos já estruturados como o MPL e mesmo integrantes de movimentos estudantis como a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UJC (União da Juventude Comunista) e etc. e outra parte desses jovens era composta por ativistas em iniciação político-ideológica<sup>5</sup>.

O fator de horizontalidade trazida por jovens que estiveram presentes nas manifestações de junho de 2013 e o repúdio as formas de hierarquia constituídos ao longo do processo de formação histórico, podem ter contribuído para a formulação de que os jovens que foram as ruas para além de não saberem muito bem o que estavam reivindicando, também não possuía um formação político social que os ajudasse a compreender. Ora, parte da não juventude (indivíduos que em outras manifestações foram caracterizados como jovens, mas hoje estaria fora desse enquadramento) também estava presente nas ruas, mas para além de estarem presentes nas ruas o que de fato foi feito para mostrar a essa juventude que ai está a importância das lutas e da formação política? Sakamoto (2013, p. 86) afirma que “os mais jovens desconhecem o valor das lutas que trouxeram a sociedade até aqui – e nós não fizemos questão de mostrar isso a eles, muito menos como os mais velhos foram protagonistas dessas lutas.”

Cabe lembrar que como todo evento onde a difusão da diversidade de pautas e a negativa de reconhecimento a determinadas categorias já colocadas previamente as manifestações de junho de 2013 não podem ser entendidas como formadoras apenas de ativistas com pensamento de esquerda, ou como um movimento hegemonicamente composto por ativistas e simpatizantes das ideias trazidas por parte da esquerda brasileira. Nesse contexto Singer (2013, p. 32) faz um diagnóstico de “que tanto a esquerda quanto a direita estiveram presentes nas ruas.” O que nos leva a um outro questionamento possível: se parte da esquerda e da direita estavam presentes nas ruas, como explicar o grande número de participantes sem preferência partidária? 71% como apontou algumas pesquisas do Datafolha usadas por autores como Nascimento e Losekann (2013, s/p); Secco (2013, p. 60).

Um caminho possível para explicar esse número pode estar justamente no fato de muitos jovens estarem participando pela primeira vez de manifestações de ruas, sem que de fato tenham

---

<sup>5</sup> Usarei esse termo para designar os manifestantes que participaram dos atos a partir de junho de 2013, compreendendo que a partir de então esses jovens passam a ter o seu processo de formação político-ideológico e decidem ou não se tornar militantes e ativistas de movimentos sociais.

tido contato com as formas tradicionais de socialização e inicialização política que membros de movimentos sociais possuem.

Por essa razão, e como já dito, boa parte da juventude se iniciou e se socializou politicamente, a partir do novo século, no Movimento Passe-Livre, nos Comitês Populares da Copa, em Sindicatos e em outros movimentos sociais mais combativos, quase todos fora da esfera de influência da política da geração petista-cutista que se encastelou em postos governamentais, bem como fora do âmbito de suas respectivas políticas públicas. (PERRUSO, 2014, p. 9)

Haja vista a importância desses ambientes para a socialização da juventude os próprios coletivos surgidos no início desse século e como respostas mais radicais ao esquecimento por parte do Estado de vozes presentes nas ruas e o distanciamento das políticas de bases e da organização não institucionalizado dos movimentos sociais. Parte da juventude que não se reconhece nesse modelo político institucional que está colocado viu nos coletivos uma nova forma de fazer política e lutar por mudanças sociais e econômicas. Para Gohn (2016, p. 135) “houve grande protagonismo de jovens, organizados em coletivos que convocavam on-line os atos públicos, realizados sem bandeiras partidárias ou camisetas e carros de som de sindicatos.”

Os jovens que se consolidaram como protagonistas das manifestações de junho de 2013 estavam se colocando na cena política da sociedade, não apenas como indivíduos sem preparo organizativo e ideológico, mas como ativistas com novas maneiras de se conectarem entre si e de criarem identificação a partir de uma pauta comum a todos, não necessariamente sendo algo que está presente em uma ideologia político-partidária. Gohn (2013) vai afirmar ainda que existe atualmente um novo modelo de associativismo civil dos jovens e que compreender esse modelo nos ajuda a pensar em qual jovem estamos falando.

Ele é diferente das rebeliões dos anos de 1960, assim como é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, que têm o Fórum Social Mundial como principal exemplo. As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimento de classe e sociocultural e as formas como aproveitam as oportunidades. (GOHN, 2013, p. 207)

Essa afirmação nos ajuda a pensar na questão do ineditismo de como os jovens se articulam em determinada conjuntura social, pois a característica em torno da juventude continua presente e acredito que continuará a estar em outras manifestações, mas o que se

modifica é a forma como esses jovens se articulam e se identificam no cenário social que estão inseridos. O “sentimento brasileiro de indignação” protagonizado em sua maioria por jovens, e que pode ser visto durante os atos de 2013 e se desdobrar ainda na atualidade, deve ser visto também como uma questão a explicar uma perspectiva voltada para o aspecto de exclusão social de alguns grupos da sociedade brasileira. Deve também ser analisado com cautela para não incorremos no erro de incluir nesse sentimento de indignação comportamentos de cunho fascista e autoritários, como bem nos chama atenção Sakamoto (2013)” O desafio é que, diante de comportamentos questionáveis e pouco democráticos desses jovens conservadores, acabamos por externar nosso desprezo e raiva. Podemos ignorá-los, enquanto cresce em número. Ou conquistá-los para o diálogo e não para o confronto.”

A possível falta de diálogo entre os jovens da atualidade e os não jovens pode ocasionar não apenas formas de comportamentos conservadores como privar parte dessa juventude de conhecer a importância que os não jovens tiveram outrora e ainda possuem nas mobilizações sociais brasileira. Singer (2013); Secco (2013) afirmam que grande parte dos ativistas presentes nas manifestações de junho de 2013 é composta por indivíduos na faixa etária de até 25 anos de idade, o que pensado na ideia biológica e por faixa etária de juventude estaria na parte final do que é ser jovem e o início da trajetória adulta. Singer (2013, p. 97) afirma ainda que a “presença de não jovens, ao menos na segunda fase, à medida que as passeatas ganhavam amplitude foi crescendo, mas não o suficiente para ocorrer uma modificação na predominância dos jovens nesse fenômeno. Comparando os números do DataFolha em São Paulo, vemos que de 17 para 20 de junho aumenta a proporção de mais velhos.”

Por mais que seja observado um movimento intergeracional nas manifestações, as formas de se colocarem são distintas de outras manifestações vistas no século XX. Sendo também para os mais velhos um momento de se redesenhar no cenário das ações coletivas e incorporar novas técnicas implementadas por essa juventude. Ainda pensando no caráter de qual jovem estamos falando, observamos que tanto a forma de ação quanto a participação nos atos são indicativos de diferenciação entre a juventude presente nas ruas. Acredito que não se trata apenas de uma não formação política-ideológica, como bem indicou alguns autores vistos anteriormente, trata-se também de um sentimento de pertencimento e identificação do que é compreendido moralmente como certo ou errado.

Interpretando que os lugares de construção social dos jovens que foram as ruas se apresentam de formas diversas inclusive na dicotomia entre centro versus periferia e asfalto

versus favela, em alguns momentos esses embates se mostraram mais presentes, como demonstra Singer:

Mas o jovem cientista Henrique Consta conta o seguinte episódio ocorrido em uma estação de metrô e trem em São Paulo durante a mobilização de 17 de junho. Enquanto um grupo de jovens da periferia promovia uma espécie de “passe-livre” por meio do “pula catraca”, jovens de classe média gritavam para eles: ‘sem vandalismo, sem vandalismo’. Depreende-se do relato que os dois grupos chegaram às vias de fato. A julgar pela história narrada, houve uma tensão latente, às vezes transbordante, entre as duas camadas sociais que marcaram as manifestações. (SINGER, 2013, p. 97)

Consequentemente os embates entre as diversas juventudes presentes nas manifestações e a forma como esses jovens concebem a ideia social em torno das suas reivindicações por demandas antagônicas ou não se fazem presentes em diversos momentos, seja no choque entre as classes sociais presentes, seja na forma como se afirmam politicamente. Para Gohn (2013, p. 209) “os sujeitos destas manifestações têm sido organizados sob múltiplas formas – etnia, raça, gênero, idade, tipo de atividade do trabalho (rural ou urbana), unidades produtivas da economia solidária etc.” Em vista disso muitos dos jovens possuem lutas e bandeiras que se diferenciam uns dos outros já tendo como fio de separação o local de origem e a construção do seu *ethos cultural*, “ talvez a condição de jovens, predominantemente de classe média, que compunha a maioria dos manifestantes exija uma explicação um pouco mais elaborada” conforme afirma Maricato (2013, p. 18). Portanto, mesmo assimilando uma amplitude de universo quando em contato com realidades diferentes da que está diariamente habituado o jovem sente um estranhamento em conceber determinados tipos de atitudes.

Logo as ampliações produzidas no decorrer das manifestações em caráter de pautas e de acolhimento de indivíduos dos mais variados lugares possíveis pode ter contribuído para a criação de um espectro menos homogêneo e mais plural das ruas, principalmente a partir do segundo momento desse fenômeno, como apontam as análises. As manifestações de junho se colocaram, a princípio, como um local de interconexão dos mais diversos, não levando em consideração o histórico individual de luta por direitos e emancipação de movimentos identitários já consolidados na sociedade brasileira. Muitos dos jovens presentes nas ruas estavam descontentes, sem saber bem com o quê, mas sabiam que era preciso estar presente naquele momento nas ruas não apenas como participante de um momento histórico, mas como um sujeito ativo na construção da história.

Talvez, assim como eu muitos jovens que participaram das manifestações em 2013 não tinham ideia da proporção que os atos iriam ganhar e sequer imaginavam que se tornaria algo tão grande. A luta por melhores condições sociais, direito a uma educação pública e universal de qualidade, direito a saúde, lazer, trabalho, direito a amar no caso de pessoas LGBTQI+, direito de ir e vir independentemente da cor da sua pele, contra o racismo, essas e outras bandeiras ou pautas uniram ao menos de forma inicial os jovens presentes nas ruas como vimos nas análises aqui apresentadas, entretanto podemos supor que esse fenômeno não se corresponde como algo capaz de modificar a forma como cada juventude continuou seguindo sua trajetória após as manifestações de junho de 2013.

Visto que a condição de ser jovem só pode ser considerada dada a *priori* com base na identificação através de determinada faixa etária, sendo os outros fatores presentes na condição de ser jovens constituídos socialmente e variante de sociedade para sociedade. Levando em consideração as diferenças de oportunidades vividas por uma juventude em relação a outra é preciso pensar se há um plano social de inclusão do jovem na sociedade de forma a garantir e proporcionar uma mudança de caráter realmente estrutural em sua realidade social.

No plano social, temos percebido uma pressão conservadora (muitas vezes assimiladas por setores governamentais) para a criminalização de pessoas que demandam uma atenção especial do Estado (seja coletivamente ou individualmente), à exemplo dos menores em conflito com a lei e dos dependentes químicos. Em um cenário como este, os jovens acabam se transformando nas principais vítimas, pois são privados do acesso a políticas públicas em educação, saúde, cultura e lazer e, ainda, sofrem com uma inserção precarizada no mundo do trabalho, visto que uma parcela considerável destes não consegue empregos de acordo com o seu nível de estudo e qualificação. Desta maneira, sem acesso a políticas públicas e sem perspectivas de uma vida melhor, muitos jovens mergulham na dependência química, no mundo do tráfico e da violência, o que destrói as perspectivas de futuro de uma geração inteira. Este abandono da juventude pobre pelo o Estado, muito provavelmente contribui para um aumento da quantidade de jovens mortos por causas externas em 2012, segundo o mapa da violência. (SILVA JR, 2013, p. 100)

O autor apresenta esses dados para trazer uma provocação de que a juventude não está no cerne da preocupação do Estado brasileiro comparando os gastos com políticas voltadas para a juventude e os gastos com os megaeventos que o Brasil sediou como a Copa do Mundo Fifa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A análise feita pelo autor contribui para a conceituação feita no início desse capítulo sobre juventude. Silva Jr (2013, p.101) afirma que “estes jovens de junho

vivenciaram plenamente acertos e erros das ações dos governos, do parlamento, do judiciário, da mídia e da luta política da última década”. Ou seja, por mais que esses jovens não tenham construído sua formação política-ideológica com o PT Perruso (2013) eles foram atingidos direta ou indiretamente pelas políticas implementadas durante esse período.

O autor chama atenção ainda para o caráter espontâneo que os jovens responderam aos chamados para ir aos atos e na forma no qual eles constituíram os mecanismos de ação coletiva, compreendo que eles não compuseram a base da juventude petista que esteve presente nas ruas em movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990.

Neste aspecto é importante destacar que a maioria dos jovens que foram as ruas, praças, palácios e parlamentos, como dito anteriormente, não viveu os anos 80 nem viveu politicamente os anos 90, logo não acompanhou/não sentiu/não viveu a importância de partidos como o PC do B, PT na resistência aos tempos de neoliberalismo de Collor e FHC. Estes jovens conheceram o PT e todas as suas referências públicas no momento em que este partido governa o país através de alianças com parte dos setores mais conservadores da política nacional, tendo eixo programático a pauta “realpolitik”, que coloca o setor financeiro, o agronegócio e a conquista de mercados internacionais para o capital brasileiro como prioritário, cabendo ao governo brasileiro atender o povo apenas através de medidas compensatórias, pois não sobram recursos para oferecer serviços públicos de qualidade. (SILVA JR, 2013, p.105)

Ou seja, parte dos jovens que foram as ruas estavam insatisfeitos com esse tipo de política promovida durante os governos do PT (2002-2016), no qual apesar de terem tido acesso a mais oportunidades quando comparado com a geração anterior esse acesso não se consolidou como uma política eficiente de modificação da estrutura social de vida dos jovens mais pobres. Nesse tocante ainda é importante salientar a capacidade política dos jovens de se articularem e ocuparem as ruas reivindicando modificações e melhorias sociais.

À vista disso, o protagonismo juvenil não apenas nas manifestações ocorridas no Brasil mas nos atos de indignação que vêm ocorrendo ao redor do mundo desde o início do século XXI é percebido como um fator globalizante das demandas socioculturais que permeiam as ações dos coletivos, conectando-se as juventudes através do globo em apoio a demandas que podem ser locais ou internacionais. Moreira e Santiago (2013, p. 17) afirmam que “um grande segmento da população que se apresentou com grande visibilidade nas manifestações em todo o país foi a juventude, característica também presente nas manifestações globais.” Dessarte o

protagonismo da juventude nas manifestações de 2013 é percebido como uma construção importante sobre esse fenômeno. Para além disso o destaque para o fato de não ter sido apenas a juventude que se apresentou nas ruas é levantado pelos autores dialogando com as ideias de outros pesquisadores aqui já apresentada. Singer (2013); Sakamoto (2013); Gohn (2013).

É importante destacar que, apesar do protagonismo juvenil, não foi só a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial a saúde, Educação, Segurança Pública, além das questões relacionadas à cidadania LGBT e ao Movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “cura gay”, além das vozes a favor do aborto. (MOREIRA e SANTIAGO, 2013, p. 17)

Inferimos a participação de segmentos diversos durante as manifestações de junho de 2013, inclusive com demandas de emancipação e identidade já bem difundidas na sociedade nas últimas décadas, reforçando a ideia de não satisfação da juventude e de outros atores sociais com as políticas implementadas pelo Estado brasileiro até então. A juventude que inicialmente foram as ruas para protestar pelo direito de ir e vir nas cidades brasileira se indignando com o aumento das tarifas de transporte público, foi capaz de aglutinar outras demandas, gerações e movimentos nessa luta, não apenas levando setores já organizados político-ideológico a algumas décadas como contribuindo para que estes repensem as suas formas de mobilização e ação política, principalmente no que tange a inclusão das juventudes em suas estratégias de luta.

Algumas leituras feitas pelos meios de comunicação durante esse processo dava conta do caráter antipolítica presente nos manifestantes que pode ter contribuído para um entendimento que as vozes presentes nas ruas, principalmente dos jovens eram contra a política, mas ora vejamos, como pode um movimento que se constitui através de ações e participações sociopolítica negar a política? Captamos a ideia de que toda ação em si se constitui em um ato política, seja sua negação ou afirmação, no caso de junho de 2013 como afirma Amaral (2013) esse sentimento apolítico seria ligado a forma atual como a política tem se desenvolvido em nossa sociedade e não no “suicídio” ao gênero política.

O discurso antipolítica, antes e sempre tonitroado pela grande imprensa e por ela recolhido e ampliado nas manifestações, não foi um repúdio suicida ao gênero política (mesmo porque as manifestações foram uma explosão de interesse, sobretudo juvenil, pela política), mas uma forma específica do fazer dos políticos, atual, medíocre, afastados dos interesses sociais e limitado ao jogo dos negócios pessoais e interesses

de grupos empresariais em geral, e escada que leva a corrupção e à desmoralização do mundo. (AMARAL, 2013, p. 10)

Ainda que Amaral (2013) não traga a característica juventude como foco central da sua análise, o autor nos ajuda a refletir sobre a participação dos jovens na política brasileira. Como vimos em Perruso (2014), se parte dessa juventude estava se socializando politicamente pela primeira vez, como é possível conceber um sentimento de “assassinato” a política. Na verdade podemos supor que se constituiu em colocar nas ruas uma nova forma de fazer política, de trazer o ineditismo juvenil do século XXI para a movimentação e reorganização dos movimentos de base, em uma luta reivindicatória de participação política mais intensa das ruas e dos diversos atores sociais nela presente, que segundo Silva Neto (2013, p. 23) “em sua maioria, jovens, estudantes, universitários, professores, desiludidos, desempregados, esquecidos, coisificados, tratados com indiferença pelas instituições, partidos e governos.”

Posto que os jovens ao movimentarem sua indignação as mazelas vividas em âmbito pessoal e coletivo contribuem para uma identificação de ativistas não jovens com as pautas sociais inicialmente desenvolvida. Trata-se de realizar o debate em torno das consequências que o gerenciamento ineficiente dos recursos públicos ocasiona transtornos e perdas para toda a população e não apenas para um grupo específico, lembrando que para grupos já privados de serviços de qualidade como é o caso de grande parte da população brasileira que vive nas periferias esses transtornos se tornam muito mais amplos e sentidos com maior impacto.

## **1.2- Juventude na Sociologia das jornadas de junho de 2013.**

Conjecturamos como fator de identificação entre as manifestações ocorridas desde 2013 e os demais processos de ações coletivas e manifestações ao longo da trajetória de formação da sociedade brasileira, tendo os jovens como características dos atores presentes nos atos, distinguindo-se a forma que a juventude pode ser caracterizada e os mecanismos que esses jovens podem usar em conjunturas distintas. Nogueira (2013, p. 28) que com as três grandes manifestações anteriores a junho de 2013 se trata de “uma ampla participação de jovens em protestos contra – para usar uma expressão da atual presidenta Dilma Roussef – os mal-feitos governamentais.”

Captamos a citação de juventude presente em 16 textos dos 48 utilizados nessas pesquisas como fontes. Se colocarmos esse número em porcentagem significa dizer que 33,33% dos autores aqui pesquisados usaram de forma central ou secundária juventude como uma categoria

explicativa das manifestações de junho de 2013. Independentemente de as análises focarem no perfil em si do jovem que foi as ruas esses dados nos fazem refletir sobre a centralidade da juventude e a visibilidade que em determinados fenômenos histórico ela recebe por parte dos analistas desse período.

Tabela 1

<b>Juventude Como Fator Central</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
André Singer	Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas.	2013
Maria da Gloria Gohn	Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.	2016
Maria da Gloria Gohn	Os jovens e as praças dos indignados: Territórios de cidadania.	2013
Leonardo Sakamoto	Em São Paulo, o facebook e o twitter foram às ruas.	2013
Ilse Scherer-Warren	Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política.	2014
Nelson Aleixo da Silva Júnior	Junho 2013: a juventude nas ruas pra balanços estruturais.	2013
Orlandil de Lima Moreira e Idalina Maria Freitas Lima Santiago	Vem Prá Rua: os protestos de junho	2013

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Inferimos através de uma análise bibliográfica os textos na tabela 2 apresentados como os que tratam a característica de juventude de maneira mais centralizada e com um determinado grau de aprofundamento dessa temática em suas análises comparado com os demais textos que veremos na tabela 3 que traz a questão do jovem como já compreendida e que portanto não interfere na análises das demais características presentes no fenômeno, mas que deve ser citado como forma de elucidar a ida dos jovens novamente as ruas. Essa afirmação é possível ser

entendida com mais clareza ao lermos o que Scalon (2013) pontua sobre a presença dos jovens nas manifestações de junho de 2013:

Claro que os jovens são o motor das manifestações, mas isso é verdade no Brasil como no resto do mundo; portanto, não há novidade alguma aqui. Os jovens, por sua energia, generosidade, ímpeto e desprendimento, são o grupo, que em geral se dispõe a empreender esforços de movimento de mudança. (2013, p.184)

De maneira que comprova o ineditismo relacional entre as técnicas de ações coletivas e organizações da juventude ao longo do processo de formação histórica da sociedade em qual os jovens estão inseridos. No caso brasileiro é possível supor que esse ineditismo também deva ser analisado mais profundamente na presença de jovens das periferias nas manifestações desde junho, tendo em vista que historicamente esses atores têm sofrido maiores consequências em decorrência das políticas governamentais de exclusão social, econômica e cultural. Dessarte os jovens estão buscando maneiras de criarem mais visibilidade para as demandas de identidade e direito de participação na tomada de decisão da vida pública. Scalon (2013, p. 184) afirma que “os jovens, principais agentes das manifestações que se estendem pelo país desde junho, vêm demandando maior igualdade – e não somente nas condições de vida e de oportunidades, mas também, de participação e liberdade.”

Isto é, o processo de formação política e ideológica desses jovens e sua inserção no ambiente social como sujeito histórico ativo em busca da legitimidade de suas vozes e demandas. Portanto, é de suma importância o questionamento sobre qual juventude estamos falando, para não incorremos no erro de supor que a presença de jovens nas ruas é dada por um grupo hegemônico em prol de pensamentos de mudanças progressistas, visto que as análises aqui desenvolvidas trazem a luz o caráter antagônico presente nas ruas desde junho de 2013.

A luta em prol dos significados das manifestações de junho perpassa por compreender essas características postas como central na análise desse fenômeno, abrindo inclusive espaço para o desdobramento de novas pesquisas sobre o perfil da juventude brasileira que vai as ruas e participam de coletivos e movimentos sociais. A tabela 3 é colocado os autores que usam a característica jovem como secundária na compreensão das manifestações de 2013, compreendo que mesmo diante dessa não centralidade, as análises desenvolvidas por esses autores são de suma importância na interpretação das demais características aqui destacadas, assimilando a interconexão entre os quatro temas elencados nessa dissertação.

Tabela 2

<b>Juventude Como Fator Secundário</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
Irllys Alencar F. Barreira	Ação direta e simbologia das "jornadas de junho": notas para uma sociologia das manifestações.	2014
Marco Antonio Perruso	As jornadas de(sde) junho de 2013.	2014
Aloísio Krohling e Moara Ferreira Lacerda	Os novos movimentos sociais e as jornadas de junho no Brasil	2014
Ermínia Maricato	É a questão urbana, estúpido!	2013
Lincoln Secco	As jornadas de junho.	2013
Celi Scalon	Juventude, Igualdade e Protesto.	2013
Roberto Amaral	A grande rede e a explosão das ruas.	2013
Otacílio Gomes da Silva Neto	Brasil, 2013: reflexões e metáforas.	2013
Silvia Garcia Nogueira	A geração 2.0 "faz a hora", vai às ruas e sacode o país	2013

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

As ampliações e diversidade de característica desenvolvidas pelos os autores na concepção de suas interpretações sobre o fenômeno auxilia no entender das manifestações de junho de 2013 como mobilizações que devem e podem ser exposto sobre as lentes de diversos fatores. O mapeamento aqui desenvolvido mostra também a emergência e rapidez que algumas análises foram realizadas o que pode ter contribuído no caso da juventude em análises com enfoque maior na sinalização dos jovens como presentes nas manifestações ao longo da história.

Nesse tocante as análises sociológicas desenvolvidas a partir das manifestações de junho de 2013 nos inferi a refletir sobre as formas de ação coletivas e seus desdobramentos no presente, bem como seus atores e ressignificações de métodos de mobilizações na

contemporaneidade. No que tange a pergunta usada na construção desse capítulo, podemos perfazer a ideia de que as análises sobre juventude a partir dos autores apresentados nas fontes dessa dissertação, se desenvolvem sobre dois pontos, sendo eles uma análise voltada para a centralidade da presença dos jovens durante as manifestações articulando de forma central a juventude com as demandas e outros fatores presentes nas ruas durante esses período. O segundo ponto encontra-se no aspecto de enumeração dos jovens como atores já preconcebidos nos atos e manifestações no Brasil e ao redor do mundo.

Concluimos que o perfil sobre que juventude estamos falando perpassa na construção histórica e da participação de atores juvenis nos movimentos de mudança social, entendo que a juventude tende a se organizar de forma política, ideológica e culturalmente distintas no decorrer do espaço geopolítico inseridos e da realidade conjectural da sociedade do presente. Fazendo-se necessário a articulação e elaboração de comparativos entre as formas como os jovens foram inseridos e tiveram ou não visibilidade nas mobilizações sociais de cada período.

Parte da juventude presente nas manifestações de junho de 2013 pode ser entendida através da característica de iniciação política-ideológica durante e a partir desses atos, se distinguindo-se das juventudes anteriores que se formaram politicamente dentro do campo político hegemônico. A segunda característica que deve ser considerada está elencada na distinção entre a forma de ação e participação social desses jovens nos movimentos sociais e ações coletivas da atualidade. A presença marcante de jovens inclusive de movimentos estudantis e a forma de horizontalidade são característica de compreensão desse fenômeno.

Outros questionamentos levantados com relação a presença ou não de um determinado perfil de jovens precisam de um aprofundamento de análises para que se possa responder, por exemplo, sobre a participação de jovens negros e da periferia nas manifestações. Assim como podemos pensar na presença não apenas de raça, mas também na questão do gênero presente nas manifestações, abrindo espaços para futuras pesquisas voltadas a problemáticas sobre a porcentagem de mulheres presentes nas manifestações de junho de 2013? como as ativistas ou mesmo as pesquisadoras são tratadas no campo de pesquisa e no campo do ativismo?

Essa são algumas questões que a bibliografia aqui levantada não se debruça, mas que pode servir como um ponto inicial de compreensão da presença ou não desses atores nas movimentações contemporâneas não apenas no Brasil, mas na América Latina de um modo mais geral. Espero que o mapeamento e o debate construído nesse capítulo caibam como norteador de novas pesquisas na compreensão de um fenômeno tão importante e que abre inúmeros leques de teorização dos movimentos sociais na atualidade.

## **CAPÍTULO II. ENTRE CANTOS, PRAÇAS E RUAS: O SUSPIRAR DO “GIGANTE”.**

O presente capítulo tem como objetivo analisar como os autores mobilizaram a dimensão social e de classe entre os participantes das jornadas de junho de junho de 2013 no Brasil. Focaremos em questões apontadas na historiografia e sociologia das manifestações brasileiras de 2013 como primordiais para a compreensão dos atores sociais presentes nesses atos. O fio condutor da análise aqui empregada ocorrerá através da ótica de compreender a relação entre o espaço social ocupado por determinados indivíduos e sua interlocução com as reivindicações colocadas nas ruas, compreendendo que a dimensão socioeconômica não explica a totalidade dos aspectos importantes para a compreensão dos atores presentes nos movimentos sociais da atualidade.

Singer (2013, p.27) afirma que houve dois pontos de vistas sobre a composição social dos manifestantes durante as jornadas de 2013. No que compete ao primeiro, estava diretamente ligado ao fato de uma parcela significativa dos manifestantes pertencerem à classe média, enquanto o segundo ponto estaria focado na forte presença do precariado<sup>6</sup>, que segundo o próprio autor se trata de “massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquilificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho.” Esses profissionais são entendidos também como jovens que tiveram acesso a um nível educacional mais elevado e qualificado e entraram para o mercado formal de trabalho durante os governos do Partido dos Trabalhadores –(PT) (2003-2016).

Considerando que 45,2% corresponde a um número significativo de jovens que estudam e trabalham como mostrado na figura 1 do capítulo anterior, esse número ainda se mostra ineficiente, pois mesmo com o avanço na escolarização durante pouco mais de uma década de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), duplicando o número de matrículas em universidades de Pernambuco, por exemplo, de 109.200 mil para 264.100 mil entre 2002 e 2015 segundo Stuckert (2018), somente apresenta o início de um longo caminho na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Para ter dimensão do que esses dados simbolizam Singer (2013, p.28) afirma que nas oito capitais pesquisadas durante as jornadas de junho de 2013 o número de participantes com

---

<sup>6</sup>Entendemos que esse termo pode ser usado para explicar uma nova conjuntura do perfil do trabalhador atual, no qual teve mais acesso à educação, elevando assim seu grau de instrução, porém estando submetido as mazelas do sistema capitalista, que os coloca em desvantagens em relação a outros profissionais que sempre tiveram acesso à educação e instrução.

diploma universitário chegou a 43%. O autor enfatiza ainda que no ano de 2010 apenas 8% da população brasileira possuía o diploma de nível superior. Percebemos que grande parte dos atores sociais ainda se encontram fora desse sistema de escolarização e trabalho, seja por não terem tido acesso as políticas públicas de transferência de renda, que podem ser entendidas como um importante fator nessa mudança do cenário educacional brasileiro, sejam por outros fatores sociais e econômicos não explicitadas em análises nesse período.

Tal informação torna plausível uma influência relevante da classe média *tradicional* nas manifestações, como propuseram alguns analistas, uma vez que, apesar das importantes transformações recentes, em que um contingente de jovens de baixa renda ingressou no ensino superior, é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu há pelo menos uma geração. (Singer, 2013, p.29)

A característica de ser jovem e a noção de “novo proletariado” ou precariado se interligam nas análises dos atores presentes nas jornadas de junho de 2013, tencionando o debate sobre essa nova temática nas ciências sociais e humanas, como na sociedade civil. Nesse tocante, as análises feitas nesse capítulo perpassam pela construção e acionamento de questões abordadas pelos autores ao tratar sobre o perfil dos manifestantes. No caminho percorrido de escrita, pesquisa e análise foi constatado que questões como organizações políticas, caráter ideológico, formas organizativas são acionados pelos autores, inclusive no que tange a composição de classe, portanto, a abordagem mesmo que de forma secundária desses temas nesse capítulo se consolida como elementos importantes na abordagem e análise do objeto principal aqui estudado.

Trata-se de compreender a noção de “novo proletariado” ou precariado, como já usado aqui anteriormente. Segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, a taxa de desemprego na contagem dos 12 meses tinha sido a menor desde o início da apuração histórica, ficando em torno de 5,4% (Portal G1, 2014), somos levando a concluir que o desemprego não era um dos principais fatores de aglutinação da população brasileira naquele momento. Seria correto, então, sugerir que a classe trabalhadora esteve pouco presente nas jornadas de junho, principalmente quando levamos em conta os números de jovens nessas manifestações?

São esses questionamentos que devem nos levar por uma reflexão mais aprofundada sobre que atores estamos descrevendo. Quando consideramos os jovens como atores principais e desencadeadores das jornadas de junho no Brasil em 2013, precisamos estar atentos aos desafios

que as políticas de geração de emprego e renda implementadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que criou mais oportunidades entre as camadas mais baixas da sociedade, porém não modificou-se o *status quo* desses jovens, onde muitos se quer conseguiram empregos em suas áreas de formação. O que pode ter sugerido ao “senso-comum” a não participação da classe trabalhadora nas ruas, uma vez que as políticas acima descrita beneficiaram diretamente aos mais pobres, não levando em conta os baixos salários e os empregos na linha de terceirização.

O agigantamento de empregos em profissões como a de operador de telemarketing, exemplar do “precariado”, um proletariado que – embora tenha acesso ao emprego formal, a direitos trabalhistas e a à escolarização crescente – convive com terceirização profissional, privatização neoliberal (preservada pelo neodesenvolvimentismo), financeirização do trabalho, crescimento do setor de serviços, desqualificação e rotatividade de mão-de-obra, baixos salários, sofrimento psíquico e, no plano urbano, “precárias condições de vida nas periferias das cidades” e “violência policial. (BRAGA, 2013, p.80-81)

Os fatores trazidos acima pelo autor nos mostram que a classe trabalhadora não só se fez presente nas jornadas de junho, como parte da juventude que foi as ruas estava insatisfeita com as condições de emprego e renda que foram submetidas, mesmo após uma ascensão no nível educacional, visto em nossa sociedade, como o principal divisor de igualdade de oportunidades e crescimento profissional. O nível de escolaridade empregado como fator de confirmação de determinada camada social pode ter levado alguns analistas a entenderem as jornadas de junho de 2013 como um movimento oriundo apenas da classe média, não fazendo uma releitura das políticas implementadas e dos não acertos dessas políticas para as camadas mais pobres da sociedade.

Segundo o IBGE, 55% da população brasileira é composta por negros, entendido aqui as pessoas auto declaradas pardas e pretas (CATRACA LIVRE, 2018), ou seja, mais da metade da população brasileira é negra, ainda que em maioria esse fator não é suficiente para garantir a esses indivíduos uma qualidade de vida, seja no âmbito social ou econômico. As políticas de ações afirmativas multiplicadas principalmente nessa última década é responsável, segundo dados da PNAD de 2018 e reportagem dos (Portal G1), por trazer um certo grau de equidade entre esses grupos historicamente marginalizados, dessa forma, em 2019, pela primeira vez na história brasileira o número de jovens negros nas universidades públicas corresponde a mais de 50% do total (ALONSO; TATSCH; CAPETTI, 2019) mostrando uma modificação na

estrutura social do ambiente universitário em nosso país, contribuindo para modificações estruturantes na realidade desse grupo em especial. No entanto, ainda é possível perceber tipos de discriminação sendo naturalizados ao longo de 131 anos de abolição da escravidão. Atualmente apenas 5% dos cargos executivos nas quinhentas maiores empresas do Brasil são ocupados por negros, se formos pensar em mulheres negras esse número é inferior a 1% segundo estudo divulgado pelo Instituto Ethos. Esse é apenas um dos dados como é sabido que comprova a questão de raça como um fator discriminatório em nosso país.

A própria construção em torno da identidade do que é ser jovem também perpassa questões ligadas a raça e fatores econômicos. Durante alguns protestos, manifestantes levavam cartazes no qual diziam: “A polícia que reprime na avenida é mesma que mata na favela” (MEMORIALATINA, 2013), como referência a forte repressão policial que os moradores de comunidades e áreas carentes da periferia vivem diariamente.

Ou seja, durante as jornadas de 2013, os protestos também serviram para dar visibilidade e voz a essa camada da população invisibilizadas não apenas pelo Estado, mas pela sociedade civil de forma geral.

Esse descontentamento e a busca por uma construção identitária pode ser visto em episódios como o do dia 26 de março de 2013 no Rio de Janeiro, em que moradores da comunidade Nova Holanda saíram para protestar após a morte de moradores durante uma operação policial na comunidade.

As identidades não partem de um estado de natureza biológica, elas são construídas historicamente, assim como o próprio conceito de classe social que pode ser compreendido como mutável, haja vista, como sendo algo que não está dado. É uma construção de acordo com o período histórico, assim pode ser entendido as identidades culturais. No caso brasileiro, essa identidade foi forjada a negar e marginalizar a raça negra, se aproximando através de uma “americanização” do encarceramento em massa no Brasil seguindo os moldes do modelo dos EUA.

Em momentos de violência estatal contra as populações negras e carentes do nosso país, podemos observar uma forte igualdade entre o modelo brasileiro e o norte-americano, como vemos no trecho abaixo extraído do documentário 13º emenda onde segundo relatório de 2018 divulgado pela *Human Rights Watch* nos EUA, a polícia continua mantendo em números desproporcionais a totalidade da população norte americana, ainda de acordo com o relatório pessoas negras estão sugestíveis a morrem pela polícia “2,5 vezes mais que pessoas brancas”,

o dado ainda fica mais alarmante quando exposto que mesmo desarmada uma pessoa negra têm **cinco** [grifo meu] vezes mais chance de ser morta pela polícia do que uma pessoa branca.

Poderíamos facilmente nos encontrar dentro da realidade colocada acima. A diversidade racial ou a pouca presença de negros em algumas manifestações, podem também ter contribuído para uma compreensão por parte de alguns analistas e da mídia tradicional em geral ter caracterizado o movimento com predomínio de jovens da classe média nacional. Entretanto, é preciso salientar que a mesma pesquisa informada acima e feita pelo IBGE traz um dado relevante para a compreensão de uma significativa parcela escolarizada presente nas jornadas de 2013. Segundo o instituto ocorreu um crescimento de 201% no grupo de jovens das classes mais baixas que concluíram o ensino médio durante a mesma década.

Dessa forma, é possível entender que uma análise do perfil econômico e racial da juventude presente nas ruas durante as jornadas de junho de 2013, é primordial na compreensão e elaboração de novas teorias que busquem dar conta dessa geração que está se politizando e se colocando nas ruas.

Singer (2013) nos leva a pensar na inversão que os dados referentes a educação nos levam, colocando quase que a totalidade dos manifestantes na parte corresponde a classe média tradicional. Para o autor esse movimento e essa inversão só são apenas visíveis, quando os dados referentes a renda são analisados.

Porém a renda revela um cenário diferente. Para começar, a ala de baixíssimo ingresso não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal até dois salários mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto respondiam por cerca de 50% dos manifestantes. Em outras palavras, uma parte substantiva estava na metade inferior da distribuição de renda, criando um contraste em relação à imagem que havia sido sugerida pela escolaridade, dimensão que na totalidade dos manifestantes encontrava-se na metade superior. (Singer, 2013, p.30)

É possível sugerir a partir dos dados trazidos pelos autores que parece mais forte o quadro desenhado em que a presença de uma juventude da classe trabalhadora se fez presente durante as jornadas de junho de 2013, compreendendo que em manifestações posteriores a 2013 esses atores ainda estavam ou estão presentes nas ruas. Nessa continuidade contribuem para a criação de novas mobilizações no espaço urbano brasileiro e construção de coletivos marcados pela diversidade e expressividade de seus participantes.

Abordaremos como fonte de análise desse capítulo as concepções e os repertórios trazidos na bibliografia dessa pesquisa no que se compreende o perfil dos atores presentes nas jornadas de junho de 2013 no Brasil e como os autores das ciências sociais aqui estudados acionam esse objeto em suas análises. Dessa forma, a pesquisa está pautada em obras como *Jornadas de Junho: Repercussões e Leituras* (2013); *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013) e dos demais autores como Perruso (2014) Bringel (2013), Singer (2013) Gohn (2016) Krohling e Lacerda (2014), Rezende e Santana (2018), Scherer-Warren (2014) Losekann (2014) Scalon (2013).

## **2.1 – Composição social dos atores presentes em junho de 2013.**

Construir o perfil social dos atores presentes nas manifestações de junho perpassa por um caminho metodológico que a meu ver é extremamente complexo. Nessa dissertação iremos construir esse perfil social com base exclusiva na literatura produzida sobre as manifestações que ocorreram no Brasil no ano de 2013. Alguns pontos de vista sobre essa composição podem ser compreendidos como centrais nas análises dos autores aqui trabalhados, tendo como exemplo a forte presença da classe média e do proletariado Singer (2013); Braga (2013) e a própria questão da socialização política de grande parte dos jovens que estavam se manifestando nesse período pela primeira vez Perruso (2014) são fatores que nos ajudam a pensar e responder o questionamento sobre qual a composição social que esteve presente nas ruas em junho de 2013, segundo o que aponta as ciências sociais.

Uma das primeiras abordagens que iremos tratar consiste no fator de que os indivíduos presentes e participantes dos atos não possuíam formação política “adequada” e por isso não compreendiam o que estavam fazendo nas ruas naquele momento. No que tange esse aspecto podemos compreender a leitura feita sobre o grau de espontaneísmo desses movimentos Scherer-Warren (2014) fenômeno que ainda deve ser tratado com muita cautela, pois é necessário compreender como essa espontaneidade é compreendida, seja no âmbito da adesão ao movimento, seja no aspecto de organização e formação desses movimentos, de modo a compreender que a participação dos atores ali presentes também compreende uma forma de articulação que vem se consolidando ao menos no que pode ser visto nos processos de articulação e convocação de movimentos como o MPL.

Um dos pontos comuns nas análises sobre junho de 2013 é sobre ter o Movimento Passe Livre (MPL-SP) como ponto de partidas para esse fenômeno, dessa maneira vejo como importante o destaque trazido por Scherer-Warren (2014) sobre a construção do MPL ser anterior as manifestações de 2013, se tratando de um coletivo já com uma presença no cenário de lutas urbanas desde meados dos anos 2000, tendo como pauta principal a questão da mobilidade urbana e não apenas a redução no valor da passagem bem como a implantação da política de tarifa zero nos transportes públicos. Ou seja, parte dos atores responsáveis ao menos pelo início da manifestações pode ser considerado como articulados em coletivo que já possui bandeiras de lutas bem definidas e com uma articulação no cenários nacional a pelo menos uma década, o que contrária algumas especulações realizadas na época sobre a não “padronização” ou a inexistência de organização e direcionamento por parte dos manifestantes, como podemos observar em afirmações como essa extraída do texto de Braga “ o fato que se constata é a inexperiência organizativa dos manifestantes” (2013, p-82).

Ora, se o MPL é um coletivo articulado a pelo menos uma década e com formas próprias de organização e articulação de suas ações coletivas, que podem ser compreendidas na forma horizontal de construção dos atos se diferenciando dos ditos movimentos sociais tradicionais que como muito bem colocado por Perruso (2014, p- 4) “foram secundarizados pelo PT desde que ele ascendeu ao governo federal em 2002 com o então Presidente Lula e passou a privilegiar mais claramente a disputa político-institucional”. Percebemos ao menos a presença de dois grupos diversos compondo o perfil social dos manifestantes sendo compreendidos como integrantes de coletivos surgidos nos anos 2000 e que possuem uma forma de articulação e formação política distinta dos movimentos sociais tradicionais, mas que já se articulam politicamente em grupos, como afirma Bringel “ Nas primeiras mobilizações prévias à repressão, nota-se também que a cobertura dos meios de convencionais foi praticamente nula e que o perfil dos participantes era de militantes com algum engajamento prévio em mobilizações sociais” (2013, p- 45).

A outra ala de participantes consiste naqueles indivíduos que começam a se organizarem politicamente a partir das manifestações de junho de 2013, como afirma Perruso (2014, p-5) “um bom número de cidadãos está se socializando politicamente apenas desde junho de 2013, se definindo como enquanto esquerda, centro ou direita (e seus diversos matizes) e mesmo construindo, por meio da experiência coletivas nas ruas.” O autor traz ainda para o centro do debate a questão da socialização desses manifestantes a partir dos movimentos sociais.

Em relação a esta socialização política de parte da juventude e da sociedade brasileira, cumprem um papel central movimentos sociais e organizações políticas como o já citado MPL (2005), o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, surgido ainda em 1997), partidos políticos constitutivos de uma oposição de esquerda marxista aos governos do PT (o PSOL – Partido Socialismo e Liberdade – e o PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – são dissidências do PT, além do longo Partido Comunista Brasileiro – PCB), diversas organizações anarquistas e autonomistas. Sindicatos desvinculados da CUT (a principal central sindical brasileira), entre outras entidades populares. (PERRUSO, 2014, p. 6)

Nesse aspecto podemos inferir que fica evidente a divisão em pelo menos dois grupos de manifestantes ao que tangência características de formação política e ideologia, como já colocado acima. Se parte desse grupo tem seu primeiro contato em movimentos políticos a partir desses protestos, como já colocado por Perruso (2014); Bringel (2013); Perez (2016); Secco (2013); Sakamoto (2013); Losekann (2014); Silva Jr (2013); Moreira e Santiago (2013). Apesar dessas análises convergirem em si sobre esse aspecto, a forma de se interpretar esses atores presentes nas ruas é um pouco problemática levando em consideração a forma de apreciação realizada sobre a não formação político-ideológico tradicional.

Tal protagonismo massivo das ruas, promovido por setores ainda em processo de definição político-ideológico no interior do campo da esquerda, parece constituir uma resposta popular ao inferno urbano brasileiro, repleto de péssimas condições de vida (moradia, transporte público, saúde e educação), violência policial e institucional, ausência de efetivos direitos sociais. Resposta que implica na “transformação da cidade, outrora lugar de vivência abafada de dominações e desigualdades, em espaço de experimentação e realização dos embates”. (LOSEKANN, 2014, p. 24)

Dessa forma, pensamos na própria dimensão do perfil social trazido pelas ruas no qual parte da população encontra-se descontente com a forma como a política vem sendo realizada em nossa sociedade e a questão da representação e representatividade democrática que tem sido colocada em questionamento, principalmente por grupos que vivem em regiões das cidades onde as péssimas condições de vida conforme descrito acima são sentidas com maior intensidade. Se trata de buscar uma resposta para esses problemas que apesar do desenvolvimento econômico, cultural, educacional não foi capaz de criar um desenvolvimento social que de fato modificasse a realidade desses grupos.

Uma das hipóteses que podemos levantar para que parte das pessoas terem ido as ruas pela primeira vez pode estar ligado a questão apartidária trazida pelo o MPL no início das manifestações. Creio que seja importante fazer uma distinção entre o movimento apartidário, ou seja, aquele que não possui vínculos com legendas partidárias e que se coloca na cena pública como um movimento autônomo, e um movimento anti-partido, que visa a não participação de qualquer pessoa ligada a partidos políticos, que ficou observado em um dado momento das manifestações de junho.

A institucionalização e o afastamento na construção de políticas de base dos movimentos tradicionais também podem ser compreendidos como um dos aspectos para que grande parte dos jovens presentes nos atos tenham se interessado pelo movimento de participação política apenas depois de uma entrada empírica no campo de ação dos movimentos sociais e coletivos.

Por essa razão, e como já dito, boa parte da juventude se iniciou e se socializou politicamente, a partir do novo século, no Movimento Passe-Livre, nos Comitês Populares da Copa, em sindicatos e outros movimentos sociais mais combativos, quase todos fora da esfera de influência política da geração petista-cutista que se encastelou em postos governamentais, bem como fora do âmbito de suas respectivas políticas públicas. Socialização que se faz em termos massivos a partir de junho de 2013. (PERRUSO, 2014, p. 9)

A diversidade de pautas que pode ser observada durante as jornadas de junho principalmente após a redução nos valores das tarifas de transporte público é um dos norteadores da também diversidade dos atores sociais ali presentes e da demanda que cada um parecia carregar individualmente. Para Nascimento e Losekann (2014) “um dos fios condutores do movimentos foi a identificação transversal a todas as demandas sociais que existia entre os manifestantes, a saber: o posicionamento dos indivíduos como anti-partido e antipolítica, devido à falta de representatividade presente na democracia brasileira. (s/p)

Mas um gigantesco grupo formado principalmente de jovens, precariamente informado, desaguo subitamente nas manifestações de rua, sem nenhuma formação política, mas com muita raiva e indignação, abraçando a bandeira das manifestações. A revolta desses contra quem portava uma bandeira não foi necessariamente contra o sistema partidário, mas sim contra as instituições tradicionais que representam a autoridade como um todo. (SAKAMOTO, 2013, p. 85)

Para o autor não se trata apenas de mostrar que um grupo está indo as ruas pela primeira vez, trata-se também de classificar esses manifestantes como um grupo que não detém informação suficiente sobre a dinâmica das ruas e do que chamaria de mecanismo dos movimentos sociais, eles estão ali pela raiva e a indignação. Mas ora, se os movimentos sociais surgem a princípio das emoções humanas e posterior se consolidam as diretrizes políticas, não seria um tanto quanto irônico cobrar que essas pessoas já possuíssem formação política-ideológica bem definida e articulada?

No plano individual, os movimentos sociais são emocionais. A insurgência não começa com um programa ou estratégia política. Isso pode vir depois, quando surge a liderança, de dentro ou de fora do movimento, para fomentar agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não se relacionar-se às origens e motivações dos participantes do movimento. Mas o big bang de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação. Segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo (um afeto negativo) e o entusiasmo (um afeto positivo), afetos positivos e negativos ligam-se a dois sistemas motivacionais básicos da evolução humana: aproximação e evitação. O sistema de aproximação está ligado ao comportamento voltado para objetivos, que leva o indivíduo a experiências gratificantes. Os indivíduos entusiasmam-se quando são mobilizados para um objetivo que apreciam. É por isso que o entusiasmo está diretamente relacionado a outra emoção positiva: A esperança projeta o comportamento no futuro. De vez que uma característica distintiva da mente humana é a capacidade de imaginar o futuro, a esperança é um ingrediente fundamental no apoio à ação vistas a um objetivo. (CASTELLS, 2013, p-23/24)

Os movimentos iniciaram-se com um espectro progressista com pautas mais ligadas a setores da esquerda brasileira, mas não podemos pensar que apenas setores com pensamentos mais à esquerda estiveram presentes nas ruas durante as manifestações de junho de 2013. A própria expansão dos protestos e aumento nas pautas pode ser compreendido como uma esperança por parte dos indivíduos que viram nos atos vitoriosos no que competia a redução nos valores das passagens que focalizaram esse sentimento de transformação e modificação de futuro nesses atos.

Contudo, apesar de as manifestações terem uma clara origem de esquerda, nem todos que foram às ruas eram exatamente progressistas. Aliás, vale lembrar que o Brasil é bem conservador – da “elite branca” paulistana a chamada “nova classe média que ascendeu socialmente, tendo como referências símbolos do consumo (e ausência deles

como depressão). Trata-se de uma população com 93% a favor da redução da maioria penal. Que acha que mulher não é dona do seu corpo. Que é contra casamento gay. Que tem nojo de imigrantes pobres da América do Sul. Que apoia o genocídio de jovens negros e pobres nas periferias das grandes cidades. Enfim, não é porque centenas de milhares foram às ruas por uma pauta justa que essa realidade mudou. (SAKAMOTO, 2013, p. 84/85)

Essas fraturas existentes na sociedade não foram sanadas apesar dos programas implementados em políticas mais inclusivas dos últimos anos. Os grupos presentes nas manifestações apesar de no primeiro momento se identificarem com as demandas e pautas também passaram por situações de embates por questões ligadas as ideologias políticas que envolvem classe social. No que tangencia esse aspecto de classe social e a própria questão da identificação com todas as pautas é algo que ainda precisa ser analisado de forma mais profunda. A entrada de setores da direita nas manifestações e a inclusão de pautas mais conservadoras e com caráter não emancipatórios podem ser compreendidos como divisores e antagônicos em si, o que nos leva a pensar na questão envolvendo análise de classe dos manifestantes, para Nascimento e Losekann (2014, s/p) “tantas demandas demonstram a facilidade e flexibilidade de processos de identificação entre os manifestantes que não são mais delimitados em classes sociais, mas formados por grupos abrangentes com diversos interesses e valores compartilhados.”

O que parece não ser associado a essa afirmação é o fato que os grupos mesmo diversos e com valores compartilhados em momentos oportunos possuem demandas identitárias e sociais diferenciadas que também foram colocados a prova durante os protestos de junho de 2013. Dessa forma é possível compreender as diversas demandas paralelas surgidas no decorrer dos atos e os diversos grupos neles contidos, bem como o que foi colocado no capítulo anterior sobre as diferenças existentes entre as diversas juventudes que podemos encontrar nas ruas. Essas diferenças ficam mais evidentes quando observamos a colocação de Bringel (2013) sobre o que os grupos reivindicavam.

Alguns expressam seu descontentamento com o funcionamento do transporte público e dos serviços públicos de forma mais geral (principalmente educação e saúde); outros apelam aos altíssimos custos (não somente econômicos, mas também sociais, ambientais, culturais e políticos) da Copa e dos megaeventos a serem realizados no país, com destaque para o Rio de Janeiro; jovens de classe média baixa e das periferias indignam-se pela persistência profunda das desigualdades e revelam uma indignação de classe e opressão permeada pelas fraturas, as segmentações e o classismo e racismo

da sociedade brasileira; também há aqueles que insistem na indignação diante de questões mais específicas e setoriais, conquanto não menos importantes, como foi o caso da PEC 37, a criminalização do aborto, o projeto de lei aprovado para tramitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara para a denominada “cura gay” etc. (BRINGEL, 2013, p. 46)

Percebemos nas duas citações acima colocadas a diferença de abordagem trazida pelos autores no que compete a questão de classe social como forma de análise do perfil dos manifestantes presentes nas manifestações. Na primeira, esse fator é secundarizado pelos autores sendo colocado apenas a questão de identificação com valores compartilhados como forma de mensurar os grupos que foram as ruas, não levando em consideração que fatores como classe e raça são distintivos mesmo em grupos que comungam de interesses comuns, pois manifestantes pretos e pobres são criminalizados mais facilmente pela PM e mesmo pela sociedade. Já na segunda análise, fica evidente que a questão da classe social deve ser levando em consideração como um fator distintivo nas análises que buscam compreender os atores presentes nas ruas em junho de 2013, levando em consideração que as realidades são distintas.

Assim como Bringel (2013) Moreira e Santiago (2013, p. 15) afirmam que, apesar da forte presença de jovens nas manifestações, não podemos deixar de evidenciar os diversos grupos presentes nesses atos, como os pertencentes a movimentos sociais e organizações da sociedade civil com uma trajetória de luta já conhecida.

É importante destacar que apesar do protagonismo juvenil, não foi apenas a juventude que ocupou as ruas, outros segmentos sociais também estavam presentes demonstrando a sua discordância e o seu protesto contra a deficiência das políticas públicas, em especial a saúde, educação segurança pública, além das questões relacionadas à cidadania LGBT e ao Movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como a “cura gay”, além das vozes a favor do aborto. (MOREIRA; SANTIAGO, 2013, p. 17).

Ainda para Moreira e Santiago (2013, p. 19) pode ser observado nos atos ocorridos em junho uma forte aglutinação de diversos setores sociais, o que rompe com o que os autores chamam de “certa forma de corporativismo presentes nas manifestações anteriores.” Esse rompimento pode ser compreendido como algo que tenha contribuído para análises que secundarizaram a questão de classe social. Talvez a própria questão de muitos atores estarem se politizando a partir desses atos tenha trazido menos visibilidade a contrariedade de classe

social que também não foi tão sentida pelos atores sendo portanto mais visto a identificação por grupos e coletivos.

Se é verdade que muitos dos que estavam presentes nas ruas não tinham ideia do porquê ali estavam, não é de se estranhar que a identificação com a consciência de classe e pertencimento ainda não seja sentido inicialmente. Para Rodrigues (2013), a divisão dos manifestantes também se faz presente em nomenclaturas usadas pela mídia tradicional ao classificá-los de “bons” ou “maus” manifestante, para a autora “faltava consciência política. Por outro lado, células perversas que se juntam de forma desorganizada, um tipo de câncer, e se aproveitam para provocar cenas de vandalismos, inibindo os que portam bandeira de luta e de boa fé”. Rodrigues (2013, p. 51). Essa divisão na base de moralidade serve para direcionar quem pode ser considerado sujeitos com vozes que devem ou não serem ouvidas, tendo em vista a forte presença de jovens iniciando sua vida política a partir desses atos, buscou-se também os cooptar para direcionar as pautas das ruas.

O maior contingente de população, em geral jovens, que participou das mobilizações sociais nos últimos meses ainda tem um sentimento da indignação pouco coeso politicamente, já que para a grande maioria este foi seu “batismo político”. Em outras palavras: indignação, a ira, a raiva e o ódio ainda não se cristalizaram em uma ação e concepção política estruturada. Não há espaço para uma discussão sobre isso aqui, mas é importante analisar com maior profundidade os processos de socialização desses jovens, tanto aqueles que tinham uma militância prévia como aqueles que começaram a se engajar agora. (BRINGEL, 2013, p. 46)

O que o autor nos ajuda a pensar acima é exatamente a emergência de compreender como esses jovens, grupo tão identificado nas manifestações de junho, estão se articulando a partir desses atos, e compreender se ocorreu uma continuidade ou ruptura nesse processo de socialização política que se iniciou em 2013. É preciso ainda saber que parte desses atores, sejam os organizados politicamente em coletivos surgidos nos anos 2000 ou os que se colocaram nas ruas pela primeira vez a partir dos atos de junho, não vivenciou as grandes manifestações dos anos 1980 e 1990 citadas como comparativas a junho de 2013 em tamanho, bem como não conheceram o PT e outros partido de esquerda importante na luta pela redemocratização em nosso país.

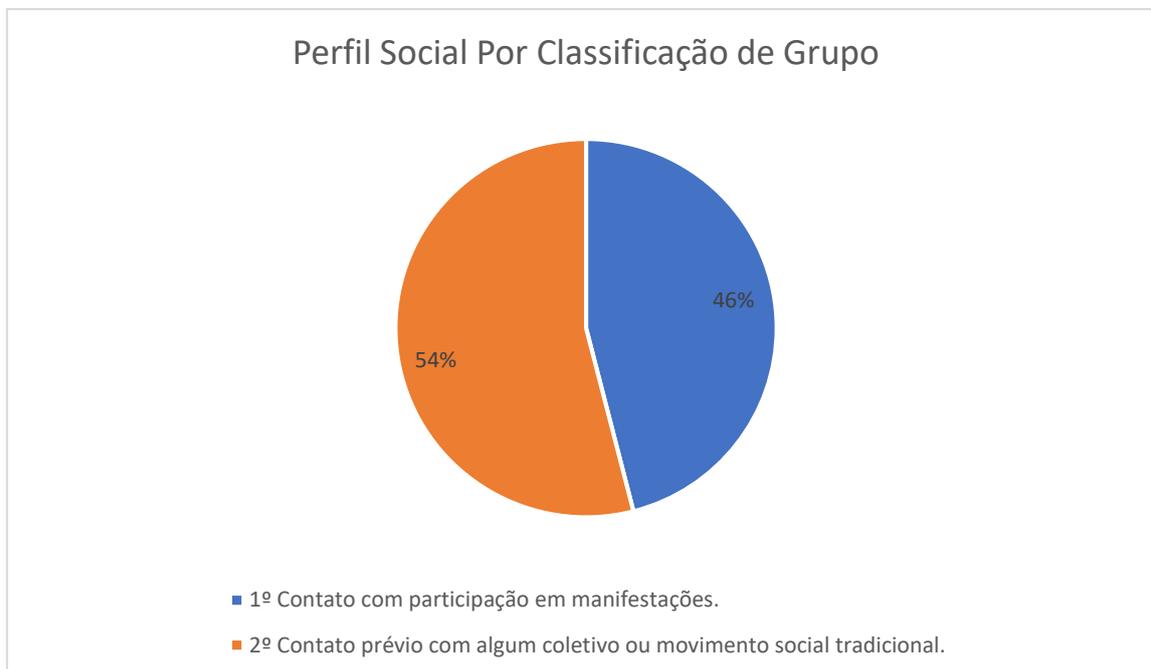
A pesquisa divulgada pelo IBOPE (Portal G1, 2013) trouxe dados que coletados em sete capitais e o Distrito Federal corrobora com as análises trazidas pelos autores de que a composição social dos manifestantes presentes nos atos de 2013 não haviam participado de

nenhuma manifestação de rua anteriormente. Ou seja, cerca de 46% iniciará sua trajetória de reivindicação política a partir das ruas de junho de 2013. Quando pensado apenas na região de São Paulo esse número ainda é bem mais expressivo.

Segundo a *Folha de S. Paulo*, 84% dos manifestante paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%. Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes. Além disso a preferência partidária no Brasil sempre foi baixa. (SECCO, 2013, p. 60).

Importante pensar nesses dados trazidos por pesquisas distintas e incorporados nas análises dos autores, pois como afirma Singer (2013, p. 97) a presença de não jovens também deve ser observada nas manifestações, principalmente depois de 17 de junho que “aumenta a proporção de mais velhos. Mas não estamos de face de um crescimento linear, pois a posterior demonstração de Belo Horizonte teve caráter particularmente jovem.” Mesmo que haja a predominância jovens nas manifestações e aí sejam em grupos já organizados politicamente desde meados dos anos 2000, sejam em grupos que iniciaram sua trajetória de reivindicação nos atos, é preciso pensar nos mais velhos e nos grupos pertencentes a movimentos sociais tradicionais e grupos mais conservadores que mesmo em possível minorias estavam presentes nas ruas.

Figura 2



Fonte: Produzido pelo autor com base na bibliografia.

## 2.2 – Nova classe média, “precariado” e economicismo em junho de 2013.

Conquanto passado seis anos desde as Jornadas de Junho de 2013 as interpretações surgidas e que ainda surgem sobre esses fenômeno são constantes, por esse motivo se justifica que nessa dissertação a intenção não seja de criar uma nova interpretação sobre o objeto aqui estudado mas contribuir no direcionamento interpretativo do que já se consolidou na bibliografia a respeito dessa temática.

Como trazido no tópico anterior as ruas foram ocupadas por centenas de milhares de indivíduos diversos em inúmeros aspectos como nos chama atenção Gohn (2013, p. 209) “Os sujeitos destas manifestações têm sido organizado sob múltiplas formas – etnia, raça, gênero, idade, tipo de atividade do trabalho (rural ou urbano), unidades produtivas da economia solidária e etc.” Ou seja, muitos são os caminhos que se cruzam na compreensão do perfil social dos manifestantes que estavam presentes em junho de 2013, nesse tópico iremos abordar autores que trabalham com a concepção que uma nova “classe média” Scalon (2013); Singer (2013); Resende e Santana (2018) e o precariado estiveram nas ruas reivindicando questões que perpassa aspectos econômicos, sociais, culturais.

O autor compreende (TARROW, 2009, p. 44), que na medida em que o ciclo se amplia os movimentos vão criando oportunidade tanto para a elites quanto para grupos de oposição. As alianças podem ser formadas até entre participantes e desafiantes. No campo do controle social, as forças governamentais podem agir através de reformas, repressão ou uma combinação entre as duas. Por sua vez, os resultados na esfera política institucional podem se demonstrar confluentes ou divergentes das reivindicações dos participantes. Isso devido ao fato de os atores terem cada vez menos controle sobre os resultados das decisões institucionais. (PACCELLI, 2016, p. 42).

Percebemos na citação acima uma forma explicativa da junção entre manifestantes de visões ideológicas diferentes em momentos de maior efetividade das jornadas de junho trazendo para o debate a compreensão dos aspectos de ampliação desse fenômeno colocando em pauta, inclusive, a dinâmica de disputa pelas ruas que em determinado momento pode ser constatada no movimento com a entrada de setores tanto da esquerda quanto da direita nos atos, o que nos ajuda a entender a heterogeneidade presente nesse fenômeno.

Socialmente heterogêneos, os acontecimentos de junho foram também multifacetados no plano das propostas que não espanta haja todo tipo de imputação ao seu sentido ideológico: desde o eco socialismo até impulsos fascistas, passadas por diversas gradações de reformismo e liberalismo. Acabaram por ser uma espécie de “Jornadas de Junho”, cada um vindo nas nuvens levantadas nas ruas a forma de uma deusa diferente. (SINGER, 2013, p. 32)

Nesse contexto podemos perceber que as interpretações em torno dos atores presentes nas ruas passam a ser interpretadas a partir de aspectos ligados a própria questão política-ideológica dos manifestantes dando ênfase a caráter que os ligam a setores que vão desde uma extrema-esquerda até uma extrema direita, cada qual com pautas e bandeiras distintas.

Apareceu de imediato o viés progressista das manifestações, que poderiam prenunciar um novo ciclo de lutas dos trabalhadores, como o que tendo se iniciado em 1987 vigorou até o final da década de 1980. Surgiu também com clareza à direita, que pretendeu desencadear uma pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003. Mas, na verdade, quiçá junho de 2013 seja mais bem compreendido se olharmos para o centro. (SINGER, 2013, p.32)

O autor nos sugere que devemos olhar um pouco mais para o centro e não para as vertentes já conhecidas da política tanto da esquerda quanto da direita, que para muitos analista já não conseguem dar a resposta que a sociedade busca com relação aos problemas encontrados no cotidiano. Um outro ponto que deve ser levado em conta nessa interpretação a partir de atores ligados mais ao centro político pode estar relacionado justamente no ineditismo de participação de uma parte considerável dos manifestantes que estiveram presentes nas ruas.

Como já mencionado anteriormente, o MPL segue uma estratégia horizontal e se mostra como um movimento apartidário o que pode ter contribuído para uma identificação de grupos considerados sem vozes e insatisfeitos com o modelo de representatividade brasileiro. Ou seja, como trazido por Santana e Rezende (2013), as manifestações de junho podem ser interpretadas através de fatores como crise de representatividade, ascensão da “nova classe média” e economicismo.

Os protestos de junho de 2013 têm três tipos de interpretação para sua ocorrência, de acordo com Adriano de Freixo (2016). O primeiro decorre-se do movimento de ascensão da chamada “nova classe média”, que teve seus padrões de vida e consumo melhorada, por meio do crescimento econômico e políticas distributivas na última década e almejando mais no que diz respeito aos serviços públicos como transportes, saúde e educação, sem níveis satisfatórios de qualidade. Do mesmo modo que nutrem uma profunda insatisfação com todas as esferas do setor público com a corrupção presente. A segunda análise, presente na observação de Maria da Glória Gohn (2014) e Leonardo Sakamoto (2013), prioriza a crise da democracia de matriz liberal e a falência dos modelos clássicos de representação política. Ou seja, tanto da classe média “histórica”, quanto aqueles que fazem parte dos estratos sociais que ascenderam socialmente nos últimos anos. E a última interpretação corresponde a alguns autores do campo da esquerda que analisam as manifestações como um esgotamento do “modelo petista” ou “lulista”, centrado em políticas distributivas e numa espécie de “capitalismo de Estado”. Todavia, seu limite teria sido a incapacidade de radicalização de reformas estruturais e do enfrentamento como grande capital. (REZENDE e SANTANA, 2018, p. 112)

Precisamos dar luz ao indivíduo compreendido como pertencente a “nova classe média” que por si só pode ser usado como uma das linhas explicativas das jornadas de junho no que tange o acesso a bens de consumo e uma determinada ascensão cultural e social durante as décadas do governo do PT, ou seja, à luz desse grupo é possível pensar nas insatisfações trazidas pela não alteração do *status quo* promovido pelas políticas de distribuição de renda. Scalon (2013, p. 181) afirma que parece ter prevalecido entre os analista a ideia de que a diminuição

das desigualdades e a transformação da sociedade brasileira em uma sociedade de classe média teria causado expectativas de bens e consumos que não foram atingidas.

Ora, dessa forma, para autores como Perruso (2014); Singer (2013) as jornadas de junho podem significar um movimento de crítica as políticas implantadas durante dos governos do PT, porém, como muito bem coloca Perruso, não apenas desses governos, mas da forma de se fazer política. Para o autor, “se as manifestações têm se realizado contra os governos lulistas (mas não só eles) ou apesar do desprivilegiamento dos movimentos sociais por parte do PT, não há mais como falar em “expansão da participação popular” por conta da geração petista-cutista – apenas contra ela ou apesar dela.” (2014, p. 12)

Se antes tínhamos indivíduos que estavam se socializando politicamente a partir das ruas e nas jornadas de junho nos deparamos agora com aspectos ligados a classe social que também se coloca como importante para interpretar as vozes das ruas. As primeiras leituras sobre o fenômeno davam conta de que a classe média estava nas ruas, talvez pela própria mudança de concepção trazidas nos governos do PT sobre o que é a classe média pode ter contribuído para esse diagnóstico.

Rapidamente, os protestos passaram a ser lidos como um movimento da classe média tradicional, insatisfeitas com mudanças ocorridas no país que apontavam para perda de privilégios e maior igualdade de oportunidades. Nesse ponto utilizei o termo de “classe média tradicional” para distinguir o grupo que pode ser compreendido como uma classe média em termos ocupacionais, educacionais e de estilo de vida, daquele grupo que tem sido chamado de “nova classe média” por alguns estudiosos e pelo governo, a partir de uma definição baseada, exclusivamente, em percentil da distribuição de renda. Nesse esquema de categorias, teríamos quatro grupos de renda, ou segundo economistas, classes sociais: E = abaixo da linha da pobreza (definida como R\$2,00/dia); D = entre a linha da pobreza e mediana; C = entre a mediana e décimo percentil de renda; AB = décimo percentil de renda. Desse modo o grupo C, nomeado “nova classe média” seriam os 40% que se encontram abaixo do décimo percentil e acima dos 50% mais pobres. (SCALON, 2013, p.183)

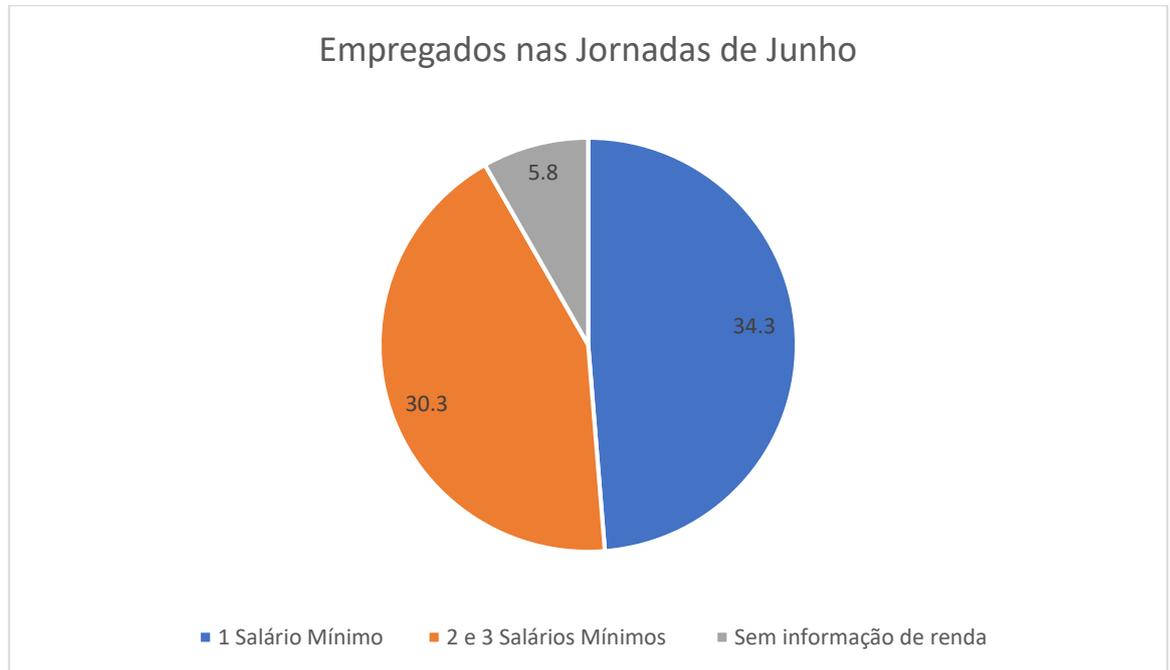
Na citação acima que nos faz refletir sobre a perspectiva trazida na análise do perfil dos manifestante, não se trata de compreender um fenômeno tão importante como esse levando em consideração apenas questões econômicas, porém essa elucidação a respeito dos grupos ou classes sociais nos ajuda a compreender os resultados trazidos na bibliografia a respeito dos atores sociais presente nas jornadas de junho. Para Singer (2013) parte dessa “classe média



Esses dois fatores são importantes para justificar os dados que Singer (2013, p. 28) traz sobre a escolaridade dos manifestantes em oito capitais pesquisadas pelo Datafolha e que o autor usa e extrai que “confirma a mínima parcela de baixa escolaridade, denotando a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira nas manifestações.”

Os dados correspondentes à renda não são consensuais entre os autores, a exemplo de Singer (2013); Braga (2013) que usam pesquisa distintas e formas de classificação dos manifestantes quanto a renda diferenciada, onde para o primeiro “houve cerca de 15% com renda familiar mensal de até dois salários mínimos” Singer (2013, p. 30) e para o segundo cerca de 34,3% dos manifestantes recebiam um salário mínimo e 30,3% entre dois e três salários mínimos. Braga (2013, p.70). Percebemos que existe um antagonismo entre escolaridade/renda e que é possível sugerir que os grupos CD tiveram uma crescente ascensão educacional e mesmo de ingresso ao mercado formal de trabalho, porém não se elevou ou modificou o *status quo* dos indivíduos desses grupos, uma vez que “94% dos postos de trabalhos criados nessas últimas décadas pagam cerca de 1,5 salários mínimos” Braga (2013, p. 69) e que a “renda *per capita* entre algo como 1,5 e 3,5 salários mínimos, vemos que ela é genericamente compatível com renda familiar mensal até cinco salários mínimos para quatro pessoas.” Singer (2013, p.31). Tudo isso nos leva a compreender a dinamicidade dos fatores presentes em junho de 2013, mesmo quando comparamos dados não trazidos nas análises, mas que podem ser entendidos como pontos de interpretação. Nos dados acima trazido por Braga (2013) sobre a divisão por salários, o autor afirma que cerca de 70,4% dos participantes estavam empregados. Esse total se subdivide nas categorias elencadas no parágrafo anterior, porém cerca de 5,8% desse empregados não possui informação sobre renda, e sequer é mencionado esse número no texto. Observem o gráfico abaixo:

Figura 4



Fonte: Produzido pelo autor com dados da bibliografia.

Ao pensarmos que no Brasil cinco salários mínimos corresponde a um baixo rendimento de acordo a renda *per capita* e que para Singer (2013, p. 30) cerca de 50% dos manifestantes podem ser considerados pertencentes a esses grupo. Já na análise do gráfico acima feito com dados de Braga (2013), esse número sobe para cerca de 64,6% dos manifestantes com renda de até cinco salários mínimos, o que nos leva a concluir que grande parte dos manifestantes presentes nas jornadas de junho estariam mais próximos da base da pirâmide social brasileira quando se considera os dados econômicos, divergindo dos dados trazidos quando se observa apenas o nível de escolaridade. Esse percentual corresponde a grupos com atividades profissionais como:

Esse manifestantes estariam, portanto dentro da faixa na qual o economista Waldir Quadros inclui ocupações como balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure. A classificação pela renda familiar não nos permite saber a renda per capita do manifestante, mas ao dizer que 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários mínimos, o Ibope e o Innovare estão nos indicando que boa parte deles podia ter uma profissão descrita por Quadros, não pertencendo, pois a classe média tradicional, que

se caracteriza por abrigar profissões liberais ou funções não manuais, técnicas e administrativas. (SINGER, 2013, p.31)

Concluimos que é visível a participação de grupos diversos durante o fenômeno aqui estudado, bem como a participação não apenas da classe média como foi sugerido por parte da mídia tradicional inicialmente, no entanto, é necessário colocar que ao entrarem nas manifestações setores importantes da classe média brasileira trouxeram consigo suas pautas e demandas o que corroborou para entrada de setores mais extremistas também nas manifestações, compreendendo tanto extrema-esquerda quanto extrema-direita. É importante ressaltar que mesmo esses setores da direita não eram homogêneos, segundo Singer (2013, p. 35) “A direita buscou tingir as manifestações de um sentimento anticorrupção.”

Lembremos que parte dos atores presentes nas jornadas estavam se construindo político-ideológico durante esse fenômeno e pautas como a trazida acima de forma mais genérica com apelo moral são mais rápidas e fáceis de serem assimiladas pelos manifestantes. Já Rezende e Santana (2018, p. 113) afirmam que “essa direita se articula em torno de valores ligados ao liberalismo, como individualismo, empreendedorismo, meritocracia e Estado menor.” Para os autores a partir desse fenômeno a defesa da moralidade pública e o combate a corrupção se torna a principal narrativa de setores dessa direita. É possível pensar na figura que o empreendedor passa a ter como símbolo da modernização capitalista sem que seja considerada as mazelas trazidas por esse sistema, Perruso (2013, p. 15) afirma que “a direita liberal nacional aposta centralmente no mercado e no indivíduo (na figura do empreendedor burguês) como entes fundamentais de nossa modernização capitalista.

Essa diversidade presente nas ruas deve ser lida como um diagnóstico da pluralidade da população brasileira. Algumas demandas trazidas por esses atores fazem parte de um repertório de lutas mundial bem como a crise de representatividade e a crítica ao sistema capitalista e suas desigualdades nas mais complexas formas. Sabemos que os avanços mesmo que mínimos ocorreram. Hoje é possível pensar em um novo proletariado que têm um nível de escolaridade mais elevado, porém não consegue ingressar em atividades de caráter mais técnicos e não manuais. Os motivos para que isso não aconteça é algo que não só deve como merece ser pesquisado, ou seja, mesmo com a crescente melhora em alguns aspectos da vida social as desigualdade de oportunidades ainda persistem.

A composição social de junho de 2013 corresponde a um conjunto de fatores que envolve relação de classe, questões geracionais, políticas e ideológicas que compõe os atores presentes nas ruas. Ou seja, a literatura sugere que as análises sejam pautadas em pontos

secundários, mas que são elencados como fatores explicativos e que conjuntamente a pontos centrais, como as questões de nova classe média e precariado devem ser levados em conta as suas especificidades e dinâmicas.

O que pretendemos trazer com esse capítulo é a compreensão de que os atores presentes nas jornadas de junho de acordo com a bibliografia aqui pesquisada podem ser entendidos como: grupo de manifestantes socialmente diversificado no que tange o caráter de classe social e nível educacional, bem como as relações de trabalho e o novo perfil do proletariado/precariado. Esses manifestantes são pertencentes a coletivos surgidos a partir dos anos dois mil. Parte desses manifestantes com o primeiro contato político-ideológico a partir de junho de 2013 e uma outra parte são pertencentes a movimentos sociais e estudantil tidos como tradicionais. Fatores como coletivos, construção político-ideológica não fazem parte do objeto dessa pesquisa, mas são acionados por aparecem como elementos colocados nas análises dos autores aqui estudados.

Compreendendo que esses grupos se desdobram no que chamarei de subgrupos de acordo com renda, escolaridade, atividade profissional e identificação ideológica (esquerda, direita, centro, apartidária, progressista, conservadora, liberal e etc.) que em menor ao maior número estiveram nas ruas durante as jornadas de junho. Não podemos nesse momento afirmar que os atores que se socializaram a partir desse fenômeno ainda continuam esse processo é necessário que se pesquise mais a fundo essa informação, bem como a construção de um novo sujeito histórico a partir desses atos. Talvez ainda seja precoce concluir, como afirma Braga (2013, p. 71), que junho de 2013 significou um “autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto dos seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto a ampliação de seu direito à cidade”. Portanto, desdobrei nos quadros abaixo de forma detalhada as obras e os autores usados nesse capítulo.

Tabela 3

<b>Precariado/ Proletariado</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
André Singer	Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas.	2013
Maria da Gloria Gohn	Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.	2016
Wellington Pereira	Max Weber e as manifestações-de-rua na Paraíba.	2013
Marco Antonio Perruso	As jornadas desde junho de 2013.	2014
Breno Bringel	Miopias, Sentidos e Tendências do levante brasileiro de 2013.	2013
Ruy Braga	Sob a sombra do precariado.	2013

Fonte: produzido pelo próprio autor.

As dimensões que envolve as discussões em torno tanto do novo precariado quanto de nova classe média nos ajudam a pensar na forma de como os autores aqui apontados desenvolvem ou não crítica as políticas de expansão de crédito realizadas durante os governos do PT, gerando de algum modo ou ao menos o que se acreditava até a eclosão das jornadas de junho de 2013 uma socialização plena dos pobres, sendo que essa socialização não trouxe a importante ilusão social pela via de baixo consumo, o que, de certo também foi questionado nas ruas durante os atos, ou seja a não modificação do *status quo* ou a perda desse *status* no que tangencia a classe média segundo a literatura.

Tabela 4

<b>Classe Média/ Nova Classe Média</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
Ermínia Maricato	É a questão urbana, estúpido!	2013
Venício A. de Lima	Mídia, rebeldia urbana e crise de representação.	2013
Carlos Vainer	As jornadas de junho.	2013
Ivo Marcos Theis	A primavera brasileira: em pleno outono?	2013
Leonardo Sakamoto	Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas.	2013
Marcelo Gomes Germano	Somente um protesto.	2013
Nelson Aleixo da Silva Júnior.	Junho de 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas.	2013
Celi Scalon	Juventude, Igualdade e Protesto.	2013

Fonte: produzido pelo próprio autor.

Entretanto para alguns autores as questões envolvendo classe não possuem uma certa relevância ou nitidez para as análises sobre junho de 2013, concentrando-se em uma abordagem mais geral dos atores presentes nesses atos, como sinalizo na tabela 5.

Tabela 5

<b>Abordagem Geral sobre Perfil Social dos Atores</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
Gabriel Silva Rezende e Júlia Lima Santana	Crise Política – Axiologia, Emergências Sociais e Alteração da Agenda Política no Brasil Pós.	2018
Gustavo Paccelli	Ação Coletiva e Confronto Político: Uma leitura das manifestações de 2013 no Brasil.	2016
Adriana Alves Rodrigues	Redes Sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera política	2013
Orlandil de Lima Moreira e Idalina Maria Freitas Lima Santiago	Vem Pra Rua: os protestos de junho.	2013

Fonte: produzido pelo próprio autor

### **CAPÍTULO III. A REDE VIRTUAL É A NOVA EXTENSÃO DA PRAÇA.**

Uma das principais características observadas durante as jornadas de junho de 2013 diz respeito a forte presença dos mecanismos de comunicação online, as chamadas redes sociais virtuais. Essas ferramentas aparecem como fundamentais não apenas na articulação entre os atores presentes nas jornadas de junho, mas em sua propagação e difusão.

Se torna relevante compreender como os cientistas sociais estão analisando esses mecanismos e seus usos para difundir protestos e movimentos sociais iniciados através da internet, bem como no aperfeiçoamento de novas técnicas de convocação.

Para Moreira e Santiago (2013, p.15) “As manifestações de junho de 2013 se constituíram como uma novidade na cena pública brasileira, constituindo-se em um acontecimento político de grande visibilidade [...]” essa novidade pode estar relacionada a dois fatores: primeiro a forma como os coletivos fizeram uso das redes sociais virtuais durante o fenômeno e em segundo lugar como os atores presentes nas manifestações de junho de 2013 correspondeu ao chamado nas redes sociais virtuais.

A internet pode ser vista como meio de difusão do que ocorria nos atos em tempo real, trazendo uma nova forma de comunicação entre os movimentos sociais e a sociedade. Para os autores a forma como a mídia tradicional modificou a abordagem sobre o fenômeno e o retorno das grandes mobilizações em vias públicas desde o início dos anos noventa são características intrínsecas a essa novidade.

As manifestações de junho de 2013 aparecem como uma novidade na cena pública brasileira, constituindo-se em um acontecimento político de grande visibilidade, seja pela quantidade de pessoas que conseguiu juntar nas vias públicas, levando às ruas mobilizações de massa só vistas antes no Brasil nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, com o *impeachment* do presidente Collor de Melo, seja pelo seu aparecimento na imprensa tradicional após as atrocidades da polícia nas primeiras manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo. A partir desse fato, a mídia passa a colocar o movimento em evidência, ao mesmo tempo em que tenta impor suas bandeiras ao movimento. (MOREIRA e SANTIAGO, 2013, p. 15)

A partir desse contexto pensamos na importância da articulação entre as redes sociais online e a imprensa tradicional, compreendendo a forte influência que essa última representa na sociedade brasileira de modo que pode ser caracterizada formas distintas que a mídia tradicional tratou esse fenômeno, um primeiro momento criminalizando os manifestante e as

manifestações e em um segundo espaço temporal colocando as manifestações como legítimas focando na criminalização de alguns grupos e segmentos presentes nesses atos.

É importante salientar que não se trata de objeto dessa dissertação abordar a forma como a mídia tradicional explicou esse fenômeno ou como a literatura sociológica se debruçou na relação entre mídia tradicional e jornadas de junho. Porém acredito que abordar a maneira como os autores aqui estudados descrevem as diferenças de abordagem entre mídia tradicionais e as redes sociais virtuais é um preambulo do mapeamento e uma importante transição para abordagem sociológica que os autores fazem sobre as redes sociais virtuais.

Segundo Gohn (1997, p. 252) “os movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil”. Com esse contexto, é possível pressupor que as redes sociais virtuais vêm desenvolvendo um papel na organização e articulação dos movimentos sociais gerando novas formas de mobilizações.

Cabe uma análise mais aprofundada dessa afirmação, uma vez que vincular a forma de ação e recrutamento de novos integrantes com base apenas na internet, pode nos levar ao erro de ignorar todas as formas de atuação desses movimentos ao longo de suas trajetórias. Durante junho de 2013 as redes sociais virtuais estiveram presentes e se constituíram como atores importantes para as manifestações, produziam e reproduziam em tempo real discursos e notícias, se colocando como um dos principais meios de difusão das manifestações, uma vez que o rechaço aos meios de comunicação tradicional estava latente nas ruas.

Para Gohn (2013, p.213) as redes sociais virtuais funcionam como uma estrutura de convocação e organização dos participantes via rede *online*. Podemos supor que esses mecanismos são capazes de trazer para as ruas o povo quase que em tempo real, ampliando assim os locais de protestos e o número de manifestações e manifestantes, dando mais visibilidade ao movimento. Por outro lado, Scherer-Warren (2014, p.420) afirma que essa ferramenta ao mesmo tempo em que aumentou o número de protestos e manifestantes, fez crescer também a diversidade de demandas e que muitas vezes acabou por trazer conflitos e antagonismo entre si, pois não é capaz de ampliar o aprofundamento do debate em torno das pautas propostas nos atos, sendo porém um possível aglutinador de novos ativistas.

A participação da população brasileira na internet começou de forma tímida em 1990, hoje o Brasil já é o segundo país do mundo com acesso à web, segundo afirma reportagem da revista *Exame* (DINO, 2016) divulgada em fevereiro de 2016. A reportagem conta com dados

de uma pesquisa organizada pela *We Are Social*<sup>7</sup> durante todo o ano de 2015 e que traz outro dado importante, no qual o Brasil aparece no topo da lista como a população que passa mais tempo na internet e no segundo lugar em acesso as redes sociais virtuais.

Na pesquisa TIC domicílios de 2019 divulgada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) o Brasil possui hoje 70% da população conectada, o que corresponde a número equivalente de 126,9 milhões de brasileiros (Portal G1, 2019). A pesquisa traz um dado importante também referente a conectividade da população mais pobre, “metade da camada mais pobre do Brasil está oficialmente na internet: 48% da população nas classes D e E, acima de 42% em 2017.” O uso do celular é dominante como ferramenta principal da população de acesso à internet seguido pelo computador. Percebemos que a conectividade entre a população brasileira vem em uma crescente desde 2013.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apesar da grande expansão no uso da internet em nosso país na década de 2005 a 2015 passando de 13,6% para 54,9% respectivamente Santos (2016), esse número ainda é preocupante, uma vez que grande parte da população ainda se encontra sem acesso a esse meio de comunicação que nos grandes centros urbanos se tornou cada vez mais imprescindível. “A média nas áreas urbanas é de 74% um pouco superior que a média nacional e entre a população com renda de até 1 salário mínimo, o celular aparece como uso exclusivo de 78% dos usuários, com 19% usando celular e computador.” (Portal G1, 2019).

O Brasil ocupa o quarto lugar no ranking de países com o maior número de pessoas conectadas à internet (AGÊNCIA BRASIL, 2017), em outra pesquisa realizada com 45 maiores mercados de internet do mundo feita pela Globalwebindex o Brasil aparece em segundo lugar em que a população passa mais tempo nas mídias digitais, cerca de 225 minutos por dia, na América Latina a média para região é de 212 minutos diários (BBC NEWS BRASIL, 2019) as redes sociais virtuais crescem a cada dia ganhando mais adeptos e fomentando a interação entre pessoas que estão próximas ou distantes. Não é mais necessário estar no mesmo ambiente para se comunicar, essa comunicação pode ser feita de modo imediato, através de vídeos, mensagens e até mesmo ferramentas que disponibilizam transmissões ao vivo, como é o caso do *Facebook*.

No entanto, compreender como os autores das ciências sociais interpretam o uso das redes sociais virtuais e como elas podem ou não contribuir para uma nova articulação dos

---

<sup>7</sup> Se trata de uma organização presente em doze países e que faz estudos relacionados a mídia digital e o uso de redes sociais a nível global, pode ser acessado em: <https://wearesocial.com/our-work>

movimentos sociais na atualidade, perpassa um caminho de entender que apesar do objeto de análise dessa dissertação está centrado na forma como as redes sociais virtuais são descritas na bibliografia das jornadas de junho, é importante salientar que não estamos invisibilizando grande parte da população que não têm acesso a esses mecanismos, contribuindo assim para uma construção não apenas de desigualdade de acesso, mas de fortalecimento no que poderia chamar de impedir a esses indivíduos seu direito de fala dentro da sociedade.

Ou seja, não se pode compreender uma sociedade apenas olhando para os que estão conectados em redes sociais virtuais, é preciso aprofundar as relações dos não conectados para que tenhamos uma amostragem que reflita na melhor representação social possível de como esses atores vêm contribuindo para as mudanças causadas em determinada sociedade. Para Secco (2013, p.61) a internet é também um espaço de interação entre indivíduos mediada pelo mercado de consumo e vigiada pela “inteligência” dos governos, ou seja, contribuindo para uma propagação de uma identidade cultural voltada para quem está frequentemente nesses espaços.

As mudanças fazem parte do anseio humano pelo novo e pela esperança de uma melhoria do estado atual a que esses indivíduos se encontram no momento em que começam a pensar nessa transformação. Não é diferente quando se trata das redes sociais virtuais, Amaral (2013, p.11) afirma que:

O fato novo, portanto, não é a existência da estrutura eletrônica explorada, ela está aí faz anos, e inexistiu no maio de 1968, mas a transformação qualitativa do seu uso, deixando de ser, entre nós, tão só, o veículo quase mágico que dá suporte ao correio eletrônico ou as salas de bate papo. Como fator mobilizador, aliás, ela já havia demonstrado suas possibilidades na ‘Primavera árabe’ e na contestação a Wall Street. Mas, penso que entre nós, para além desse seu papel mobilizador, a rede, principalmente em função da falência ética dos grandes meios, passou a constituir-se no mais importante – porque pulverizado e até aqui não-controlado- órgão de nossa imprensa, realmente livre, livre de controle ideológico porque permeada por todas as tendências do pensamento e assim apta a veicular todas as opiniões, o que enseja o debate vedado pela imprensa monopolista.

É importante salientar que apesar de se tratar de um elemento importante para compreensão do uso das redes sociais virtuais, a desigualdade proveniente da não democratização do acesso a essas redes para uma parte considerável da população brasileira não será abordada por essa dissertação.

Por se tratar de um objeto que ainda se encontra em desenvolvimento, a influência das redes sociais virtuais nos movimentos sociais não pode ser vista como um evento exclusivo das jornadas de junho de 2013, por isso é de extrema importância que nos atentemos para a especificidade do objeto aqui estudado, as categorias destacadas pelas ciências sociais como principais no entendimento desse fenômeno.

A construção de alteridade e compreensão das diversas formas de cultura que são colocadas diante dos nossos olhos através das mídias, aproximando grupos de realidades completamente distintas. Nesse cenário a internet aparece como uma forma de construção de caminhos de aproximação entre esses outros. Mas ao mesmo tempo se torna um mecanismo que não propaga a integração de relações existentes fora do meio *offline*, se tornando assim uma extensão das relações ditas reais.

Nesse mesmo contexto é possível pensarmos em uma uniformização em termos de globalização e mercantilização da juventude, que se reconhece em lugares distintos, por já estar familiarizada a “realidade” vistas antes na internet. É necessário pensar também sobre os não conectados e a defasagem que o uso dessas novas tecnologias emprega em alguns locais.

Se torna difícil não saber onde algo pode te levar e temer os efeitos dessa onda, não à toa, os veículos da mídia tradicional buscaram incluir suas demandas e pautas dentro dos movimentos, conseguindo não se colocar como protagonista dos atos, mas com uma importância que não deve ser menosprezada. Mesmo as redes sociais, sendo apontadas como uma das principais características presente nessas manifestações, não podemos desconsiderar o fato de que no Brasil ainda existem cerca de 63,3 milhões de brasileiros que se mantêm sem acesso as conexões de internet Gomes (2018), ou seja, a televisão e jornais de grande circulação, ainda desempenham um forte papel de transmissão de notícias, dessa forma veremos se análises realizadas pelos autores aqui estudado intercalam essa informação.

### **3.1 – Redes sociais virtuais (RSV) no junho brasileiro de 2013.**

Segundo Volanin [entre 2014 – 2016] a mídia tradicional possui um papel histórico na criminalização dos movimentos sociais no Brasil, em seu artigo sobre a criminalização dos movimentos sociais nas últimas trinta décadas o autor faz uma análise de matérias e manchetes que foram noticiadas no país durante os últimos trinta anos, ele destaca o enunciado das manchetes e analisa os conceitos de ideologia e como essa ideologia é colocada para a sociedade, observando a forma como os meios de comunicação são responsáveis pela

manutenção do pensamento de uma determinada classe sobre as demais, e como a mídia tradicional utiliza essa ideologia para criminalizar os movimentos sociais. Para o autor a partir da década de 1960 a mídia tradicional passou a ser considerada como indústria cultural.

A mídia passa a exercer um papel de formadora de opinião, porém essa cultura midiática mais abrangente está ligada diretamente a um determinado grupo social e a forma como essa cultura é passada faz parecer ser algo natural as desigualdades existentes na sociedade. Como afirmou Volnin o papel da mídia na criminalização dos movimentos sociais já ocorre a algum tempo, como exemplo cita a manchete da revista VEJA de 1985 que traz o seguinte enunciado: “Férias ameaçadas- a super greve nas escolas altera o calendário”. Essa é uma das manchetes que apresenta negativamente toda a luta de uma classe de trabalhadores e uma típica maneira que a mídia tradicional se utiliza para criminalizar os movimentos sociais.

Cada vez fica mais claro o papel da mídia tradicional na sociedade, e é evidente que não podemos deixar de citar que no Brasil os grandes jornais, os meios de comunicação e as mídias em geral que circulam no país pertencem a classe dominante, ou seja, os que em sua maioria detém o capital, o que ajuda bastante na tentativa de criminalizar os movimentos sociais através da forma como a informação é repassada para a sociedade. A mídia tradicional pode ser entendida também como um órgão de propagação da cultura, porém é importante esclarecer que cultura é essa, para quem essa cultura é passada e de que forma? Como ela é recebida e onde é recebida? A televisão por exemplo, através das novelas coloca mesmo que utopicamente em choque a realidade da elite com as demais classes. Conseguimos enxergar uma diferença entre ambos os cenários. Nos jornais impressos a linguagem utilizada também é diferente de acordo com o público que ler determinado jornal, a mídia separa e limita as notícias de acordo com o que é interesse da classe dominante.

As redes sociais virtuais serviram de mecanismos para a propagação das vozes presentes nas ruas durante os protestos, os relatos produzidos através da internet trouxeram as pessoas para as ruas, contribuindo para que os protestos tivessem uma pluralidade de demandas e de atores presentes, incluindo grupos que partilhavam de pensamentos conservadores, que mesmo não sendo uma maioria presente nos atos, usaram de força e violência para agredir militantes de partido político e sindicalistas. Vale lembrar que o próprio MPL se colocou como um movimento a partidário e não contra os partidos.

Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes “cidadãos de bem” de verde-amarelo aplaudiam. O número de participantes no país foi o maior até

então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então *antipartidário*. (SECCO, 2013, p 62)

E possível observar nas primeiras reportagens publicadas pelo jornal Folha de SP uma tentativa por parte da mídia tradicional de ligar as manifestações de junho de 2013 a partidos políticos, como o PT (partido dos trabalhadores), partido do então prefeito de São Paulo Fernando Haddad, em algumas reportagens ficava claro essa tentativa de vinculação do movimento, informando que em manifestações anteriores o MPL teria recebido apoio de uma parte de parlamentares do PT.

Em 2011, quando Kassab (PSD) elevou a passagem de R\$ 2,70 para R\$ 3, fizeram mais de uma dezena de atos, parando trânsito e provocando confrontos. A bancada petista na câmara apoiava o movimento. (FOLHA DE SP, 2013)

A partir do dia 17 de junho a mídia tradicional busca colocar suas pautas para os manifestantes como o fim da corrupção no governo federal que é aderida de forma fácil por alguns manifestantes. A própria crise de representação político (partidária) que não apenas o Brasil tem sofrido, tem levado a uma descrença com relação à maioria dos políticos e as instituições que representam as autoridades como um todo.

É necessário, então, introduzir um fator sempre ignorado quando se fala na “crise da representação política” que, como se sabe, não é exclusiva da democracia brasileira, mas um sinal de esgotamento de instituições tradicionais das democracias representativas. A velha mídia não pode mais ser considerada o “quarto poder”, imparcial e independente, fiscalizador dos governos e expressão da opinião do público, como ensinava o liberalismo clássico oitocentista. (VENÍCIO, 2013, p. 81)

As redes sociais virtuais nesse campo passaram exercer um papel de plataforma de construção política, criando espaço para que as vozes antes não ouvidas ganhassem visibilidade, uma vez que as redes sociais não são controladas pelos mecanismos presentes nos meios de comunicação tradicionais. As redes sociais virtuais se tornaram um mecanismo de principal propagação das manifestações de junho de 2013, isso acabou por forçar uma modificação na maneira como a mídia tradicional estava relatando as manifestações, sendo necessário fazer uma modificação na forma como a notícia era levada até o receptor.

De uma perspectiva mais clássica, o acontecimento resultava das convenções e rotinas jornalísticas, da natureza dos dispositivos por estarem acionados e do lugar o campo jornalístico, dotado de autonomia e competências com as quais manejava o processo observacional e de construção do acontecimento. Este, conforme observações mais clássicas resultariam de convenções de técnicas e de luzes, sendo que os processos enunciativos de seus produtores permaneceriam na penumbra de um camarim... Já há quase quarenta anos, confirmava-se a compreensão que se tinha sobre a atividade atorial dos meios de comunicação jornalísticos: “nas nossas sociedades contemporâneas é através deles [dos Mass medias], e só através deles, que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos”. (NORA, 1974, p. 245- 246- 252 Apud NETO 2013, p. 3).

As manifestações de junho de 2013 trouxeram não apenas para as ruas novos atores sociais e novas tecnologias, os atos contribuíram para que ocorresse uma modificação na maneira como a mídia tradicional se portaria diante dos fatos que estavam ocorrendo diante de suas lentes, já não dava mais para continuar a produzir um noticiário apenas de dentro das redações, se fazia necessário que estivessem presente onde estavam os acontecimentos, que deslocassem do seu ambiente natural de transmitir a notícia, para ir até onde a notícia estava sendo produzida, em tempo real, com uma velocidade talvez nunca antes vista em nossa sociedade, e com outras maneiras dessas notícias chegarem às pessoas, a mídia tradicional se viu obrigada a modificar sua forma de produzir a notícia naquele momento para que não ficasse de fora das transmissões dos acontecimentos.

Dentre algumas mutações, os acontecimentos escapam as rotinas e os processos regulatórios dos métodos de então, os quais definiam a temporalidade e as condições nas quais eles circulariam. Os acontecimentos seguem outras processualidades impostas pelo funcionamento dos campos sociais diversos, suas lógicas e atores, mesmo que seus processos de produção sejam afetados também por lógicas midiáticas. Nestas condições, é preciso segui-los, como atesta a metodologia da “Caravana do JN” a qual tira o acontecimento das fronteiras das redações e da racionalidade do seu planejamento, e o instala na ambiência social, com o repórter – até então testemunhador – transformado assim, em uma espécie de “corpo-significante” que autoriza, por outro trabalho de enunciação, a epifania do acontecimento. Tal modelo se mostra, em dois momentos específicos: no primeiro, desloca em junho de 2013, o sistema produtivo do telejornal e seu principal operador – o âncora – para a cena do próprio acontecimento. Sai de sua sede geográfica e segue a seleção brasileira de futebol para cobrir a sua participação na copa das confederações. Tal deslocamento está revestido de uma complexa operação que visa

de outra forma tirar a “bancada” do JN de sua base para, sob as operações enunciativas capitaneadas pelo âncora, situá-la contiguamente, no próprio território do acontecimento previsto pelo campo esportivo. Ali, se promete a geração do contato em uma circunstância na qual o âncora não será o relator do acontecimento, mas um dos seus próprios personagens. No segundo, diferentemente da lógica que impulsionou o primeiro, o dispositivo televisivo e seu enunciador temem ficar à deriva. E, num gesto premonitório, abandona a presença em um acontecimento no qual operaria como coadjuvante de sua visibilidade, para, não apenas seguir outro, mas impor ao mesmo os processos que diz reunir as condições de sua inteligibilidade. (NETO, 2013, p. 3 - 4)

A mídia tradicional também exerceu um papel de destaque durante as manifestações de 2013. Apesar das redes sociais virtuais e das convocatórias realizadas por coletivos que convocavam para os protestos não sofrerem controle da mídia tradicional, os protestos dependiam da sua cobertura para que tivesse um ganho maior de visibilidade, isso acaba por criar um paradoxo entre a relação das redes sociais e da mídia tradicional durante as manifestações de junho de 2013. A própria modificação realizada pela mídia tradicional com relação à forma de cobertura feita pelo JN (Jornal Nacional) da rede globo, mostra o monopólio que a mídia tradicional, principalmente a TV possui em “tornar” as coisas públicas, no caso das manifestações de junho de 2013 sobre uma ótica de “dar” voz as ruas. Por mais que as redes sociais tenham servido como um mecanismo de propagação e divulgação das manifestações, muitos atores que estavam presentes nas manifestações se consideravam “sem voz publica” como podemos observar na afirmação de Venício (2013) que apesar das classes C e D contarem com uma representação majoritária na sociedade através de sindicatos e entidades, essas classes possuem minoria no que tange o ambiente político parlamentar, o que acaba por dificultar a articulação com os atores políticos e de certo modo contribuindo para o silenciamento de suas demandas e as deixando sem espaço público para exercer o seu direito de fala, de ter sua voz ouvida, as manifestações de junho de 2013 foram o espaço que essas vozes encontraram para se posicionarem diante da conjuntura que se apresentava por mais que as redes sociais virtuais hoje, também se constituam de plataformas de construção política no cenário brasileiro, isso não significa que o poder de fala dos jovens e de outros segmentos da população brasileira está garantindo.

Na lógica do paradoxo redes sociais *versus* velha mídia e de uma cultura política desqualificadora da política e dos políticos, é necessário observar como tem sido o comportamento da velha mídia na cobertura das manifestações. A primeira reação foi

de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes. A velha mídia identificou nas manifestações – iniciadas com um objetivo específico, a saber, a anulação do aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo – a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes – não só de jovens, mas da imensa maioria da população brasileira. Mais do que isso, identificou também uma oportunidade de “desconstruir” as inegáveis conquistas sociais dos últimos anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza. (VENÍCIO, 2013, p. 80)

Em primeiro plano a mídia tradicional buscou criminalizar as manifestações de junho de 2013, levando um posicionamento de que era necessário que houvesse mais repressão por parte dos governantes através da utilização da força e do monopólio de legitimidade da violência exercido pelo Estado através de ações da PM podemos observar em reportagens vinculadas pelo jornal Folha de SP, 12 de junho de 2013: “Contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e paulista.” 13 de junho de 2013: “Governo de SP diz a que será mais duro contra o vandalismo”, 14 de junho de 2013: “Policia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos.” Podemos observar nessas reportagens uma crítica aos protestos, que até o presente momento segundo o próprio editorial eram sem motivos, pois a passagem teria sofrido reajuste abaixo da inflação do ano, por tanto não haveria razão para tal “descontrole” por parte dos manifestantes. Esse padrão de cobertura das manifestações tanto pelos jornais quanto pela TV segue até a data do dia 17 de junho de 2013 onde a partir dessa data é possível observar uma mudança na forma como a mídia tradicional passou a cobrir e noticiar as manifestações, começando a cobrir através da TV em tempo real os protestos, tendo como marco o retorno do apresentador do JN William Bonner para a bancada do jornal, modificando assim a própria cobertura que a rede globo havia programado para a cobertura da Copa das Confederações, tendo como justificativa a de se aproximar mais das vozes das ruas.

O ato de William Bonner de seguir os acontecimentos, inaugurado na Caravana do JN, foi interrompido por causa de outro acontecimento. Em boletim emitido às

21h34m, de 18 de junho de 2013 o UOL Esporte, anunciava: “Protestos fazem Bonner ‘abandonar’ seleção brasileira e voltar à bancada do Jornal Nacional”. O deslocamento do telejornal e do seu principal âncora para seguir acontecimentos em locais nos quais eles ocorreriam, segundo agendas prévias da TV ou de outros campos sociais – se via obrigado a uma súbita interrupção. E as causas resultam da eclosão de acontecimentos imprevistos em torno dos quais o dispositivo televisivo e seus enunciadores não poderiam ficar à deriva, conforme ainda a nota do UOL: “as manifestações que aconteceram pelo Brasil na última segunda-feira fizeram com que William Bonner, apresentador do Jornal Nacional, voltasse para a bancada do telejornal da rede Globo. (NETO, 2013, p. 1- 2)

O ativismo digital e a cobertura feita pelos manifestantes durante os protestos contribuíram para que os mesmos ocupassem maior espaço na mídia tradicional brasileira, uma vez que a mesma se viu em uma posição de não controle, onde não era possível prever as ações que estavam acontecendo, os protestos pareciam surgir do nada, pois tinha exatamente esse aspecto como uma de suas características, as articulações e convocações eram feitas por coletivos organizados que se estruturavam e convocavam de forma online os protestos. As redes sociais virtuais passaram a exercer um papel principal na organização das manifestações de junho de 2013.

Em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como Facebook e Twitter, na organização das manifestações foi importante. (...) Podemos salientar algumas das características desses novos movimentos sociais. Primeiro, constituem-se de densa e complexa diversidade social, exprimindo a universalização da condição de proletariado (os 99%) (...) utilizam redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social. Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada. (...) São movimentos sociais capazes de inovar e ter criatividade política na disseminação de seus propósitos de contestação social. (CARTA MAIOR, 2012, p. 32-33).

A presença das Redes Sociais Virtuais aparece como um dos mecanismos usados pelos movimentos sociais em nível global, destarte podemos pensar na importância delas na participação e ampliação dos atores participantes nessa esfera política. Para Rodrigues (2013) as RSV também representam um rompimento da verticalização e centralidade das informações pela mídia tradicional. Os capítulos anteriores são complementares na compreensão do uso das RSV pelos atores presentes nos atos uma vez que “diferentemente de gerações anteriores, as

angústias e soluções individuais passam a ser amplificadas em rede virtual, visíveis e com participação de um número de interlocutores.” Nogueira (2013, p. 29)

Autores como Moreira e Santiago (2013); Nogueira (2013); Theis (2013) abordam as questões que envolvem as oscilações da mídia tradicional a respeito da cobertura dos protestos nas ruas sugerindo que existe uma virada na postura midiática que contribui para a visibilidade das manifestações. “A mídia oscilava entre afirmar que era uma minoria que cometia atos de depredação do patrimônio público (e outros crimes) e que os jovens não sabiam qual era a reivindicação em pauta, já que o aumento das passagens deixou de acontecer por conta dos protestos.” Nogueira (2013, p.30)

Foi perceptível como os argumentos usados para criminalizar as manifestações inicialmente foi substituído por uma abordagem que visava inclusive conduzir as rédeas do fenômeno em prol de uma pauta que deveria ser conduzida pela própria mídia. A repressão brutal inicialmente proposta pela mídia e acatada pelos órgãos de segurança deu o tom inicial sobre o fenômeno.

Seguíamos o script da indignação automática contra o que era mostrado na telinha: do negro algemado, cabisbaixo, à mãe pobre que abandonara seu bebê no lixo, passando, de em quando, pelo estudante que insistia em frear o nosso direito de ir e vir. Seguíamos o script: Baderna, me inclua fora dessa [...] protesto tem que ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir a via pública”. Rezava o script que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência. E a lógica da ordem parecia tão impecável que já se debatia seriamente a possibilidade de trancafiar quaisquer formas de ato público no sambódromo da cidade. Daí o conselho tático do apresentador, que exclui do possível qualquer estratégia: “isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento”. Para reafirmar o que todos temem, e devem continuar temendo, o programa elaborou uma nova enquete de sempre: “Então eu vou fazer uma pergunta em cima disso aqui. Deixa eu ver a pergunta que fizeram aí: ‘você é a favor desse tipo de protesto?’”. Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça para baixo: “Até agora... a maioria... eu não se se os caras entenderam bem..., mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...”. o riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido. “Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo”. Seguiu-se a necessidade de retomar o que fora perdido mediante a autoridade de quem porta o microfone: “Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra eu votaria no não, eu votaria no não! Contudo, “a voz do povo é a voz de Deus”, e esse seguia sua recusa. Contra o sobrenatural, cabia ainda um último recurso: a

correção científica. Para que hipótese e resultado permanecessem o mesmo, a pesquisa carecia de precisão conceitual: “Será que nós formulamos mal a pergunta? Você é a favor de protestos com baderna? Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, [...] porque aí fica claro, que senão o cara não entende”. (VIANA, 2013, p. 47-48)

Apesar de extensa a citação acima se torna extremamente necessária para o ponto de vista de como a mídia tradicional optou com construir uma narrativa sobre as jornadas de junho de 2013 seguindo um padrão histórico de colocar a sociedade contra os movimentos sociais dinâmica que pode ser rompida através dos conteúdos produzidos pelos próprios manifestantes e mídias alternativas que colocavam em xeque a narrativa mostrada principalmente na televisão. Nesse ponto a bibliografia aqui analisada sugere uma construção da informação e articulação desses movimentos na sociedade atual. Para Neto (2013, p. 30) “a mídia oscilava entre uma minoria que cometia atos de depredação do patrimônio público ( e os outros crimes) e que os jovens não sabiam qual era a reivindicação em pauta, já que o aumento das passagens deixou de acontecer por conta dos protestos.” Supomos que essa oscilação esteve ligada a falta de identificação em como se deveria agir diante do fenômeno que estava se construindo nas ruas.

Essa nova forma de convocação e mobilização dos movimentos sociais da atualidade que são afirmadas por autores como Gohn (2016) que acredita que as redes sociais virtuais significam um processo de aprendizagem e construção de saberes estruturados e estruturantes de forma coletiva na participação em atos e em especial nas plataformas digitais. E

Scherer-Warren (2014) através da internet e meios de comunicação virtuais novos adeptos foram surgindo quase que instantaneamente, causando uma grande visibilidade na mídia tradicional. Para essas autoras a internet e as redes sociais virtuais podem ser entendidas como a principal ferramenta de diferenciação e novidade dos movimentos surgidos a partir de junho de 2013.

Assim, os movimentos sociais contemporâneos ganham roupagens novas na sociedade do século XXI ao engajarem suas práticas e formas de mobilização em uma esfera pública, agora, conectada e em Rede. As transformações das tecnologias digitais na vida social amplificam, deste modo, os rearranjos comunicacionais num contexto contínuo de mutações. Portanto, a compreensão dos sistemas em redes, espaços de fluxos e as novas práticas, as mídias sociais foram os principais canais mediadores para que os protestos acontecessem em várias capitais no Brasil, na qual permitiram que os envolvidos pudessem interagir, comunicar, mobilizar pessoas,

divulgar o movimento, além de gerar trocas e debates on line, numa espécie de “Fórum virtual”. (RODRIGUES, 2013, p.32-33).

Ou seja, a forma de comunicação entre movimentos sociais, mídia tradicional e sociedade se alterou e vem se alterando desde as manifestações de junho de 2013, a indignação inicia-se nas redes sociais virtuais e multiplicam-se nas ruas, essas novas formas de se comunicar impulsiona uma modificação da cobertura realizada pelos meios de comunicação tradicional. Para Rodrigues (2013, p. 33) a mídia tradicional não detém mais a centralidade da informação, isso se deve ao fato da mudança de perspectiva trazida à tona quando os atores sociais entram em cena e rompem, de certo modo, com a informação vertical, condensada em grandes monopólios midiáticos, difundidos via interações e práticas mediadas por computador. Para Almeida (2013) o que difere as manifestações de junho de 2013 das demais ocorridas na história do Brasil é forma como a sociedade usou as mídias atualmente disponíveis convergindo com o que foi afirmado mais acima por Scherer-Warren (2014).

Ambientes virtuais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Blogs* e outros *sites* permitiram a concepção das manifestações, divulgação de horários, dias e informações relevantes, além de um debate que ocorreu afastado do discurso jornalístico, o qual foi muitas vezes criticado pelos manifestantes, acusaram os grandes grupos de comunicação de deturpar a realidade, alimentando estereótipos e estimulando a desinformação. Com um celular na mão, os cidadãos-repórteres produziram uma gama de material audiovisual e puderam transmiti-lo em tempo real, narrando os fatos *in loco* Silva (2007, p. 5) ou upando os arquivos de vídeo no Youtube, promovendo um registro dos fatos paralelos à cobertura dos meios de comunicação tradicionais (TV, rádio e impressos). (ALMEIDA, 2013, p.85)

Nesse contexto é possível desenhar as redes sociais como provedoras de novas formas de cultura de protestos. A ocupação das ruas ainda se mantém presente como fator de mobilização e de encontro entre esses ativistas conectados virtualmente, sendo o espaço de aglutinação entre os conectados e os não conectados virtualmente. Para Carrasco (2016) e Rezende e Santana (2018) a internet e as redes sociais virtuais são pontos primordiais para compreender as manifestações de junho de 2013.

Ao cobrirem as manifestações, os veículos de comunicação conservadores pegaram uma carona e procuram desgastar gestões locais progressistas. Convidados a descer, voltarem-se contra os vândalos. Na sequência, tiveram que constatar a repressão policial que especialmente, em São Paulo, e não restrita aos desordeiros, comeu solta.

Por fim, recuaram – até porque foram atropelados pelas “novas mídias”. (THEIS, 2013, p. 55)

Para o autor apesar da importância que as redes sociais virtuais vêm ganhando no cenário mundial e em particular no Brasil é questionável afirmar que as pessoas que estiveram nas ruas nas manifestações de 2013 foram única e exclusivamente através do chamado realizado pelas redes sociais virtuais, deixando de lado a influência da mídia tradicional nesse processo. Se trata desse modo de uma crítica as análises que se basearam apenas na influência das mídias sociais esquecendo que muitas vezes a própria cobertura dos meios tradicionais de comunicação contribui para um aumento na visibilidade das manifestações. Theis (2013) afirma que não se pode negar a importância das redes sociais virtuais nos movimentos sociais e ações coletivas da atualidade, porém se trata de fazer essas afirmações com cautela lembrando que no Brasil ainda existe uma grande quantidade de pessoas que o único ou principal meio de comunicação é a televisão.

Parece suficientemente evidente que as redes têm lá sua relevância. E, certamente, foram importantes para a disseminação das manifestações. Mas, sequer alcançaram aos que, de um modo ou outro, estão ligados em rede. E esses não constituem o total da população. E, portanto, não são representantes de qualquer angústia da gente que não está ligada em rede. Embora a internet seja cada vez mais importante, a televisão ainda tem um poder de fogo que os empolgados revolucionários ligados em rede parecem desprezar. Agora, admitindo-se que, na sua elaboração e disseminação, a agenda dos manifestantes de junho tenha tido, como alardeado, forte participação das redes sociais, tem-se um problema político de não pequena gravidade. Explica-se: os excluídos digitais, então, foram perversamente representados pelos digitalmente incluídos, a partir de uma agenda construída longe das ruas, essas se enchendo apenas para referendar o que os digitalmente incluídos já decidiram. Pode haver, novamente aqui, algum equívoco. Talvez devido à ambiguidade dos conceitos?! (THEIS, 2013, p. 59)

Já no que diz tangencia a dispensabilidade da mídia tradicional Amaral (2013) é enérgico em afirmar que os grandes meios de comunicação ao serem colocados em xeque durante os atos de 2013 se viram “engolidos” pelas novas formas de se comunicar e se articular em rede.

O fato novo, portanto, não é a existência da estrutura eletrônica explorada, ela está aí faz anos, e inexistiu no maio de 1968, mas a transformação qualitativa de seu uso,

deixando de ser, entre nós, tão-só, o veículo quase mágico que dá suporte ao correio eletrônico ou às salas de bate papo. Como fator mobilizador, aliás, ela já havia demonstrado suas possibilidades na ‘primavera árabe’ e na contestação a Wall Street. Mas, penso que entre nós, para além desse seu papel mobilizador, a rede, principalmente em função da falência ética dos grandes meios, passou a constituir-se no mais importante – porque pulverizado e até aqui não-controlado – órgão de nossa imprensa, realmente livre, livre de controle ideológico porque permeada por todas as tendências do pensamento, e assim apta a veicular todas as opiniões, o que enseja o debate vedado pela imprensa ideologicamente monopolista. O fato é que as redes sociais podem multiplicar os canais de informação, fazendo de cada cidadão o editor de seu próprio jornal, lido e visto por um espectro social muitas vezes mais amplo do que instrumentos tradicionais da imprensa convencional sem os condicionantes do poder público e do poder econômico. (AMARAL, 2013, p. 11)

Destarte não se nega a importância da internet e das redes virtuais no processo de comunicação dos ativistas na atualidade, o que se questiona é a democratização desses acessos e desses mecanismos, pensar nessas novas formas de tecnologias como ferramentas capazes de articular e mobilizar mais pessoas é fundamental, principalmente quando se é pensado na horizontalização da comunicação Almeida (2013), a forma de fazer, receber e enviar a notícia não está mais presa as redações de grandes meios de comunicação, saber se comunicar através desses novos mecanismos é importante e essencial, mas não pode descartar outras formas de organização e articulação.

Saber se comunicar *online* ganhou status de ferramenta principal para articular as ações coletivas. A comunicação não ocorre só via computadores e a internet. Os celulares e diferentes formas de mídia móvel passaram a ser meios de comunicação básicos, o registro instantâneo de ações transformou-se em arma de luta, ações que geram outras ações como resposta. Twitter, Facebook, Youtube, LinkedIn, zinga etc. acionados principalmente via aparelhos móveis, como Black Berry, Iphone etc... são ferramentas do ciberativismo que se incorporam ao perfil do ativista. (GOHN, 2013, p. 211)

É impossível negligenciar a importância das redes sociais virtuais no cenário atual dos movimentos sociais, para Krohling e Lacerda (2014) a internet e a horizontalidade presente nas articulações dos atores presentes nas ruas são elementos distintivos e importantes para as mobilizações, compreendem também que “ a identificação comum necessária entre indivíduos que formaram o movimento foi possível através da comunicação pela internet e pela forma

horizontal ao mesmo tempo em que as identidades e as demandas individualizadas mantiveram-se. “(2014, p. 14).

A literatura aqui apresentada sugere que há uma formação em rede nesses movimentos que estão acontecendo na atualidade, ou seja, eles iniciam-se nas redes sociais virtuais e no momento seguinte vão as ruas e praças reivindicar as demandas e pautas escolhidas em assembleias ou enquetes. Ainda no que tange as redes sociais virtuais é preciso pensar no seu caráter de tornar o debate a nível global, sendo possível que indivíduos de localidades distante possam se manifestar ao mesmo tempo.

A organização em rede permitiu que o movimento seja, ao mesmo tempo, local e global, pois, de acordo com Castells, os movimentos “começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar às redes da internet, mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro” (2013, p.161). O movimento no Brasil ganhou repercussão internacional, após gradualmente ganhar força no país, assim como ocorreu com o movimento “Occupy Wallstreet” e a Primavera Árabe. (KROHLING E LACERDA, 2014, p.14)

Esses espaços virtuais tornaram-se mecanismos de mobilização Paccelli (2016); Rodrigues (2013) isso quer dizer não apenas as ruas e praças se colocam como espaços de reivindicações, os ambientes digitais são tratados como mecanismos na qual um indivíduo u grupos de indivíduos manifestam sua insatisfação e articulam ou não atos de protestos para além do ambiente virtual.

Nesse contexto das informações descentralizadas, das apropriações das redes sociais e das tecnologias digitais pelas manifestações, pode-se elencar algumas iniciativas que serviram como mediações para organizar novos encontros, bem como acompanhar o foco do ativismo. No facebook, foram criadas as *fan pages* com nomes #VEMPRARUA, #OGIGANTEACORDOU, por exemplo, serviram de principal arena para o evento, como também, colocar informações que saíram na grande mídia, informando e mantendo o integrante atualizado do assunto. (RODRIGUES, 2013, p. 36)

Não apenas as ruas foram os pontos de encontros e expressões de emoções, essas páginas serviram e servem ainda hoje como forma de mostrar indignação com os problemas da sociedade brasileira, seja com uma perspectiva mais conservadora como é o caso do movimento

vem pra rua que em 2015 foi um dos organizadores das manifestações conta o governo federal e o #ForaDilma, seja o gigante acordou que se apresenta como um movimento suprapartidário.

A internet através das redes sociais, que se apresentam como uma gama de ferramentas inovadoras e provenientes do desenvolvimento tecnológico. Essa constatação não traz consigo um significado que implica que em manifestações passadas não houve estímulos a participação popular, como o caso das diretas já. Mas a tecnologia nesse sentido se deu como uma ferramenta impulsionadora democrática do processo. O alcance proporcionado pelas redes sociais possibilitou não somente atrair parte da população jovem, os chamados integrantes da geração Y (frequentadores assíduos das plataformas digitais), mas também conseguiu ter poder de articulação. (REZENDE E SANTANA, 2018, p. 111)

Essas plataformas digitais podem ser compreendidas como mecanismos ou um serviço que busca não apenas dar voz e visibilidade, mas que acolhe as vozes que nelas são disseminadas. Dessa forma se difere das mídias tradicionais por serem espaços mais democráticos no qual qualquer indivíduo conectado à internet pode disparar uma notícia ou criar sua própria notícia e ter uma interação surpreendente. Um outro ponto importante é que os movimentos surgidos a partir das redes sociais e como informado anteriormente são horizontais, dispensam a presença de líderes carismáticos, para Pereira (2013, p. 41) "as conexões em rede criaram um novo espectro político que recusa os líderes carismáticos (à la Weber) capazes de hipnotizar as massas e fazê-las marchar até o front". No entanto as mídias virtuais e sociedade precisam estar em constante alinhamento para que se possa de fato compreender e desenvolver uma nova cultura de protesto. "A mídia sem uma escola forte, capaz de promover reflexões socioculturais, é latifúndio improdutivo nas mãos de políticos, e pelourinho contra os direitos do consumidor. Pereira (2013, p. 42)

### **3.2 – Redes sociais virtuais na sociologia das jornadas de junho.**

Nesse tópico busco trazer dois quadros consolidados dos autores aqui pesquisado para elaboração dessa dissertação que abordaram em suas análises o tema das redes sociais virtuais e mídia tradicional na compreensão do fenômeno aqui estudado. Essa divisão ocorre para que

possamos compreender como o debate sociológico e construção histórica desse fenômeno vêm ocorrendo desde então.

No afã de responder à pergunta trazida no início desse capítulo sobre o pressuposto de como a literatura científica sobre as jornadas de junho de 2013 se debruçam na análise das redes sociais virtuais. Me limito a pensar a partir das explicações exposta no decorrer desse capítulo, a literatura utilizada para o seu desenvolvimento nos leva a sugerir que as redes sociais vêm desempenhando um papel de geração e mobilização importante, mas que devido à escassez de mais dados e pesquisas com integrantes de movimentos sociais não nos permite afirmar com certeza se a forma de articulação, mobilização e convocação desses movimentos migrou de forma geral para a internet como nos sugeriu alguns autores acima mencionados.

As tecnologias digitais conferiam maiores possibilidades de interação, produção, distribuição e compartilhamento das informações em Rede, onde a liberação do polo de emissão (LEMOS, 2002), uma das três leis da cibercultura proporcionou mudanças no modo como produzimos e recebemos informações. (RODRIGUES, 2013, p. 33)

Ao mesmo tempo em que as manifestações de 2013 trouxeram para os movimentos sociais uma nova ferramenta de articulação e de convocação, as redes sociais virtuais. Essa nova maneira de se articular com a sociedade mostra-se de extrema importância para a legitimação e sucesso do atos de junho de 2013, porém é importante salientar o papel de forte divulgadora que a mídia tradicional teve nesse processo, seja através do foco na forte repressão policial que marcou a virada não apenas da imprensa, mas da própria forma e tamanho dos protestos, seja no momento de voltar a criminalizar seus manifestantes.

Portanto, concluímos que esses autores pesquisados podem ser agrupados conforme as duas tabelas abaixo:

Tabela 6

<b>Mídia tradicional e redes sociais virtuais (RSV)- abordagem no texto</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
Silvia Viana	Será que formulamos mal a pergunta?	2013
Roberto Amaral	A grande rede e a explosão das ruas	2013
Orlandil de Lima Moreira e Idalina Maria Freitas Lima Santiago	Vem Pra Rua: os protestos de junho.	2013
Carlos Vainer	Quando a cidades vai às ruas	2013
Thiago D'angelo Ribeiro Almeida	Manifestações no Brasil: uma reflexão de ação política integrada às novas tecnologias da informação	2013
Ivo Marcos Theis	A primavera brasileira: em pleno outono?	2013
Adriana Alves Rodrigues	Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública	2013
Otacílio Gomes da Silva Neto	Brasil, 2013: reflexões e metáforas	2013
Ilse Scherer-Warren	Manifestações de rua no Brasil 2013: Encontros e desencontros na política	2014
Silvia Garcia Nogueira	A geração 2.0 “faz a hora”, vai às ruas e sacode o país	2013

Fonte: Elaboração do autor.

Tabela 7

Autores que não abordam redes sociais virtuais		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
Venício A. de Lima	Mídia, rebeldia urbana e crise de representação.	2013
Maria da Gloria Gohn	Manifestações nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena	2016
Maria da Gloria Gohn	Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania	2013
Wellington Pereira	Max Weber e as manifestações de rua na Paraíba	2013
Rui Leitão	O gigante quis dar um susto?	2013
Aloísio Krohling e Moara Ferreira Lacerda	Os movimentos sociais e as jornadas de junho Brasil	2014
Gabriel Silva Rezende e Júlia Lima Santana	Crise Política – Axiologia, emergências sociais e alteração da agenda política no Brasil pós 2013	2018
Otaclíio Gomes da Silva Neto	Brasil, 2013: reflexões e metáforas	2013
Vinicius Carrasco	Da emoção à cultura de protesto: reflexões sobre as manifestações de 2013	2016
Gustavo Paccelli	Ação coletiva e confronto político: uma leitura das manifestações de junho 2013 no Brasil	2016

Fonte: Elaboração do autor.

Pensar em como as redes sociais virtuais foram importantes nas análises aqui traçadas também é crucial para compreender os próprios repertórios de ação usados durante as manifestações de junho de 2013, a literatura nos leva a percorrer um caminho entre o uso dessas mídias virtuais na convocação, divulgação, acompanhamento e interação entre os atores sociais e as dinâmicas que se sucederam durante os atos nas ruas e praças. Também é importante

salientar que grande parte dos autores abordados para essa dissertação não utilizam como objeto central de suas análises as redes sociais virtuais, dessa forma o quadro abaixo visa dar luz a esse grupo de autores, mostrando as possibilidades e diversidade de caminhos para se explicar um fenômeno tão complexo como as jornadas de junho de 2013 no Brasil.

Tabela 8

Rede sociais virtuais (RSV) - fora da centralidade do debate	
Autores	Ano
Cristina Losekann	2014
Marco Antonio Perruso	2014
Ermínia Maricato	2013
Celi Scalon	2013
Breno Bringel	2013
Ruy Braga	2013
Nelson Aleixo da Silva Júnior	2013
Wallace dos Santos de Moraes	2013

Fonte: Elaboração do autor

Portanto, compreendo que as redes sociais virtuais se colocam como um dos principais pontos de compreensão das manifestações de junho, mas não são os únicos mecanismos de análise usados pela literatura sociológica sobre esse fenômeno. Existe um junção dos fatores presentes nos atos a fim de dar maior clareza nas interpretações sobre junho de 2013 no Brasil.

Nossa avaliação das manifestações ocorridas no Brasil considera que estamos presenciando uma nova era também nas mobilizações sociais, que integram tecnologias, Rede, ciberativismo, protagonismo midiático e contra-informação. É claro que em meio a tanta produção alternativa, há aquelas que também são falhas, pecam em avaliações por apresentar elementos distorcidos dos fatos, assim como a grande mídia é apontada por muitos. (ALMEIDA, 2013, p. 89)

## **CAPÍTULO IV. ENTRE BORDUNAS, BOMBAS E CASSETETES: O REPERTÓRIO DE LUTA NAS RUAS!**

Um das principais características observadas na sociologia das jornadas de junho diz respeito as *performances* desenvolvidas pelos atores sociais presentes nas ruas. As diversas formas de ação coletiva usadas nesses episódios apareceram como mecanismos importantes na compreensão desse fenômeno. O discurso inicial apresentado pela mídia tradicional visou criar uma desaprovação da sociedade para com os manifestantes, tentando inclusive manter o controle dos rumos das manifestações.

Em um primeiro momento, a ênfase dos relatos noticiados é focada no impacto negativo dos protestos na rotina da cidade e de seus habitantes: há um constante gesto de deslegitimação discursiva das ações na medida em que o gancho principal das primeiras reportagens acaba sendo o do caos provocado no trânsito e, conseqüentemente, da “violação” do direito de ir e vir dos “cidadãos de bem” (Mendonça e Daemon, 2014, p. 43).

Observamos que nesse primeiro momento a mídia tradicional visa separar os manifestantes e os “não manifestantes” que estariam sofrendo com as ações propostas por esses grupos de “vândalos”. Nesse momento ainda não percebemos uma tentativa de separar os manifestantes em grupos diferentes, como foi possível observar em um segundo momento, onde as manifestações passaram a obter um maior apoio popular. A partir daí mídia tradicional cria um embate em torno dos participantes, caracterizando-os como vândalos de um lado e manifestantes “legítimos” de outro, se intensificando na medida em que os atos ganhavam força em outras cidades do Brasil. Os manifestantes pacíficos seriam aqueles com cartazes, enquanto os vândalos seriam os Black Blocs.

O tipo de discurso no qual ações de enfrentamento direto contra as forças de repressão estatal presentes nas manifestações de junho de 2013 aparecem nas análises das ciências sociais por alguns autores como forma de violência empregada por parte dos indivíduos presentes nos atos como afirma Neto (2013, p.25) “que o desencanto com a democracia representativa, pode dar margem a manobras de cunho fascista, anarquista”. E que concomitantes manobras como “quebra-quebra” gratuito ocorridos durante as manifestações, ou seja, os enfrentamentos nessa visão não se caracterizam como parte de uma ação legítima de luta contra a repressão e violência promovidas pelo Estado.

Assim, as ações diretas são vistas em muitas análises como desprovidas de qualquer cunho político ou com pautas que justifiquem esse tipo de enfrentamento como as desenvolvidas pelos grupos de Black Bloc. Para Moraes (2014, p.96) duas linhas de interpretações podem ser levadas em conta no processo de análise das ações coletivas seriam elas: a ultraliberal e a revolucionária.

As ações diretas foram narradas como desprovidas de qualquer cunho político, somente como ato de “vandalismo”. A figura do vândalo-terrorista infiltrada cumpre o papel da figura espetacular à esquerda, cuja suposição deveria introduzir um suposto inimigo comum, unindo a população contra o governo. (MORAES, 2014, p.96)

Nessa circunstância foi possível observar uma divisão entre os próprios manifestantes em momentos de ação direta, por exemplo, nos atos de “pula catraca” promovidos por alguns indivíduos na estação do metrô Faria Lima em São Paulo, enquanto os demais gritavam “sem vandalismo!”. Podemos supor que tratar ações coletivas de enfrentamento direto como atos de violência sem direção e de forma gratuita constitui em uma estratégia de desestabilização e enfraquecimento dos atos que estão nas ruas. Nesse sentido a análise ultraliberal busca não apenas criticar e criminalizar os movimentos sociais, como criar uma linha de crítica entre sociedade e governo. Outra forma de interpretação está associada a linha de ação de enfrentamento direto constituída por grupos mais combatidos e não institucionalizado sendo a tática Black Bloc usada por muito deles. Tática bastante criticada pela mídia tradicional.

O discurso de repúdio a ação direta muitas vezes vinha acompanhado de uma tentativa de desgastar gestões locais e o próprio governo federal, a divisão dos manifestantes em dois grupos distinto tinha como principal intuito deslegitimar a ação direta do povo, que em muitos atos sofreram com o forte confronto com a polícia e alguns manifestantes chegaram a ser detidos.

Na expectativa de construção dessa análise os repertórios usados durante os protestos ocorridos no Brasil a partir de junho de 2013 nos ajuda a refletir sobre as novidades trazidas pelas ruas, incluído a própria concepção dos coletivos como novos mecanismos de associativismo. A própria questão da criação das oficinas de cartazes realizadas nas universidades e antes dos atos o que podemos supor que contribuiu para a multiplicação de cartazes por manifestantes e as próprias projeções desenvolvidas por meio de medidas de midiativismo e performatividade, podem nos ajudar a compreender essas dinâmicas de ações diretas.

Compreendo que uma das principais características apresentadas sobre as jornadas de junho concerne na questão da ação direta e a consequência imediata de resultado na vida social, seja através das múltiplas formas e variações encontradas nesses repertórios, podendo variar desde formação de barricadas até o uso da força física. Perruso (2014) nos chama a atenção para a centralidade do confronto direto com a polícia, que historicamente se mostra violentíssima principalmente na repressão a manifestações em espaços públicos.

Um dos elementos centrais presentes na ação direta é o confronto com a polícia em especial a historicamente violentíssima Polícia Militar, ocasião em que se expressa com mais nitidez a mundialmente conhecida tática *black bloc* no Brasil, o motivo de grande histerismo político, de forte tom moralista, por parte da grande mídia, dos governos e da política institucional como um todo. De fato, a importância da referida tática de confronto e sua adoção massiva nas manifestações desde junho de 2013 assimila-se com notável justeza às já tradicionais práticas de resistência dos setores mais subalternizados da sociedade brasileira, tais como moradores de favelas. (PERRUSO, 2014, p. 3)

Os repertórios de ação são tratados como um referencial teórico importante para a compreensão dos atos ocorridos desde as jornadas de junho de 2013. Para Losekann (2014) é possível tratar as ações diretas e o que a autora classifica como “performances de confronto” uma forma metodológica para se estudar e analisar as jornadas. Nesse tocante percebermos que essas ações e o ativismo em rede ou ação dos coletivos em redes virtuais sugere a formação de um capital social por parte dos manifestantes. Para Rodrigues (2013, p. 34) o ativismo em rede pode ser compreendido como:

Um conjunto de estratégias coletivas que manifestam a busca por transformações sociais a partir de ações de cooperação (ZAGO, 2011; JORDAN, 2002), que se “apropria” destas ferramentas, configurando a web como “uma nova esfera interconectada” (AMADEU, 2009), o que também afeta o jornalismo contemporâneo na medida em que tais eventos pautam/agendam a mídia massiva, por exemplo.

Como mencionando no final do capítulo anterior as redes sociais virtuais e a internet podem se confundir com o objeto tratado no decorrer desse capítulo uma vez que “a internet já mobilizava fortemente os jovens e já constituía grupos de mídia alternativa como o Fora do Eixo.” Losekann (2014, p. 2) aparecendo, portanto, não apenas como um mecanismo de difusão

das manifestações, bem como um mecanismo usado como repertório de ação por parte dos manifestantes e dos coletivos que se fizeram presentes nesse fenômeno.

Algumas das formas de ação direta já são usais pelos movimentos sociais brasileiros de longa data, tanto em grupos urbanos como do campo, dessa forma não seria essa uma novidade trazida nas manifestações, sendo o caráter diverso das pautas e atores presentes e as combinações dos repertórios de ação a novidade como nós chama atenção Losekann (2014, p. 2) “a novidade está, portanto, na reunião das diversas performances em novas combinações, criando novos sentidos, agregando novos atores e provocando um cenário político e social para o Brasil e para as localidades específicas onde os protestos ocorrem”.

Passeatas e marchas, tática black bloc e “assembleias populares” são algumas das formas de ação direta que podemos ver presentes nas manifestações de junho 2013, bem como a ocupação de prédios públicos bem como a destruição de objetos que representam o poder dominante vigente, como podemos observar abaixo.

A utilização generalizada da ação direta por ativistas e mesmo pela população que aflui para as manifestações, por vezes de modo espontâneo. Tal mobilidade de ação política envolveu – e ainda envolve – ocupação de prédios públicos (casas legislativas, prefeituras), destruição de carros da polícia e de símbolos estéticos do poder dominante (como bandeiras, esculturas e outros) e a Copa do Mundo (mascotes e logomarcas de patrocinadores), depredação de bancos lojas de grife, bem como performances artísticas e culturais de rua e atividades de solidariedade com populações de rua e das periferias. (LOSEKANN, 2014, p. 30 e 35 apud PERRUSO, 2014, p. 3)

Podemos ainda compreender esses repertórios como parte de uma articulação a nível global, que interliga movimentos surgidos em redes virtuais e que se colocam nas ruas e praças e acabam por ganhar a solidariedade de atores de outros lugares do mundo, como foi o caso dos movimentos dos indignados na Espanha, a Primavera Árabe e OCuppay Wall street.

Não obstante, muitas dessas características se assemelham aos diversos protestos anti-capitalismo e alter-globalização experimentados nos últimos 20 ou 30 anos em diversos lugares da Europa como e América do Norte. Em termos de ação, este processo não tem, portanto, características estritamente locais ou nacionais. Muitos dos elementos observados no protestos de 2013 no Brasil são repertórios de confronto compartilhados internacionalmente. (LOSEKANN, 2014, p.3)

Vamos trabalhar com as concepções e os repertórios trazidos na bibliografia dessa pesquisa para compreendermos como eles são tratados pelos autores das ciências sociais aqui estudados. Dessa forma a análise desse capítulo estará pautada na análise científica sociológica trazida em obras como: *Jornadas de Junho: Repercussões e Leituras* (2013); *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013) e dos demais autores como Losekann (2014), Perruso (2014), Bringel (2013) Singer (2013), Barreira (2014), Gohn (2016), Krohling e Lacerda (2014), Carrasco (2016), Moraes (2014).

#### **4.1 – Pacíficos, Vândalos e a Tática *Black Bloc*.**

A separação anterior entre pacíficos e baderneiros servia à reposição da ordem, segundo a qual nada justifica o entrave à sobrevivência cotidiana que nos arrasta do escritório para a casa e de volta. As manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar. Mais que isso, ao produzirem a aparência de dissenso, simultaneamente contribuam com a diversificação das mercadorias culturais e dos nichos de consumo – ainda que eventualmente causassem transtornos, tais como som alto em pleno domingo de descanso. A baderna, por outro lado, não passava de fantasia preventiva que ao mesmo tempo, justificava a prontidão securitária contra, por exemplo, os skatistas do centro da cidade, que “depredam o patrimônio público”. (VIANA, 2013, p. 49)

Opto em trazer a citação a cima no início desse tópico pois uma das divisões que podemos observar em parte da bibliografia aqui levantada sobre junho de 2013 está ligada a uma divisão entre os atores e as manifestações como pacíficas ou não, o que nos remete a própria questão das táticas empregadas como ação direta para impacto dos atos no cotidiano das manifestações. Autores como Neto (2013), Theis (2013) afirmam que existiu um “quebra-quebra” gratuito e criticam a questão de não mostrar “as caras” em alusão ao manifestantes que se apropriaram da tática *Black Bloc*, o que nessa concepção esses manifestantes mascarados esperavam obter uma solidariedade por parte dos manifestantes não mascarados.

O compartilhamento do espaço de manifestação com essas e outras táticas de ação direta podem ser visto como uma das principais características das jornadas de junho, dessa forma se trata de uma ferramenta importante na sua compreensão não devendo ser vista apenas como uma série de quebra-quebra gratuito como afirma Barreira (2014, p. 147) “no entanto, a linguagem do protesto e suas expressões simbólicas permeadas de repertórios culturais e políticos indicam um promissor caminho metodológico”. Dessa forma é importante olharmos

para as Ações Diretas (AD) como formas para se analisar as manifestações ocorridas no Brasil desde junho de 2013 para além dos eixos de centralidade desse objeto.

Na linha que segue em tratar as AD como depredação e atos de vandalismo gratuito, Singer (2013) nos faz refletir tendo como ponto de partida a sua leitura sobre os repertórios de ação e as AD presentes em outros momentos na história dos movimentos sociais, o que chama atenção e o que diferencia do pensamento trazido por Losekann (2014) é que para Singer (2013) essas ações são vistas como posicionamentos de extrema-direita e manobras fascistas do século XX, se contrapondo sobre as práticas ligadas a táticas de movimentos sociais globais, como os já descritos acima e a Gohn (2016) que afirma que esses ataques possuem um alvo específico, que seriam os símbolos de opressão do capitalismo e do sistema como um todo.

Na terça, 18, em São Paulo, durante a quinta manifestação paulistana, um grupo com características que se pareciam às da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo, dirigida por um político do PT apoiado diretamente por Lula na eleição de 2012. Abandonado pela polícia, o centro velho foi saqueado por lumpemproletários naquela noite, lembrando cenas dignas das manobras fascistas do século XX. (SINGER, 2013, p. 34)

A dicotomia que engloba as AD também está relacionada na forma como os ou atores classificaram o uso dessas ferramentas por parte dos manifestantes, estando presente em boa parte da literatura a divisão simplista apenas entre “pacíficos e vândalos” não se aprofundado nas formas de articulação e comando mesmo que descentralizadas, mas que possuíam forte intuito de viabilidade do movimento. Entre os atores presentes nas ruas e praças a literatura evidencia essa divisão como podemos ver em Perruso (2013, p. 25) “observa, por exemplo, que a ação direta nas manifestações (tais como pular catracas de estações de trem e metrô), aos olhos dos que delas participam, foi de iniciativa de jovens mais pobres, enquanto os de classe média bradavam o *Slogan* “sem vandalismo.”

Mesmo que não diretamente as análises envolvendo os repertórios de AD nos direcionam ao perfil social dos manifestantes visto no capítulo dois desse trabalho. As técnicas mesmo que usadas algumas delas em outros momentos históricos dos movimentos sociais trouxe uma dinâmica nova surgida e compartilhada a partir dos coletivos, a horizontalidade e o papel de decisão em conjunto. Para alguns autores esses fatores são vistos como ferramentas de justificativa de atos que podem ser vistos como autoritários.

Também ela é uma forma nova. Não tem carros de som nem palanques com oradores. Mas aqui reside a apropriação farsante do autêntico MPL, pois os locutores daqueles que expulsaram as esquerdas das ruas são invisíveis. Seu palanque é, entre outros, os programas de cobertura televisiva cuja audiência cresceu acompanhando os protestos. Desde que depurada dos “vândalos”, a passeata torna-se aceitável. (SECCO, 2013, p.61)

A visibilidade midiática pode ser aqui compreendida como um dos objetivos almejados pelos grupos que fazem uso das táticas de AD, ou seja, são táticas e estratégias capazes de gerar e expressar visibilidade na esfera pública. Os próprios significados das AD estão em evidência e pesquisa, bem como as táticas e ferramentas usadas, o corpo aparece não apenas como uma bandeira de luta, mas como uma ferramenta de resistência e ação diante dos diversos protestos. “O corpo é também signo de uma temporalidade, tal como pensou Mauss (1986) referindo-se ao modo como os homens dele se servem em várias sociedades.” Barreira (2014, p. 154)

Ação Direta como aponta parte da literatura não é tratada apenas como atos de violência, mas deve ser compreendido como uma forma de luta de bases históricas por grupos que ao longo do processo social têm sido privado de direitos básicos e colocados à margem da sociedade, portanto essas ações surgem como uma forma direta de indignação contra um sistema de opressão e exclusão. Não à toa uma das principais táticas que se fizeram presentes foi a dos *Black Blocs*.

Black Bloc (BB) é o nome de uma tática de ação em confrontos e não de um grupo. Longe de ser um grupo fascista como, desinformadamente, alguns acusam os mascarados, a tática de resistência em confrontos surge na década de 1980 na Alemanha ocidental (alguns fazem referência ao “Days of Rage” em 1969 na América do Norte) quando manifestantes ligados ao movimento *Autonomen* e que realizavam protestos anti-nucleares e anti-fascistas precisaram encontrar formas de se defender tanto da polícia quanto de grupos neonazistas (VAN DEUSEN, 2010). Essa tática que consiste basicamente em criar um bloco que protege os manifestantes das balas de borracha e do gás lacrimogênio, foi reativada no contexto de movimentos por justiça, anti-capitalistas e anti-racistas de Seattle, em 1999, e em diversos outros países nos anos seguintes (Canadá, Itália, Suíça, etc.) (LOSEKANN, 2014, p. 11)

Fica evidente a complexidade ao analisarmos os diversos tipos de AD presentes em junho, trata-se de pensar não apenas em como algumas dessas táticas foram usadas, mas como a própria bibliografia explica o seu uso e a sua chegada em território brasileiro. Para Losekann (2013, p.11) “compreender a forma como os repertórios se “deslocam” globalmente têm

motivado pesquisadores de diversos locais do mundo.” A forma como se interpretou essas ações presentes nos atos também é importante para domínio que se queria lançar sobre o objeto. Para Moraes (2014, p. 96) “as ações diretas foram narradas como desprovidas de qualquer cunho político, somente como ato de “vandalismo”. A figura do vândalo-terrorista infiltrado cumpre o papel da figura espetacular à esquerda, cuja suposição deveria introduzir um suposto inimigo comum, unindo a população contra o governo.”

Nesse aspecto, os autores que trazem essa análise fariam parte de uma corrente explicativa de junho de 2013 ultraliberal que buscou centrar seus anseios e críticas ao governo federal. Moraes chama atenção ainda para uma outra linha explicativa de junho de 2013 que se consistiria em olhar os atos a partir das formas de AD e dos repertórios presentes, “propalada por diversos coletivos combativos e não institucionais – muitos deles adotaram a tática Black Bloc. Foi a grande novidade entre os atores políticos.” Moraes (2014, p. 96)

Compreendo que nesse contexto Moraes (2014) e Losekann (2014) dialogam na importância de visualizar as AD como um importante referencial teórico e metodológica no entendimento sobre as jornadas de junho de 2013 no Brasil. Deve-se observar não apenas o aspecto da violência que pode ser trazido por táticas como a dos Black Bloc e sim observar as novas dinâmicas que podem ser elencadas no presente incluindo a possibilidade de renovação política e representativa.

Assim como parte da literatura aqui apresentada fala sobre visibilidade em torno das AD dentro dos movimentos sociais, não se pode descartar o cunho moral e acusatório que parte da opinião pública detém sobre esse tipo de ação. Para Krohling e Lacerda (2014) os atos de vandalismos e as táticas Black Blocs se colocam no mesmo cenário e peso, o que justificaria não apenas a “perca de foco” dos manifestantes bem como a diminuição dos atos em ruas e praças. Ainda nesse ponto, os autores chamam atenção para uma perda de “identidade legítima” diante do povo, que ao associar vandalismo com as táticas Black Blocs já não legitimavam mais as “vozes das ruas “, ou ecoavam um outro refrão: “sem vandalismo”, “sem violência”.

Eles usaram os termos: depredação e “vandalismo” para depreciar os governados que revidaram os ataques policiais e por consequência quebraram vidraças de bancos e de prédios estatais. Um discurso moralista e criminalizante contra a revolta popular, centrado na perspectiva do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (2001) e seus seguidores, ou mesmo do Brasil ordeiro, cujas elites dominantes são generosas com seus subordinados no veio de Gilberto Freyre (1998) e outros. O fio condutor dessas análises partiu do ponto de vista da manutenção do status quo, sem mudanças substantivas. (MORAES, 2014, p. 99)

O que nos chama atenção nessas análises é a forma como se colocou a divisão entre “vândalos e pacíficos” termos presente em quase toda literatura aqui estudada, sendo anunciado como uma forma de desgastar as AD diante da opinião pública, evocando através de concepções moralistas a forma “correta” ou não de fazer protestos e na própria direção de quais atores deveriam ser criminalizados e punidos a bala e cacetete.

Esse tipo de julgamento abriu margem para a construção de um pseudo consenso com vistas a criminalizar os setores mais radicalizados anticapitalistas, dos estudantes e populares que participaram das manifestações na linha de frente. Em resumo, tratou-se da tentativa dos ocupantes dos altos postos políticos do país e de alguns intelectuais orgânicos de dividir os manifestantes em dois grupos: os “bonzinhos” que exerceram seu papel de cidadania ordeiramente, foram para as passeatas de verde e amarelo, pintaram o rosto, portaram bandeiras brasileiras e cantaram entusiasticamente o hino nacional. Em suma, mais uma vez a ideologia do nacionalismo foi usada para subordinar o povo. Do outro lado, segundo essa visão, estavam os maus, os bandidos, os vândalos, os anarquistas, os Black Blocs que queriam depredar o patrimônio público e estabelecer a desordem no país, desrespeitando suas instituições (SANTOS, 2013). Sorrateiramente tiraram todo conteúdo reivindicativo e qualquer possibilidade de auto-instituição (Chauí, 2013; Oliveira, 2013; Musse, 2013; Singer, 2014), buscando deslegitimar a ação direta popular nas ruas contra anos de opressão estatal e capitalista. (MORAES, 2014, p. 100)

Compreender esses atores e as AD são importantes inclusive para a leitura que faremos dos movimentos sociais na atualidade, autores como Singer (2013) Barreira (2014) Gohn (2016) falam sobre a recorrência do uso desses e novos repertórios de ação a partir das jornadas de junho de 2013.

Considero a ação direta uma estratégia tão importante quanto a não direta. Nossa sociedade vive permeada por símbolos e saber usá-los é essencial a qualquer demanda, seja ela política ou cultural. Participar de um *Black Bloc* é fazer uso desses símbolos para quebrar preconceitos e condicionamentos. Não só do alvo atacado, mas até da própria ideia de vandalismo. [...] A sociedade tende a considerar a depredação como algo ‘errado’ por natureza. Mas se nós sabemos que os alvos atacados em sua maioria agências bancárias, até o momento não foram realmente prejudicados – ou seja, os danos financeiros são irrisórios -, qual é o real dano de uma estratégia *Black Bloc*? Por que deveria ser considerada errada *a priori*? Não há violência no *Black Bloc*, há performance.” (BARREIRA, 2014, p. 155)

A autonomia e horizontalidade aparecem como características presentes nesse fenômeno, nas assembleias populares que se formavam antes dos atos todos os presentes possuíam igual direito a fala e voto para que assim decidissem sobre trajetos e outras formas referente aos atos. A literatura trata essa horizontalidade de forma diversificada podendo ser compreendida como uma maneira de se eximir de responsabilidade de escolhas, se pautando no que “todos” escolhemos quando na verdade estamos seguindo a decisão de um grupo ou individuo específico, ou enxergando como uma nova forma de se fazer política representativa, onde todos os envolvidos possuem o mesmo direito de escolha e decisão.

#### 4.2 – Performances e ativismos em rede.

Performances artísticas, iniciativas de aproximação com populações de rua ou das periferias, como “sarjeteiros”, que consiste em um momento no qual os manifestantes vão ao encontro de moradores de rua para beber ou realizar refeições em conjunto e conversar. Também foram realizados saraus performances musicais e “chuva” de aviõezinhos de papel, algo que Della Porta, chama de “provocação simbólica” ou ação direta sem violência. (LOSEKANN, 2014, p. 13)

Esses são novos tipos de repertórios que aparecem a partir de junho de 2013 caracterizando uma nova forma da população se organizar politicamente e trazendo novos desafios para a compreensão e leitura desses fenômenos Bringel (2013) Alonso (2017) caracterizam esse fenômeno como novos ciclos de protestos no cenário brasileiro, tento inclusive cada ciclo o seu repertorio de ação em específico os quais seriam: **socialista, autonomista e patriota** [grifo meu], cada um preservando o seu estilo de ação e pautas de ativismos e convivendo sem harmonia uns com os outros segundo Alonso (2017).

O repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaço e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas diretas (táticas *Blacks Bloc*), contra símbolos dos poderes financeiros e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro repertório, o patriota, foi menos notado em 2013,

embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local.  
(ALONSO, 2017, p. 49)

Ainda que se possa fazer uma cronologia dos protestos, elaborando dentro do mês de junho alguns ciclos, bem como se propõe Alonso (2017), Losekann (2018) Moreira e Santiago (2013) as ações diretas nem sempre podem ser agrupadas como pertencentes a um único ciclo desses ou mesmo como dotadas de pautas bem definidas e articuladas, ‘nem sempre os sentidos da ação direta estão cristalizados em pautas definidas ou agendas de demandas bem estruturadas’ Bringel (2013, p. 44)

Por isso, se trata de um tema extremamente importante para se compreender como os movimentos sociais da atualidade estão se desenvolvendo em torno de AD e criando novos repertórios de ação. Trata-se como já dito aqui de não analisar apenas através da vertente de “violência por violência” mas de criar um mecanismo teórico que possa ler os coletivos e movimentos a partir da ótica de seus repertórios de ação, é favorável inclusive fazer um debate acerca do que é violência e o que é ilegalidade quando lemos esses repertórios e AD.

Em todo esse texto, em nenhum momento fiz referência às ações diretas, mesmo aquelas que envolvem desobediência civil, como “violentas”. Embora a literatura faça referência às ações de destruição do patrimônio como ações violentas, faz-se necessário diferenciar formas muito distintas de ilegalidade e confronto. Não é possível classificar sob o mesmo rotulo de “violência” o espancamento de uma pessoa e a quebra de uma vidraça. Esse aspecto é muito importante e a ausência de palavras que diferenciem essas distintas ilegalidades revela a forma homogenia com a qual as polícias em geral lidam com a desobediência civil. (LOSEKANN, 2014, p. 14)

Essa é uma crítica importante para que a literatura que se construa sobre a sociologia das jornadas de junho possa se ater a não criar uma análise superficial em torno de termos como vândalos versus pacíficos, porém adentrar nos espaços e grupos que se articulam nos diversos repertórios de ação direta para compreender a dinâmica estruturante dessas ações antes, durante e posterior aos protestos. Emoções e sentimentos, como a indignação e o medo são exemplos do que pode mover determinado individuo a aderir ou não a participação coletiva, sabemos que compreender os sentimentos é algo que demandaria uma complexidade enorme, portanto, basta que saibamos que esses sentimentos por mais que se façam presentes em alguns atores não se consolida como um movimento social e sim como um estado de ânimo Bringel (2013).

O anseio por mudança, que não deve ser compreendido apenas como modificações sociais e culturais que visem apenas aspectos ideológicos sejam progressistas ou conservadores, mas que englobem de forma mais amplas os diversos mecanismos de inclusão e exclusão social. As mudanças provocam ou tendem a provocar ideias que interferem na sociedade de uma forma coletiva, essas mudanças podem ocorrer também de forma individual, ou seja como cada ser social passar a se comportar da sociedade.

Esse ser social, que podemos chamar de sujeito histórico, vêm se modificando ao decorrer da formação da história humana, podemos sugerir que antes do que conhecemos atualmente como era moderna, esse sujeito não tinha condições de pensar na sua existência como parte integrante da história de determinada região, o que se modifica através do advento da ciência no qual o sujeito começa a enxergar o seu papel como agente desses movimentos de mudança seja de forma direta ou indireta.

É nesse contexto que podemos pensar no sujeito histórico, um sujeito popular e plural e como afirmou Houtart (2006) “composto de multiplicidade de fatores e não pela multidão”. O sujeito histórico, entendido dessa nova maneira deve ser capaz de atuar diante da realidade sabendo entender o momento emergencial ao qual está submetido e buscando saídas viáveis para o impasse ao qual se encontra. É importante lembrar que a noção de sujeito histórico se faz presente a partir das ideias iluministas, onde há um distanciamento do sujeito pré-moderno presente na idade média que ainda não possuía uma total capacidade de racionalismo presente no sujeito histórico ao qual nos referimos, que busca através de princípios próprios perceberem que é possível alterar a realidade social e desigual presente na sociedade que vive, buscando assim maneiras de realizar mudanças sociais e maior participação coletiva.

A construção desse sujeito histórico pode ser observada em momentos históricos diferentes, por exemplo, durante o século XX com as lutas e participações políticas pela derrubada da ditadura militar brasileira (1964-1985), durante as jornadas de junho de 2013 a literatura sugeri o surgimento de novos sujeitos históricos que trazem uma ruptura na atitude conformista e de individualização, na própria criação e organização em coletivos horizontalizados e que buscam se contrapor a formas tradicionais de fazer política. No entanto, Bringel (2013, p. 48) nos chama atenção para o fato de que “talvez ainda seja cedo para falarmos no surgimento de novos sujeitos políticos e esgotamento das relações cooperativas entre Estado e os movimentos sociais.”

A forma de associativismo brasileiro vem se modificando ao longo das décadas, bem como a própria forma que os movimentos sociais se articulam com a sociedade. a própria busca

por pertencimento e identidade coletiva é tratada na literatura como uma das ferramentas de ingresso ou não a determinado movimento ou coletivo, os próprios coletivos surgem como alternativas as formas mais tradicionais e hierarquizadas de mobilizações sociais.

Os coletivos que aparecem em junho de 2013 alguns como o próprio MPL já possuía uma trajetória de ação desde meados dos anos 2000, para Perez (2019, p. 578) tanto os coletivos como os manifestantes de 2013 tinham em comum críticas aos sistema político parlamentar. A autora irá abordar em sua análise não apenas os coletivos que já estavam “consolidado” no cenário político, mas também a oportunidade dos manifestantes de conhecerem esses coletivos e tornarem-se ativistas ou não, chamando atenção para o crescimento desse tipo de organização depois das jornadas de junho de 2013. Autores como Singer (2013), Barreira (2014) afirmam que a partir de 2013 as ações diretas e performáticas passam a fazer parte do cotidiano das manifestações brasileiras.

A relação entre protesto e formação de organizações políticas pode ser compreendida a partir dos ensinamentos dos teóricos dos movimentos sociais. Um dos principais representantes da teoria dos novos movimentos sociais, Melucci (1989), define analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva baseada em conflito (relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor), solidariedade (a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva) e rompimento de limites (pois rompem os limites do sistema em que ocorre a ação). Nota-se que, para o autor, as ações coletivas são heterogêneas, ou seja, são múltiplas, variáveis e entrelaçam heranças do passado com particularidade. (PEREZ, 2019, p. 578)

Os movimentos sociais, portanto, são vistos como resultados de ações coletivas oriundas das insatisfações com as mudanças sofridas no cotidiano, essas ações são desencadeadas após os sujeitos tomarem uma consciência, ou seja passarem a ser sujeitos histórico dentro do processo social, questionando as desigualdades em seu mais diversos âmbitos, mudança no estilo de vida, mudança na situação econômica e cultural, percebiam que as estruturas básicas para uma realidade social minimamente confortável não existia mais. na atualidade passam por um novo momento no qual se diferenciam dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1990. Os primeiros identificados como movimentos de rebeliões e os últimos pautados em ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes, tendo o Fórum Social

mundial (FSM)<sup>11</sup> como papel principal, o uso do espaço público e diferentes formas de comunicação. Ou seja, o Brasil passa a ser inserido em uma dinâmica de ação e repertórios globais dos movimentos sociais atuais.

Conforme Bringel e Pleyers (2015), as mobilizações brasileiras compartilham algumas formas de expressão, ação e organização comuns a muitos movimentos contemporâneos, pois estão associadas, no espaço, a uma nova geopolítica da indignação global e, no tempo, a uma ruptura com ciclos políticos, sujeitos, práticas e concepções. Mas o Brasil tem particularidades que merecem atenção. Segundo Bringel (2013), enquanto na Europa e no Estados Unidos a defesa era por direitos conquistados historicamente, no Brasil a reivindicação era por novos direitos ou a concretização daqueles já reconhecidos. Ademais, se não houve difusão permanente e sistemática dos repertórios de ação para fora do Brasil. E também, se distanciando da articulação do local com o global, no Brasil a escala de ação principal foi a nacional. Por fim, no Brasil, as manifestações variam em cada cidade e expressavam também demandas particulares e críticas às políticas local e regional. (PEREZ, 2019, p. 583)

Existe no Brasil uma luta pelo processo de inclusão e redução das desigualdades que não surgiu e nem terminou em 2013, é um processo que se mantém constante em sociedade seja através da participação institucional ou através de formas que fazem uso das ações diretas e dos distintos meios de se mobilizarem. O próprio ativismo em rede virtual se faz presente na atualidade dos movimentos sociais e dos repertórios de ação.

O ativismo em rede é via de reação e protesto, engloba a reunião coletiva, a cooperação, o associativismo em prol de causas comuns. Do ponto de vista comportamental, as emoções teriam sido catalizadoras a partir de junho de 2013 de uma atitude reativa (cultura de protesto) da população que passou a acreditar, na mobilização popular, na articulação de ações políticas através de atos concretos nas ruas e na utilização das redes sociais e mídias digitais como forma de ativismo, participação e de exercício da cidadania. Tal experiência carrega consigo a esperança de mudança e transformação social de uma crise de representação, das instituições políticas e do esvaziamento do Estado somada a anseios urgentes que passam por

---

<sup>11</sup> “O Fórum Social Mundial (FSM), criado por iniciativa da sociedade civil, é um encontro democrático, voltado para o debate e aprofundamento da reflexão coletiva, formulação de propostas alternativas, troca de experiências e a constituição de redes entre os movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O Fórum caracteriza-se pela pluralidade e pela diversidade e se propõe a facilitar a articulação de entidades e movimentos da sociedade civil.” Disponível em <http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/internacional/politica-externa-e-participacao-cidada/forum-social-mundial-fsm> - acessado em 10/10/17 as 20:01

demandas básicas como educação, saúde, transporte e mobilidade urbana. (CARRASCO, 2016, p. 94-95)

Trata-se de compreender que o ativismo em rede não consiste apenas nas ações de indignação e revolta demonstrada virtualmente, esse tipo de repertório engloba ações de associativismo que rompem o espaço virtual, sendo constituído uma rede de capital social através da junção entre atos performáticos em rede virtual e nas praças e ruas. Para Losekann (2014) os repertórios também são dotados de momentos em que a negociação se faz mais presente havendo uma necessidade de construção de propostas.

O que é possível observar na literatura é que quase em sua totalidade ao tratarem sobre ativismo em rede virtual os autores tendem a fazer menção a ideia de ciberespaço, ciberativismo e até mesmo cibercultura Rodrigues (2013, p. 35), além desses temas o neotribalismo aparece na análise feita por Carrasco (2016, p. 83) para a qual o autor traz uma ideia que os movimentos sociais e de protestos em rede e nas redes ao redor do mundo são conhecidos por esse termo, segundo a concepção trazida pelo autor com base na leitura de Maffesoli (2007, p. 101) sendo esse tribalismo responsável inclusive pelo o fim de uma época: “a de um mundo organizado a partir do primado do indivíduo e o retorno da comunidade”.

Em certo modo não deixa de dialogar com os autores aqui apresentados que acreditam que junho de 2013 pode ter representado o surgimento de um novo ciclo de protestos e ações para os movimentos sociais, bem como o surgimento de um novo sujeito político, inclusive as redes sociais virtuais entrando como um importante aliado dos novos repertórios de ação atual.

Dado o caráter de fluidez das relações atuais, o que se estabelece entre indivíduos e entre as instituições nas sociedades contemporâneas não é mais uma relação contratual, mas uma relação de pertencimento na qual os agrupamentos se dão por afinidades, laços de sentimentos (“estar junto”). Tais relações que se configuram nesse neotribalismo podem ser relacionadas à dinâmica da rede, ao presente vivido coletivamente por agrupamentos que se estruturam ou se estabelecem em torno de causas comuns ou éticas específicas em busca de identidades que se configuram de forma afetiva, transitória, efêmera, emocional e que coletivamente são capazes de estabelecer a socialidade entre os indivíduos. Tais indivíduos ou grupos das sociedades contemporâneas passam a ter papéis e não mais funções como nas sociedades modernas, adotando uma estrutura mais orgânica do que a estrutura mecânica que se experimentava no período anterior. (CARRASCO, 2016, 83-84)

As modificações na forma como os movimentos sociais se posicionam vêm ocorrendo desde 1960 e a própria maneira como esses movimentos são estudados no decorrer de cada época também vem se modificando. É importante que as técnicas de análise e as ferramentas usadas para que essas análises possam ocorrer sejam constantemente melhoradas e alteradas, portanto é importante que o estudo dos repertórios de ação trazidos alguns deles a partir de junho de 2013 sejam usados não apenas para explicar tal fenômeno, mas que seja acionado como mecanismo de possível análise de outros movimentos inclusive os que estão nas ruas agora, respeitando é claro as dimensões locais, nacionais e globais.

Entendermos que as ações coletivas e repertórios de ação estiveram presentes nas análises de 17 textos dos 48 utilizados nessas pesquisas como fontes. Se colocarmos esse número em porcentagem significa dizer que 35,41% dos autores aqui pesquisados usaram de forma central ou secundária AD e repertórios de ação como uma parte das análises explicativa das manifestações de junho de 2013. Segue abaixo o quadro com o detalhamento dos autores e obras usadas nesses capítulo.

Tabela 9

<b>Ação Direta (AD) – Repertórios de ação</b>		
<b>Autores</b>	<b>Textos</b>	<b>Ano</b>
André Singer	Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas.	2013
Maria da Gloria Gohn	Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.	2016
Maria da Gloria Gohn	Os jovens e as praças dos indignados: Territórios de cidadania.	2013
Wallace dos Santos Moraes	A convergência analítica dos herdeiros de Kautsky e Nozick: crítica às interpretações da direita e da esquerda estatista sobre o levante de 2013 no Brasil.	2014
Aloísio Krohling e Moara Ferreira Lacerda	Os novos movimentos sociais e as jornadas de junho no Brasil.	2014

Irllys Alencar F. Barreira	Ação Direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações.	2014
Vinicius Carrasco	Da emoção à cultura de protesto: reflexões sobre as manifestações 2013	2016
Breno Bringel	Miopias, sentidos e tendências do levante Brasileiro de 2013.	2013
Marco Antonio Perruso	As jornadas desde junho de 2013.	2014
Cristina Losekann	Os protestos de 2013 na cidade de vitória/ES: #resistir, resistir até o pedágio cair.	2014
Silvia Viana	Será que formulamos mal a pergunta?	2013
Otacílio Gomes da Silva Neto	Brasil, 2013: reflexões e metáforas.	2013
Adriana Alves Rodrigues	Redes Sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública.	2013
Ivo Marcos Theis	A primavera brasileira em pleno outono?	2013
Thiago D’Angelo Ribeiro Almeida	Manifestações no Brasil: uma referencias de ação política integrada às novas tecnologias da informação.	2013
Angela Alonso	Protestos em São Paulo de Dilma a Temer.	2017
Olívia Cristina Perez	Relações entre coletivos com as Jornadas de junho.	2019

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Inferimos através de uma análise bibliográfica os textos na tabela acima apresentados como os que tratam a característica de repertórios de ação de maneira centralizada e com um determinado grau de aprofundamento dessa temática, abordando as diversas técnicas e táticas englobadas durante os atos e protestos de junho de 2013. Cabendo observar que a literatura

sugere o uso desses repertórios como uma forma metodológica de compreensão do fenômeno tratado nessa dissertação.

Esses repertórios são usados a fim de se contrapor ao sistema representativo vigente e as mazelas causadas pelo modelo social e econômico dominante, pensando ainda que o aumento de renda da população não pode ser visto como um fator de solução dos problemas, pois os fatores econômicos não são suficientes para solucionar problemas relacionados a direitos já existentes ou que devem ser conquistados, o que em determinados momentos os atores diretamente afetados pela precariedade dos serviços públicos optam por ocupar ruas, praças, prédios públicos, fazendo marchas, passeatas, atividades performáticas como sarau e etc. Nesse sentido as ações tomadas passam a ser compreendidas como ações diretas de contestação e mobilização desses atores.

Uma abordagem teatralizada dos movimentos sociais permite entendê-los como “dramas nos quais os protagonistas e antagonistas competem para afetar as interpretações do público a respeito das relações de poder em vários domínios”. Nessa competição pela interpretação da plateia e por uma reação positiva do público, a *performance* dos movimentos visa transformar aquilo que é uma plateia desde sempre virtual (seja as autoridades estatais, a opinião pública, ou quaisquer outros personagens da sociedade civil) em um público espectador cativo, um aliado. Para esse trabalho de convencimento e adesão, os movimentos dramatizam ações, forjando ou emprestando palcos e vitrines e encenando atos que dependem da cooperação entre seus protagonistas (militantes) e do esforço deles para a perfeição de cada parte do seu espetáculo (a cenografia, a trilha sonora, o figurino). (DOWBOR e SZWAKO, 2013, p. 45)

Inferimos que as abordagens usadas pelos movimentos sociais e as interpretações são derivantes de acordo com a perspectiva e o olhar do observador. Não podia ser diferente nas análises científicas sobre os repertórios de ação usados nesses atos, como podemos observar na literatura parte dos autores interpretam algumas táticas de ação direta pelo viés da violência, realizando assim uma crítica mais normativa sobre esses repertórios de ação. Dessarte há um grupo de pesquisadores que são mais simpáticos ou prudentes ao classificar determinada tática apenas por um olhar da violência e do “vandalismo”, para esses autores é necessário um retorno na concepção histórica de surgimento e desenvolvimentos dessas ações no decorrer da construção social.

Os movimentos sociais da segunda metade do século XX teriam demandas simbólicas em busca do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida e recorrem à ação direta, baseada numa organização fluída, sem hierarquia descentralizada, desburocratizada dirigindo-se à sociedade civil e não ao Estado, almejando mudanças a longo prazo. (CARRASCO, 2016, p. 87)

Pensar nas modificações pelas quais os movimentos sociais vêm passando desde a década de 1960 até o momento e a própria modificação na forma de se estudar e compreender esses movimentos são fatores importantes para refletirmos sobre novos repertórios de ação que têm surgido, como a própria questão envolvendo o ativismo em rede (ativismo digital) que pode ser visto com maior força principalmente a partir de junho de 2013, não sendo as redes sociais virtuais usadas apenas como um fator mobilizador, mas como uma forma de expressar indignação, sendo assim um mecanismo de estratégia capaz de expressar visibilidade na esfera pública.

À ação direta se coloca como um mecanismo de enfrentamento e difusão das manifestações através de táticas diversificadas como o uso do corpo e força em grupos como Black Blocs ampliando inclusive o debate em torno que é uma “ação” violenta, tendo em vista a própria violência exercida e legitimada pelo Estado.

O aparecimento dos black blocs e suas performances tachadas de violentas ganharam destaque na grande mídia e, por mais que os discursos dos meios de comunicação alternativos procurassem esclarecer a ação de alguns grupos, a acusação permanecia pelos setores conservadores da sociedade como forma de desmoralizar o movimento. (PACCELLI, 2016, p. 52)

Cerca de 17,64% dos autores estudados nesses capítulo narraram as ações diretas com crítica a violência e ao próprio uso de máscaras durante os atos, como uma forma de se esconder atrás de “algo” ainda que esteja tentando buscar apoio dos “não mascarados”. Essa crítica a determinado tipo de performatividade se embasa inclusive para justificar a diminuição dos atos já no final de junho de 2013, ou seja, atenção atraída por esses grupos, principalmente os que usaram a tática black bloc como forma de resistência física ou mesmo simbólica com em alguns episódios de pular a catraca, na concepção desses autores faz com que a sociedade civil crie um opinião negativa do movimento.

Outro conflito foi referente às formas de atuação política nas manifestações, entre grupos que optaram pelo uso da violência física e outros que defendiam manifestações

simbólicas, mas sem violência. Os primeiros são divididos, de formas mais visível, em dois grupos: os Anonymous, que reproduzem manifestações de anos recentes nos EUA, mas aqui com pouca clareza de pautas (relatos de outros participantes), e o Black Bloc, já com uma tradição como movimento antiglobalização, portanto antissísmico em várias partes do mundo. Esse último, aqui no Brasil, não apresenta uma pauta explícita publicamente, nem uma adequação de sua pauta internacional genérica ao Brasil, conforme afirmou um de seus membros: “a nossa pauta são todas pautas que estão nas ruas”. Esses grupos pretendem ser uma tática de ação, por meio de uma forma estética de protesto político, a fim de promover um espetáculo midiático. E a grande mídia, ao centra-se preferencialmente na transmissão dessa forma de manifestação, promoveu o espetáculo. Em relação a essa tática, a questão que se colocava é: Qual é o limite para a violência nos protestos, nos parâmetros da democracia, ou seja, que possa ser caracterizada como resistência ativa ou desobediência civil, sem ultrapassar os limites da convivência democrática? (SCHERER-WARREN, 2014, p. 419/420)

A percepção trazida nesse contexto é de não apenas caracterizar esses repertórios de ação como formas violentas compreendendo a concepção histórica na qual táticas como essas foram se desenvolvendo ao longo da história e nos fazendo questionar sobre a desproporcionalidade da violência exercida pela PM e a caracterização da desobediência civil em violência física e na mesma linha da propaganda pelo Estado. Cerca de 52,94% dos autores trazem para o cerne do debate sobre repertórios de ação o uso de táticas black bloc, esse número corresponde aos que visam através de uma análise histórica e sociológica caracterizarem a relação entre as diversas técnicas usadas por manifestantes e a repressão por eles sofrida.

Nesse contexto as ações promovidas por esses grupos são vista por uma concepção de tática de ação inclusive no que diz respeito a chamar atenção da grande mídia para a cobertura das manifestações, não se trata como já dito aqui de uma forma não organizada e não direcionada de violência gratuita, em muitos os casos os alvos são símbolos que representam o capitalismo e as diversas formas de repressão vividas ao longo da construção da identidade social coletiva. Um outro grupo de autores busca discutir os repertórios de ação baseado no ativismo em rede, ou seja na rede social como uma forma de ação direta para expressar indignação e raiva., esse grupo representa cerca de 29,41% dos autores analisados nesse capítulo, abaixo incluo o nome e ano dos autores separados nessas três categorias, conforme tabelas a seguir.

Tabela 10

<b>Ação Direta (AD) – Versão Crítica /Normativa</b>	
<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Silvia Viana	2013
André Singer	2013
Ivo Marcos Theis	2013

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Tabela 11

<b>Ação Direta (AD) – Versão Empírica/Engajada</b>	
<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Wallace dos Santos Moraes	2014
Aloísio Krohling e Moara Ferreira Lacerda	2014
Angela Alonso	2017
Otacílio Gomes da Silva Neto	2013
Cristina Losekann	2014
Breno Bringel	2013
Maria da Gloria Gohn	2013
Maria da Gloria Gohn	2016
Marco Antonio Perruso	2014

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Tabela 12

<b>Ação Direta (AD) – Redes Sociais Como forma de repertório de ação.</b>	
<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Adriana Alves Rodrigues	2013
Ivo Marcos Theis	2013
Irly's Alencar F. Barreira	2014
Vinicius Carrasco	2016
Thiago D'Angelo Ribeiro Almeida	2013
Olívia Cristina Perez	2019

Fonte: Produzida pelo próprio autor.

Concluimos que a modificação de repertórios de ação a partir de junho de 2013 é sugerido por parte da literatura, mas que não se trata de uma afirmação hegemônica nas ciências sociais sobre esses fenômenos. Creio que se faz necessário construção de um debate histórico-sociológico com os próprios atores presentes nos coletivos e nos próprios movimentos sociais tidos como tradicionais, para que possamos compreender de fato como esses novos repertórios estão sendo aglutinados no cotidiano dos movimentos sociais.

## CONCLUSÃO

Refletindo sobre as análises realizadas pelos autores aqui estudados é possível compreender determinadas questões de parte da literatura científica dedicada às jornadas de junho de 2013 no Brasil. Volto a pensar nos movimentos sociais em si, nas formas mutáveis de articulação e convocação de atores sociais, construindo identidades e demandas, dessa forma essa temática se coloca como a minha motivação inicial de pesquisar e compreender as manifestações que ocorreram no Brasil.

Lutar contra o antigo ou o que se considera inadequado na realidade social, seja em um aspecto conservador ou de caráter emancipatório, tem se mostrado como uma das principais demandas dos movimentos sociais. Suas agendas algumas vezes são voltadas para melhorias em áreas primordiais da vida social coletiva como a educação, a saúde, o transporte e a segurança. Através de bandeiras tais como inclusão social, contra as várias formas de discriminação de raça, gênero e LGBTQI+ esses movimentos vão criando na sociedade novas identidades, demanda essa que o poder público pode e deve abraçar através de ações políticas mais inclusivas.

Compreendo que se debruçar sobre as diversas formas pelas quais alguns autores das ciências sociais interpretam os movimentos sociais a partir de junho de 2013 é de suma importância para a produção científica e criação ou renovação de teorias que visem explicar as dinâmicas envolvendo os movimentos sociais, principalmente os surgidos por meio das redes sociais virtuais.

Destarte a literatura científica nos leva a abarcar os grupos presentes nas ruas como não homogêneos, seja no que se refere ao caráter geracional dos participantes conforme apontado no capítulo um dessa dissertação, seja no que diz respeito à socialização dos atores que estiveram presentes nas jornadas de junho, visto no capítulo dois dessa pesquisa.

A continuidade da presença dos jovens como atores primordiais nas manifestações se consolida como um fator recorrente no próprio estudo dos movimentos sociais, sendo importante não apenas constar a presença de jovens nesses ambientes, mas compreender que tipo de juventude estamos acionando nas análises desenvolvidas que considera esse grupo como principal. Importante ainda perceber que o fator juvenil não aparece como ineditismo na literatura científica acionada nessa pesquisa e sim a forma como esses jovens estão se articulando política e ideologicamente, inclusive modificando as forma de convocação e ação dos movimentos sociais.

Pensar na socialização de parte desses jovens deve perpassar tanto questões que englobam sua formação política e ideológica quanto a forma como a sociedade enxerga esses jovens e aciona as características positivas ou negativas que são usadas como forma de classificar as atitudes desses jovens, como visto no capítulo um. Lembrando que fatores como classe e raça são primordiais na classificação das atitudes por eles desenvolvidas como positivas ou negativas. Não são todos os jovens que têm suas ações normalizadas como parte do ser juvenil, sendo caracterizada de acordo com fatores socioculturais, ou seja, dentro dessa concepção a identidade de ser jovem perpassa a forma como a sociedade caracteriza determinados indivíduos.

Ainda no que compete ao caráter juvenil dos manifestantes presentes nos atos desde junho de 2013 no Brasil é possível sugerir que dois grupos de ativistas podem ser identificados na literatura científica por mim analisada nesta dissertação.

O primeiro seria composto por militantes de movimentos sociais já estruturados, sejam os ditos movimentos sociais tradicionais ou os “novos” movimentos sociais surgidos a partir dos anos dois mil. E um segundo grupo corresponderia aos ativistas que se tornaram militantes a partir de junho de 2013 quando ocorreu sua iniciação política e ideológica, como sugere a bibliografia aqui estudada.

Captamos a citação de juventude presente em 16 textos dos 48 utilizados nessas pesquisas como fontes. Se colocarmos esse número em porcentagem significa dizer que 33,33% dos autores aqui pesquisados usaram de forma central ou secundária juventude como uma categoria explicativa das manifestações de junho de 2013. Independentemente de as análises focarem no perfil em si do jovem que foi as ruas esses dados nos fazem refletir sobre a centralidade da juventude e a visibilidade que em determinados fenômenos históricos ela recebe por parte dos analistas desse período.

Inferimos que a juventude como característica vista em análises relativas a movimentos sociais e ações coletivas segue uma certa cronologia metodológica. Não à toa parte desses autores chama atenção para as formas e repertórios usados por esses jovens e não para o jovem em si, ou mesmo para os fatores identitários que constroem a diversidade presente na juventude brasileira. A bandeira de luta e reivindicação no processo de inclusão social e redução das desigualdades se desdobram em diversas pautas que permeiam os atores sociais, se fortalecendo desde 1988 com a promulgação da constituição federal e retorno do Brasil à democracia.

Pensar nessas formas de inserção perpassa compreender também, mas não apenas, as relações socioeconômicas que compõem os atores que estiveram presentes nas jornadas de junho, incluindo os “não jovens” que também estiveram nas ruas aderindo as pautas e a novas formas de mobilização. Percebo que as dimensões elencadas pelos intelectuais aqui estudados sobre juventude e perfil dos atores presentes nas jornadas de junho se relacionam de forma intrínseca, sendo necessário a avaliação entre o espaço social de origem desses atores e as reivindicações colocadas nas ruas.

Os movimentos sociais nascidos em ambientes digitais, por mais que surjam de forma tímida passam a ser encarados como uma forma de lutar contra o sistema e as desigualdades sociais provocadas pela má distribuição de renda e falta de acesso a oportunidades a bens e serviços de qualidade. Podem ser elencadas as desigualdades inclusive na medida em que tangencia o perfil jovem de parte dos manifestantes.

A produção científica aqui analisada afirma que nas últimas décadas ocorreu um crescimento no nível de escolaridade da população, mas que isso não significou a modificação do *status quo* tendo em vista que muitos jovens se enquadram no perfil de precariado ou novo proletariado indicado pelos autores aqui pesquisados. Indivíduos que apesar de terem acesso a empregos de carteira assinada e um certo nível de escolarização, ainda assim convivem com a questão da terceirização e se concentram nas periferias dos grandes centros urbanos, se diferenciando inclusive de uma possível nova classe média que teria se estabelecido durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores -PT.

Dessa forma, retomando os autores analisados no capítulo dois, inferimos a existência de dois tipos de manifestantes presente nas ruas em junho de 2013, o primeiro tipo seria composto por indivíduos pertencentes à classe média tradicional, ou seja, já estavam com um nível educacional elevado e dispunha de acesso a bens e serviços de consumo que grande parte da população não têm acesso.

O segundo grupo seria composto principalmente por jovens que apesar de terem acesso a emprego formal e ao diploma universitário não conseguiram romper a linha de manutenção da desigualdade de oportunidade imposta pela dinâmica produtiva do capitalismo e que se dispõem a trabalhos terceirizados e muitas vezes desvalorizados, que são características do precariado.

As políticas de geração de emprego e renda implementadas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) são de suma importância na compreensão desses atores que estiveram presentes nas ruas, pois apesar dessas políticas serem vistas como mais vantajosas

e com a criação de oportunidades entre as camadas mais baixas da sociedade, não modificou-se o *status quo* desses jovens, onde muitos sequer conseguiram empregos em suas áreas de formação.

A questão acima pode ter sugerido ao “senso-comum” a não participação da classe trabalhadora nas ruas, não levando em conta os baixos salários e os empregos na linha de terceirização. Ainda se faz necessário a compreensão que elementos mais conservadores também estiveram presentes nas manifestações mesmo que de forma mais singular e com menos visibilidade. Tais elementos também podem veiculados a um fator de descontentamento de outras camadas sociais com as políticas desenvolvidas pelo governo.

Algumas medidas de melhoria no acesso à educação, saúde e moradia foram implementadas ao longo da década de 2003 – 2013. Essas políticas públicas aparecem como exemplos de sucesso no combate à exclusão social em nossa sociedade, o que não significa dizer que a desigualdade social e a equidade de oportunidade se tornou menos presente em nosso cotidiano, portanto, analisar com cuidado os efeitos e resultados dessas medidas tidas como exemplo de sucesso é primordial para mensurar a abrangência dessas políticas.

O combate à exclusão se dar por meio de medidas que visem diminuir ou acabar com a desigualdade persistente entre indivíduos ou grupos sociais que historicamente tem sido mantidos à margem da sociedade, seja por não, raça, gênero, orientação sexual, e diferença geracional, condição econômica ou sociocultural que trazem para esses grupos um sentimento de não pertencimento a comunidade. Algumas vezes acabam por ocasionar um sentimento de medo ao se colocarem como indivíduos que são, por não se sentirem parte dessa comunidade.

A construção e viabilização de meios democráticos de participação social e econômica se mostra de extrema importância no combate à segregação social e na inclusão assertiva de indivíduos e grupos sociais a serviços de qualidade como educação e saúde, ao direito de trabalhar, ter a sua mobilidade urbana ou rural assegurada.

Assegurar o acesso de indivíduos pertencentes às camadas mais pobres da sociedade ao ensino superior gratuito e de qualidade por meio de políticas de cotas raciais, de renda e para alunos que sempre estudaram na rede pública, bem como as parcerias entre o setor privado e o Estado como PROUNI e FIES. Essas iniciativas surgem como maneiras para amenizar as desigualdades educacionais presentes na sociedade brasileira, que são reflexos diretos da alta desigualdade de renda presente em nosso país, estando presente inclusive na origem dos movimentos sociais e das jornadas em si.

Parte das análises aqui estudada sobre junho de 2013 leva a crer que os manifestantes pertenciam a uma classe média, justamente por levar em conta apenas o perfil educacional, ou seja o grau de instrução dos manifestantes, deixando fatores como renda em segundo plano, conforme dados trazidos pelos autores que mobilizei no capítulo dois desta dissertação.

Existe uma grande diversidade de pautas e atores presentes em junho de 2013 como pode ser visto nas análises trazidas por essa pesquisa. Ainda sobre o perfil desse atores, fica evidente o fato de que alguns dos jovens presentes nos atos estavam se socializando politicamente a partir de junho de 2013. O que em dado momento foi visto como um fator negativo, tratando esses jovens como indivíduos sem pauta ou sem saber pelo que estavam reivindicando, isso pode ser visto principalmente nos autores que trazem trechos de reportagens da mídia tradicional sobre os jovens que estavam nos atos.

As redes sociais representam hoje uma grande ferramenta de apoio à propagação dos movimentos sociais e uma nova forma do cidadão se posicionar diante das insatisfações do cotidiano. A intensificação do uso das redes sociais virtuais aparece como um processo de fortalecimento da participação democrática e mobilização social, inclusive sugerindo novas formas de se mobilizar e de acionar repertórios de ação direta, como o midiativismo e ciberativismo.

Os repertórios de ação de um modo mais geral aparecem como fatores secundários na bibliografia elencada para essa dissertação, sendo possível compreender, como visto no capítulo quatro dessa pesquisa, que as formas de ação direta em muitos casos são tratados apenas com atos de violência física ou material, não apenas pelos “senso-comum” mas também por intelectuais.

Parte da literatura científica aqui estudada sobre repertórios de ação envolve um esforço de compreensão dos movimentos sociais e ações coletivas tendo como base principal a análise de técnicas e repertórios usados durante os atos, buscando entender as motivações que levam determinados ativistas a usarem de táticas de confronto ou mais performáticas.

A participação da população brasileira na internet que começou de forma tímida em 1990, se modificou de forma exponencial. Para boa parte dos autores aqui estudados as redes sociais virtuais representaram uma nova ferramenta de articulação e de convocação, durante as jornadas de junho de 2013. Essa nova maneira de se articular com a sociedade teria sido de extrema importância para a legitimação e sucesso das manifestações de junho de 2013. Falamos em sucesso pois acreditamos que o processo iniciado com tais manifestações ainda não está concluído.

Com base na interpretação da bibliografia aqui estudada compreendemos que parte dos autores enxergam nas jornadas de 2013 uma inovação dentro dos movimentos sociais e a própria formulação e criação de novas formas de se mobilizar. Acabam por possibilitar a formação de novos sujeitos históricos, consciente de seu papel como ator de mudanças sociais e na luta pela construção de um espaço de debate coletivo. Que envolva os diversos grupos sociais pertencentes a sociedade e que garanta o espaço de fala das minorias, que em muitos momentos não tem esse espaço garantido, da mesma forma que os demais atores sociais.

A respeito da construção de atores entendo que o perfil da juventude encontrada nos artigos aqui estudados perpassa a construção histórica e da participação juvenil nos movimentos de mudança social. Entendo que a juventude tende a se organizar de formas política, ideológica e culturalmente distintas no decorrer do espaço geopolítico inseridos e da realidade conjuntural da sociedade do presente. Entendo que fazem-se necessários a articulação e elaboração de comparativos entre as formas como os jovens foram inseridos e tiveram ou não visibilidade nas mobilizações sociais de cada período.

Concluo a partir da literatura científica aqui estudada, que se destaca a forte presença da juventude nas análises sobre as jornadas de junho de 2013, inclusive ao tratar de outros subtemas aqui elencados. A ênfase na juventude é percebida na bibliografia, mas existe uma certa polêmica no que condiz ao perfil socioeconômico dos atores nas ruas.

Ao pensar sobre as redes sociais virtuais, grande parte dos artigos aqui estudados nos leva a crer que essas ferramentas são importantes para a articulação entre os movimentos sociais. O estudo sobre as redes sociais virtuais em relação aos movimentos sociais necessita de um aprofundamento teórico e analítico na compreensão de sua utilização por ativistas e movimentos sociais na atualidade.

Reitero que, como visto no último capítulo desta dissertação as formas de associativismo brasileiro vêm se modificando ao longo das décadas, bem como a própria forma com que os movimentos sociais se articulam com a sociedade. A própria busca por pertencimento e identidade coletiva é tratada pela bibliografia como uma das ferramentas de ingresso ou não em determinado movimento ou coletivo. O que amplia o espaço de mudança a partir do contato com outros atores de distintas realidades sociais e diversas forma de organização e luta social.

Por fim, percebemos através da literatura científica acionada no capítulo quatro dessa dissertação que 52,94% dos autores buscaram compreender as táticas de ação direta a partir de um aspecto histórico e sociológico, se distanciando de uma crítica voltada apenas para o caráter

da violência exercida por alguns grupos de manifestantes. Ainda que esses autores sejam predominantes nessas análises, cerca de 17,64% dos intelectuais aqui pesquisados apontam o uso da violência como desproporcional e um forte fator de desmobilização das ruas já ao final de junho de 2013.

## FONTES

ALONSO, Ângela. Protestos de Dilma a Temer. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, p. 49-58, junho 2017.

ALMEIDA, Thiago D'angelo Ribeiro. Manifestações no Brasil: uma referência de ação política integrada às novas tecnologias da informação. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.84-91.

AMARAL, Roberto. A grande rede e a explosão das ruas. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.8-12.

BARBOSA, Gisele Heloise. Protestos de junho de 2013 no Brasil e as Instituições Participativas: Um breve mapeamento. CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA - ALACIP, VIII. 2015. Anais... Peru. 1-22 p.

BARBOSA, Gisele Heloise; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Os protestos de junho de 2013: Movimentos Sociais e reivindicações. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10º. 2016. Anais... Belo Horizonte, 2016. 1-22p.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Ação direta e simbologia das "jornadas de junho": notas para uma sociologia das manifestações. Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 145-164, jan-jun2014.

BARTKIW, Paula Izabela Nogueira. O poder da comunicação das redes sociais nos movimentos populares. Revista de Estudos de Comunicação, Curitiba, v. 17, n. 42, p. 120-135, jan-abr 2016.

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.68-72.

BRINGEL, Breno. "Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013". *Insight Inteligência*, v. XVI, n. 62, p. 42-51, jul/ago/set 2013.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, ago. 2013.

CARRASCO, Vinicius. Da emoção à cultura de protesto: reflexões sobre as manifestações de 2013. *Temática*, Paraíba, v. XII, n. 1, p. 81-96, jan 2016.

DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, n. 97, p. 43-55, nov 2013.

GERMANO, Marcelo Gomes. Somente um protesto. In: \_\_\_\_\_. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.92-97.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: Territórios e Cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 01, n. 02, p. 205-221, jul/dez 2013.

GOHN, Maria da Glória. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, maio/ago 2014.

JÚNIOR, Nelson Aleixo da Silva. Junho de 2013: a juventude nas ruas pra balançar as estruturas. In: \_\_\_\_\_. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.98-107.

KROHLING, Aloísio; LACERDA, Moara F. Os novos movimentos sociais e as jornadas de junho no Brasil. *SEMANA DE CIÊNCIA SOCIAIS*, VIII. 2014. Anais... Espírito Santo, 2014. indefinida p.

LEITÃO, Rui. O gigante quis dar um susto? In: \_\_\_\_\_. *Jornadas de junho: repercussões e leituras*. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.50-52.

LOSEKANN, Cristina. As manifestações de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil. Os protestos de 2013 na cidade de Vitória/ES: #Resistir, Resistir até o pedágio cair! *ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 38°. 2014. Anais... Caxambu - MG, 2014.

LIMA, Venício A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.78 – 82.

MACIEL, Sara Angermay Matias; MESQUITA, Marcos Ribeiro. A juventude nas jornadas de junho em Alagoas: um estudo a partir de material jornalístico. Universitas, UPS- Equador, v. XIV, n. 24, p. 173-195, jan/jun 2016.

MARIO, Camila Gonçalves de; TRINDADE, Thiago Aparecido; TAVARES, Francisco Mata Machado. Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. Idéias, Campinas-SP, v. 9, n. 1, p. 07-16, jan/jun 2018.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.18-24.

MENDONÇA, Kleber; DAEMON, Flora. Os "outros" das ruas: os acontecimentos discursivos das manifestações de 2013. Revista de Comunicação, mídia e consumo PPGCOM - ESPM, v. 11, n. 30, p. 37-55, jan/abr2014.

MORAES, Wallace dos Santos. A convergência analítica dos herdeiros de Kautsky e Nozick: crítica às interpretações da direita e da esquerda estatista sobre o levante de 2013 no Brasil. Revista Em Debat: Rev. Dig., ISNNe 1980-3532, n. 11, p. 90-113, jan-jun, 2014.

NETO, Antônio Fausto. Tv e processos observacionais das manifestações de junho de 2013: mensagens em acesso, mas sem o ir adiante da escuta. Compôs, p. 1-15.

NETO, Otacílio Gomes da Silva. Brasil, 2013: reflexões e metáforas. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.22-27.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. A geração 2.0 “faz a hora”, vai às ruas e sacode o país. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.28-31.

PACCELLI, Gustavo. Ação coletiva e confronto político: uma leitura das manifestações de junho de 2013 no Brasil. Entropia, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 34-56, jul/dez 2016.

PERRUSO, Marco Antonio. As manifestações de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil. As jornadas de(des) junho de 2013. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38°. 2014. Anais... Caxambu - MG, 2014.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. Movimentos Sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou". Matrizes, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 73-93, jul/dez2013.

PEREZ, Olívia Cristina. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. Opinião Pública, Revista da CESOP, Campinas, vol. 25, n 3, set.-dez, p.577 – 596, 2019.

PEREIRA, Wellington. Max Weber e as manifestações-de-rua na Paraíba. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.40-45.

RIBEIRO, Renato Janine. O Brasil e a democracia de protesto. Matrizes, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 93-117, jan/jun 2014.

ROMÃO, Wagner de Melo. #naovaitercopa: manifestações, Copa do mundo e as eleições de 2014. AgendaPolítica, São Carlos -SP, v. 1, p. 152-167, 2013.

RODRIGUES, Adriana Alves. Redes sociais e manifestações: mediação e reconfiguração na esfera pública. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.32-39.

SANTOS, José Alex Soares. Quando as massas no Brasil resolveram sonhar perigosamente: as jornadas de junho na perspectiva de Slavoj Zizek. Revista Universidade e Sociedade ANDES, p. 78-91, jan 2016.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.83-87.

SANTANA, Júlia Lima; REZENDE, Gabriel Silva. Crise política-axiologia, emergências sociais e alterações da agenda política no Brasil pós 2013. Revista eletrônica de Ciências Sociais, n 27, p. 101-118, Juiz de Fora, 2018.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; MOREIRA, Orlandil de Lima. Vem Pra Rua: os protestos de junho. In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.13-21.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, maio/ago2014.

SCALON, Celi. Juventude, Igualdade e Protestos. Revista Brasileira de Sociologia, v. 01, n. 2, p. 177-204, jul/dez 2013

SILVA, Roberto Bitencourt da. Mídias sociais e política: as jornadas de junho no *facebook* do PT. Comunicação&informação, v. 16, n. 2, p. 53-71, jul/dez 2013.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos, n. 97, p. 23-40, nov 2013.

SECCO, Lincoln. “As Jornadas de Junho”. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.60-67.

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Gôiania: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro de 2013. Opinião Pública, Campinas - SP, v. 22, n. 1, p. 140-166, abril2016.

TEIXEIRA, Marco Antônio. As manifestações de junho de a política no Brasil contemporâneo: um convite ao debate. Revista Estudos Políticos, v. 7, p. 372-378, 2013.

THEIS, Ivo Marcos. A primavera brasileira em pleno outono? In: \_\_\_\_\_. Jornadas de junho: repercussões e leituras. Campina Grande- PB:EDUEPB, 2013, p.55-61.

VIANA, Silvia. “Será que formulamos mal a pergunta?”. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.47-51.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013, p.32-36.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Sônia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXX. 2007. Anais... Santos, 2007. 1-15 p.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil é o 4º país do mundo em número de usuários de internet. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/brasil-e-o-4o-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet/> acessado em 08/07/2019

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. Albuquerque: revista de História, Campo Grande- MS, v. 2, n. 3, p. 71-115, jan/jun 2010.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. Cedes, Campinas - SP, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set/dez 2006.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra In: Questões de Sociologia. Lisboa, PT. Fim de Século- edições, Sociedade Unipessoal, 2003, p. 151-163.

BRAGA, R. “Sob a sombra do precariado”. In: \_\_\_\_\_. Cidades Rebeldes –Passe Livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo\Carta Maior, 2013

CERQUEIRA, Daniel. Atlas da Violência 2018: Brasil tem taxa de homicídio 30 vezes maior do que Europa. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-brasil-tem-taxa-de-homicidio-30-vezes-maior-do-que-europa-22747176>. acessado em 07/08/2019.

CATRACA LIVRE. Com 55% da população, negros representam 27% do legislativo. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/com-55-da-populacao-negros-representam-27-do-legislativo/> acessado em 01/07/2019.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet. 2ª edição. São Paulo, ZAHAR. 2013.

DINO. Pesquisa coloca Brasil no Topo de Ranking de acessos online, mostra José Borghi. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/pesquisa-coloca-brasil-no-topo-de-ranking-de-acessos-online-mostra-jose-borghi-dino89089766131/> Acessado em 14/08/17 as 14:06

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigo e novos atores sociais. 3. ed. Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-512, mai/ago 2011.

GOHN, Maria da Glória. Teoria do Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola, 1997.

GOMES, Helton Simões. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml> acessado em 06/07/2019 às 11:56.

IBGE, 1999. Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao\\_jovem\\_brasil/default.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/default.shtm) acessado em 21/06/2019

LEAL, Aline. Quase dois milhões de pessoas participaram de manifestações em 438 cidades. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/quase-2-milhoes-de-brasileiros-participaram-de-manifestacoes-em-438-cidades> último acesso em 13/04/2019.

LAVADO, Thiago. Uso da Internet no Brasil cresce, e 70% da população está conectada. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/28/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-70percent-da-populacao-esta-conectada.ghtml> último acesso em 22/12/2019

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e lutas de classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista Em Pauta, n. 20, p. 33-55, 2007.

PORTAL TERRA. IBGE: em 10 anos, triplica percentual de negros na universidade. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade,4318febb0345b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> acessado em 24/06/2019.

PORTAL G1. Desemprego recua para 4,3% em dezembro de 2013 diz IBGE. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/01/desemprego-fica-em-43-em-dezembro-diz-ibge.html> acessado em 21/06/2019.

PORTAL G1. Veja pesquisa completa sobre os manifestantes. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html> último acesso em 14/08/2019.

ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político: nota de trabalho. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SANTOS, Bárbara Ferreira. Apesar de expansão, acesso à internet no Brasil ainda é baixo. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/microdados.shtm> acessado em 08/07/2019.

SALGADO, Daniele. Funcionário proíbe entrada de crianças no JK Iguatemi por ser “de elite”. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/funcionaria-proibe-entrada-de-criancas-no-jk-iguatemi-por-ser-de-elite/>

STUCKERT, Ricardo. Com o PT número de universitários mais do que dobrou em PE. Disponível em: <https://pt.org.br/com-o-pt-numero-de-universitarios-mais-do-que-dobrou-em-pe/> acesso em 12/07/2019.

TORRES, Livia. Carta com renúncia de Sergio Cabral é lida em solenidade na Alerj. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/04/sergio-cabral-renuncia-atraves-de-carta-lida-em-solenidade-no-rio.html> acessado em 01/07/2019.

TV MEMÓRIA LATINA. A polícia que reprime na avenida é a mesma que mata na favela. Disponível em: <https://memorialatinacupula.wordpress.com/2013/07/07/a-policia-que-reprime-na-avenida-e-mesma-que-mata-na-favela/>

VITORINO, Artur José Renda. Notas sobre a teoria de formação de classe de E. P Thompson. História Social, Campinas- SP, v. 4, n. 5, p. 157-173, 1997/1998.

VELHO, Diego Ricardo de Assunção. O “gigante” acordou? As manifestações de junho de 2013 no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Homicídios e juventude no Brasil. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf) Acessado em 07/08/2019.